

Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 16 de abril de 2012 a 15 de junho de 2012

Município de Leiria

CAPITULO I - Informação financeira

Para os efeitos no disposto da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, foi elaborado pela Divisão Financeira o relatório financeiro respeitante ao período compreendido entre o dia 16 de abril e o dia 15 de junho de 2012, o qual constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPITULO II - Os processos judiciais pendentes e o estado atualizado dos mesmos

Pela sociedade de advogados “Diogo, Neto, Marques & Associados” foi enviada a listagem atualizada dos processos judiciais pendentes que constitui o **Anexo II** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPITULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No período em análise, 14 de abril a 08 de junho de 2012, e no âmbito das suas funções, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria esteve presente em várias reuniões, a saber: Reunião de Assembleia Municipal, reunião do Conselho Geral do IPL, e reuniões da ADAE, ENERDURA e CIMPLE; Conselho de Administração dos SMAS, Conselho de Administração da Valorlis, Conselho de Administração da Simlis, Conselho Executivo da AMLEI e da CIMPLE; Assembleia Geral da UAC, Assembleia Geral do Turismo de Leiria e Assembleia Geral Extraordinária da Simlis,

De salientar, durante este período, e no âmbito das Geminacões, a viagem do Edil a Tóquio e Tokushima, acompanhado de empresários do Núcleo Empresarial da Região de Leiria (NERLEI), bem como, a viagem a Saint-Maur-des-Fossés, aquando da comemoração dos 30 anos de geminação das duas cidades.

O Presidente participou nas cerimónias de comemoração dos 38 anos do Dia 25 de Abril, e do Dia 22 de Maio, estando também presente na cerimónia do Dia dos Combatentes, na comemoração dos 25 anos da Direção do Agrupamento 1041 do CNE da Caranguejeira, na gala comemorativa e de homenagem dos 25 anos da Associação de Andebol de Leiria e, no 64º aniversário da Independência do Estado de Israel, na Embaixada de Israel em Lisboa.

Esteve presente na conferência “A Responsabilidade Social Empresarial”, no seminário “30 anos a (reabilitar) com história, bem como, nos 30 anos do lançamento dos primeiros produtos específicos para a reabilitação do património. Participou na tertúlia “O Ambiente como fator crítico de desenvolvimento, na I Gala D. Dinis, organizada pelo Agrupamento de Escolas D. Dinis, na inauguração da “Academia de Pentatlo Moderno”, da ADCR Bairro dos Anjos e nos aniversários da CIMPOR e da Associação Filarmónica Bidoeirense.

Assistiu aos XXVII Jogos Nacionais dos CTT e esteve presente no respetivo jantar. Acompanhou a sessão de homenagem aos trabalhadores da EDP que completaram 25 anos de carreira e, esteve presente na inauguração do edifício sede da Associação Humanitária “Os Amigos de Colmeias”. Visitou o 6º Festival de Sopas da ARCD Vale do Horto.

Participou na inauguração do restaurante da EPL e no jantar de solidariedade “A Barraca”. Visitou a Festa das Sopas da Ambesse, a Feira Tradicional do Agrupamento de Escolas D. Dinis e assistiu ao Sarau Cultural da Escola José Saraiva.

Esteve presente num jantar na Residência Oficial do Embaixador do Japão, na Final da Taça do Distrito de Leiria de Seniores – Futebol 11 e no espetáculo “Drumming Grupo de Percussão”, realizado no âmbito do 30º Festival Música em Leiria.

Inaugurou a Feira Anual de Leiria “Tradicional Feira de Maio” e participou na inauguração do Mercado do Livro, acompanhando também as comemorações do Dia Mundial da Criança, que tiveram lugar no Estádio Municipal.

Acompanhou a Inauguração das novas instalações do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Leiria – Pombal, que contou com a presença do Ministro da Saúde. Presidiu ao Exercício ao Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Leiria – EXPEC PMEX2012.

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE DOS SERVIÇOS

DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

No decorrer das atividades regulares, salientamos as seguintes:

- Houve uma avaria no sistema informático do Município, mais concretamente na unidade de storage. Verificámos que se tinha danificado (de forma irreversível) um dos 15 discos da unidade, impedindo o acesso à totalidade dos dados guardados. Encontrámos um fornecedor que nos forneceu um disco no mesmo dia, repondo-se a situação inicial;
- A avaria danificou 3 bases de dados de correio eletrónico, tendo sido levadas a cabo um conjunto de tentativas (demoradas) de recuperação. Não tendo sido possível a recuperação das bases de dados, conseguimos recuperar a grande maioria das mensagens de correio eletrónico;
- Configurámos um grande número de novos utilizadores para acesso às aplicações de Obras Municipais 2012 para permitir a implementação da Contabilidade Analítica nos vários serviços;
- Providenciámos a atualização da aplicação de avaliação de desempenho e formação aos elementos (da DIRH) que a utilizam;
- Procedemos, em articulação com a Medidata, à atualização de várias aplicações informáticas de gestão autárquica;

Representação do Município, em conjunto com a DIJA, na sessão de esclarecimento sobre simplificação e cooperação administrativa através do Sistema de Informação de Mercado Interno (IMI) no âmbito da Diretiva de Serviços e sobre desmaterialização dos serviços da administração local, abrangida pela Diretiva de serviços.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Sem prejuízo da prossecução das atividades normais de funcionamento, e em função das áreas a seguir indicadas, procedeu-se:

1. Recrutamento e seleção de pessoal:

- a) Acompanhamento do grau de cumprimento do objetivo de redução de trabalhadores.

2. Formação profissional:

- a) Elaboração da proposta do plano de formação para o ano de 2012.

3. Vencimentos:

- a) Prestação de informação no âmbito do SIOE e SIAL;
- b) Elaboração do plano de implementação da totalidade das determinações legais em matéria de vencimentos e abonos;

4. SIADAP:

a) Elaboração e publicitação dos relatórios de avaliação do desempenho nos termos a seguir indicados:

Cargo/carreira	Excelente	Relevante	Adequado	Inadequado	Não avaliados com justificação	Não avaliados sem justificação	Total
Dirigentes intermédios	0	7	20	0	0	0	27
Técnico superior	0	33	60	0	38	0	131
Assistente técnico	0	40	108	0	11	1	160
Assistente operacional	0	80	213	0	25	0	318
Informática	0	2	3	0	1	0	6
Bombeiros	0	15	47	0	1	0	63
Fiscal municipal	0	3	10	0	0	0	13
Total	0	180	461	0	76	1	718

b) Início do processo de desmaterialização do SIADAP 1, SIADAP 2 e SIADAP 3;

5. Segurança, higiene e saúde no trabalho:

a) Elaboração do plano de implementação da totalidade das determinações legais em matéria de segurança e higiene no trabalho.

6. Assiduidade:

a) Elaboração do plano de implementação da totalidade das determinações legais em matéria de férias, faltas e licenças.

7. Apoio Administrativo:

a) Elaboração de 03 candidaturas ao Programa “Vida – Emprego”.

DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Sem prejuízo da prossecução das atividades normais de funcionamento, e em função das áreas a seguir indicadas, procedeu-se:

1. Área jurídica:

a) Elaboração de informações técnico-jurídicas, instrução de processos de índole disciplinar e de processos contraordenacionais.

Informações técnicas-jurídicas	Processos de índole disciplinar		Processos de Contraordenações			
	Terminados	Instaurados	Instaurados	Movimentados	Decididos	Pagos
42	1 Inquérito	2 Disciplinares	39	446	136	64

b) Elaboração de manuais de procedimentos.

2. Área administrativa

2.1 Execuções fiscais

a) Instauração e instrução de processos de execução fiscal, emissão e expedição de citações e notificações, emissão e registo das guias de pagamento.

Processos de execução fiscal			
Instaurados	Citados e notificados	Guias de pagamento	Diligências
54	133	65	616

b) Elaboração de manuais de procedimentos.

2.2 Expediente geral

a) Receção, classificação, distribuição, digitalização e expedição de 9.978 documentos.

b) Registo de 3.188 documentos referentes às Divisões Jurídica e Administrativa, Financeira, Aprovisionamento e Património e o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

c) Expedição (franquia) de 5.966 cartas.

d) Elaboração de manuais de procedimentos.

2.3 Atendimento ao Público

a) O atendimento ao público decorreu da forma como se segue no quadro estatístico:

Balcão	1 DPGU	2 DPGU	3 DPGU	4 DPGU	5 DIJA	6 DIDEA	7 DIDEA	8 DPGU
								(Triagem Técnicos)
Nº atendimentos	730	815	479	600	1032	770	817	282
Tempo médio atendimento	00:10:23	00:13:27	00:11:30	00:13:39	00:05:40	00:08:48	00:08:38	00:23:45
Tempo máximo atendimento	2:11:43	02:04:17	00:49:44	02:27:31	00:58:20	01:14:57	01:55:47	3:24:47
Tempo mínimo atendimento	00:00:03	00:00:02	00:00:06	00:00:01	00:00:01	00:00:02	00:00:03	00:00:00
Número desistências	0	14	3	42	21	3	13	5
Nº atendimentos falhados/decorrer	2	2	5	3	2	3	2	5

b) Emissão e revalidação de certificados de cidadãos da Comunidade Europeia; fornecimento de fotocópias e certidões do Serviço de Arquivo Administrativo, emissão e revalidação de cartões de residente, emissão de plantas de localização, emissão de guias de receita referentes ao pagamento de refeições escolares.

c) Elaboração de manuais de procedimentos.

Foi implementada a contabilidade analítica em todos os serviços da Divisão Jurídica e Administrativa.

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Área de Aprovisionamento

No período em análise o serviço de aprovisionamento desenvolveu a sua ação em torno de **102 procedimentos de contratação pública** (aquisição de serviços e aquisição de bens), no montante total de **€604.012,16**, conforme dados constantes na tabela abaixo.

De salientar que na tabela constam apenas os processos abertos, não estando refletidos outros procedimentos em fase de preparação pelos serviços.

		Proc. concluídos	Proc. em curso	Total
Contratação excluída	N.º Processos	1	0	1
	Valor	2.731,7€	0	2.731,70€
Ajuste Direto, Regime Simplificado	N.º Processos	82		82
	Valor	40.449,85€		40.449,85
Ajuste Direto, Regime Geral	N.º Processos	14	3	17
	Valor	205.589,40€	98.741,50€	304.329,90€
Concurso Público	N.º Processos	0	2	2
	Valor	0,00€	256.500,71€	256.500,71€
Acordo Quadro	N.º Processos	0	0	0
	Valor	0	0	0
Valor total:		604.012,16€		
Totais processos:		102		

No período em análise e no âmbito dos procedimentos de contratação pública em curso, os serviços não acolheram reclamações nem recursos hierárquicos.

Área do Património

No que se refere ao serviço de património será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido neste período, a realização:

- Procedimentos relativos à Hasta Pública de adjudicação do direito de arrendamento dos espaços do Centro Cultural Mercado de Sant’Ana;
- Da escritura de justificação das Salinas da Junqueira, Monte Redondo e todos os procedimentos inerentes ao registo predial;
- Da escritura de cedência do direito de Superfície, a favor do Município, da parcela de terreno para construção do Centro Escolar de Barreira e todos os procedimentos inerentes ao registo predial do fato;
- Dos Averbamentos das construções dos Pavilhões Gimnodesportivos de Souto de Carpalhosa e Pousos, às parcelas de terreno já registadas;
- De trabalhos com vista à regularização das escolas encerradas, por forma a permitir à sua eventual alienação;
- Da conferência física (atualização) dos diversos espaços físicos do edifício sede do Município, no seguimento das obras e das mudanças dos serviços ocorridas nos últimos tempos.

Área de Armazém

No que concerne ao sector de armazém, sublinha-se a elaboração e apresentação de proposta de regulamento para implementação de armazéns móveis e caixas de aprovisionamento, trabalho desenvolvido em parceria com a Divisão Financeira e que constituirá, após aprovação, um capítulo do manual de procedimentos de contabilidade analítica.

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE PROJETOS

ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES

Elaboração dos seguintes estudos ou projetos de arquitetura:

- Projeto de requalificação do Centro da Freguesia de Cortes
- Estudo prévio para construção de casa mortuária de Cortes
- Proposta para candidatura pela Junta de Freguesia de Ortigosa ao programa PRODER – Medida 3, Ação 3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural
- Requalificação de Extensão de Saúde de Caranguejeira / Unidade de Saúde Familiar
- Estudo prévio para enquadramento urbano de integração de terrenos da prisão escola na cidade de Leiria
- Realização do lay-out da Feira de Maio 2012
- Parque Urbano da Almoíña Grande
- Creche CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirence
- Extensão de Saúde de Coimbrão/ Unidade de Saúde Familiar
- Centro de Dia de Chainça
- Bairro Social da Barosa – moradia bifamiliar
- Balneários públicos de Santa Catarina da Serra
- Desenho urbano a tardoz do Tribunal de Leiria (sugestão técnica)
- Centro Escolar de Souto da Carpalhosa
- Extensão de Saúde de Cortes / Unidade de Saúde Familiar
- Centro de Dia da Chainça

Avaliação de Prédios Urbanos no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

- Participação na Comissão de Segundas Avaliações, enquanto vogal indicado pela Câmara Municipal de Leiria, tendo sido efetuadas reavaliações de vinte imóveis/ frações, antecedidas de vistorias aos locais.

Publicidade e Ocupação da Via Pública - Apoio à Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente

- Análise e informação de oitenta e oito processos de publicidade e ocupação da via pública incluindo, nalguns casos, deslocação ao local;

APOIO TÉCNICO ÀS FREGUESIAS

- Deslocação a todas as Freguesias para verificação, análise e acompanhamento das necessidades existentes;
- Fazer o levantamento das anomalias existentes e selecionar as mais urgentes para uma rápida intervenção;
- Medir, orçamentar e preparar o procedimento para a execução de alguns trabalhos;
- Selecionar o tipo de trabalho a levar a efeito de acordo com as necessidades existentes tendo em atenção o menor custo possível;
- Verificar, ouvir e resolver alguns conflitos ou queixas dos munícipes;

Brigadas – Elaboração do relatório preliminar e acompanhamento dos trabalhos

- Reunião com os respectivos Presidente da Junta de Freguesia com deslocação às vias da freguesia para definição de prioridades de intervenção e elaboração de um relatório prévio.
- Os trabalhos incluídos nas brigadas são: manutenção e reparação de vias, limpeza de bermas e taludes, abertura de caixa, aplicação de ABGE, limpeza de órgãos de drenagem pluvial existente, fornecimento e transporte de manilhas de betão, trabalhos de limpeza de bermas e nivelamento de vias.
- Reperfilamento da plataforma e de bermas, incluindo aplicação de uma camada de agregados britados de granulometria extensa, fornecidos ou não pela Junta de Freguesia. Neste período também foi executado o levantamento da sinalização solicitada pela Junta de Freguesia.
- Remoção das areias na Marginal da Praia do Pedrógão, devido à erosão da praia provocada por ventos
- Este acompanhamento verificou-se nas seguintes freguesias: Carvide, Monte Real, Amor, Souto da Carpalhosa, Monte Redondo, Maceira, Carreira, Barosa, Boa Vista, Parceiros, Azoia e Coimbra.

POLIS

Vistorias para efeitos de receção definitiva das empreitadas polis – vistorias com empreiteiros para verificação das anomalias. Reuniões com projectistas, para avaliação do sistema de rega, uma vez que existem diversos registos que apresentam anomalias no sistema de rega.

- Empreitada de Requalificação Ambiental do Rossio de Leiria
- Requalificação ambiental da Zona 3 da Intervenção Polis em Leiria, 1 e 2
- Requalificação ambiental do Parque da Cidade na Zona 4 da intervenção Polis em Leiria, Fase 1
- Execução do Açude da Fonte Quente, alargamento da Ponte do Arrabalde e Requalificação Ambiental das Margens do Rio Lis na Zona de Intervenção Polis em Leiria

MAISCENTRO

Vista de verificação física e documental com técnicos do MaisCentro dos seguintes processos de empreitadas:

- T-55/2009 – EPA2 _ Requalificação do espaço Público envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo
- T-01/2009 – EPA5 – Valorização e Requalificação do Largo Cónego de Maia
- T-9/2009 – EPA6- Iluminação da Barbacã na Rua Pero Alvito

OUTRAS ACTIVIDADES

- **Levantamentos topográficos das escolas primárias em:**
Pedrogão;

Picoto - Souto da Carpalhosa;

Campo Amarelo – Pousos;

Mouratos – Parceiros;

Fonte Cova - Monte Redondo;

Vale sobreiro – Caranguejeira;

Vale da Rosa – Caranguejeira;

Lameiro – Carvide.

- **Elaboração de proposta de encerramento da conta de processos de obras municipais**

T 137/2001 - Projeto do fecho da Circular Interna de Leiria

T 132/2002 - Circular Interna de Leiria - elaboração dos projetos complementares

- **Acompanhamento de trabalhos**

Proc.º T 112/2004 - Requalificação do Cine-Teatro de Leiria. Reparação de deficiências para efeitos de receção definitiva

- **Vistorias para efeitos de receção definitiva**

T 122/2006 – Reforço da Ponte da Ruivaqueira e beneficiação de caminho agrícola envolvente à ponte, na margem direita do

Rio Lis, empreitada adjudicada à empresa Novopca, S.A.

T 112/2004 - Requalificação do Cine-Teatro de Leiria, empreitada adjudicada à empresa Lena Engenharia e Construções, S.A.

T 141/2003 - Reparação da Estrada dos Soutos (Caranguejeira) troço da Opeia ao cruzamento para Vale da Garcia (Pousos), devido às intempéries, Requalificação do C.M. 1243, troço da E.N. 113 até ao viaduto da A 1, freguesia da Caranguejeira – Leiria, empreitada adjudicada à empresa Manuel Conceição Antunes

T 26/2005 - Requalificação do C.M. 1243, troço da E.N. 113 até ao viaduto da A 1, freguesia da Caranguejeira - Leiria, empreitada adjudicada à empresa Manuel Conceição Antunes

- Equipamento infantil para o Parque de Campismo Praia - Dimensionamento das fundações de um teleférico, um escorrega grande, um balouço duplo e uma mola para duas crianças

- **Vistorias para verificação das condições de segurança e salubridade**

Processo de vistoria n.º 2/12, respeitante ao edifício localizado na Rua Barão Viamonte N.º 6, em Leiria

- Reclamação da Loja do Condomínio sobre o muro na zona do campo de ténis situado na Rua Dr. Hasse Ferreira – Foi efetuada um registo fotográfico do muro para efeitos de perceção da evolução da fendilhação do muro ao longo do tempo. No próximo mês será efetuada uma nova visita ao local, para análise da situação e informação
- Vª Edição do Prémio Korrodi - Participação no júri de concurso para avaliação das propostas concorrentes ao prémio Korrodi, promovido pela freguesia de Leiria
- Participação em diversas reuniões de trabalho promovidas pelos responsáveis superiores hierárquicos

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Máquinas e Viaturas

- Foram propostas 59 adjudicações para reparação/revisão de viaturas e máquinas;
- Foi feita a gestão de combustíveis e respetiva inserção em programa informático;

- Foram efetuados 23 transportes solicitados pelos diferentes serviços municipais;
- Foram efetuadas 72 lavagens exteriores, 63 lavagens interiores, 12 mudanças de óleo e 8 lubrificações;
- Na última semana de maio, foram entregues 20 viaturas referentes ao Aluguer Operacional de Viaturas.

Oficinas

Os Setores de Oficinas (**Carpintaria, Serralharia, Eletricidade e Canalização**) efetuaram diversos trabalhos para a conservação e manutenção de edifícios municipais, escolas e jardim-de-infância.

- O Setor de Eletricidade efetuou ainda a reparação e manutenção dos semáforos do concelho (quinzenalmente); manutenção e recolha diária de valores dos parcometros sob jurisdição do Município, manutenção da iluminação cénica de edifícios, monumentos e da iluminação pública do percurso Polis (mensalmente).
- O Setor de Canalização efetuou visitas técnicas semanais aos sistemas de bombagem existentes no edifício do Mercado Santana, Centro Azul da Praia do Pedrógão e visitas pontuais aos grupos de bombagem existentes nos edifícios municipais, por forma a verificar o seu funcionamento. Prestou apoio no despejo de fossas de várias escolas e Jardim-de-infância e vários serviços de apoio a edifícios municipais.
- Oficina de Carpintaria: execução de vários serviços no edifício sede da Câmara Municipal de Leiria, parques infantis, zonas pedonais, Biblioteca Municipal, Moinho do Papel, Cemitério e várias escolas.
- Oficina de Serralharia: reparação de grelhas e execução de vários serviços em escolas, parques infantis e bairros sociais, mercados e sanitários públicos, Biblioteca Municipal, Castelo, Centro de Interpretação Ambiental, oficinas da Guimarota.
- Oficina de Eventos: apoio na realização do evento “Festival de Teatro Juvenil”, “Feira de Maio”, “Trocar por Miúdos”, “XIII Jornadas Fapas”, “Festa dos Povos”, “Comemorações do 25 de Abril e 1 de maio”, “Feira de Maio”, “Dia da Cidade”, “Dia da Água”, “Mercado do Livro”, “Semana e Serenata Académica”. Este sector também dá apoios diversos às Freguesias e Associações na cedência de Equipamentos.

Conservação de Vias e Obras de Arte

- Manutenção de calçadas/passeios, incidindo maioritariamente os trabalhos nas Freguesias de Leiria, Marrazes, Parceiros e Monte Redondo;
- Colocação de placas indicativas (parque de merendas) em várias ruas na freguesia de Amor;
- Reparação do pavimento (semi-penetração) na Rua dos Novos – Moital (Bajouca);
- Limpeza da via/planificação (Barosa);
- Reparação do pavimento (semi-penetração) Lameira – Vale da Rosa (Caranguejeira);
- Limpeza e manutenção da via/planificação, bem como reparação do pavimento em semi-penetração (Caranguejeira);
- Limpeza da via/planificação (Marrazes);
- Reparação do pavimento (semi-penetração) e limpeza da via – Paço (Monte Redondo);
- Reparação do pavimento (semi-penetração) – Graveto – (Monte Redondo);
- Reparação do pavimento em semi-penetração – Pinheira (Santa Catarina da Serra)
- Limpeza da via/planificação (Parceiros);
- Limpeza e manutenção da via/planificação (Santa Eufêmea);
- Limpeza e manutenção da via/planificação Bajouca);
- Limpeza e manutenção de vias/planificação (Azóia);
- Reparação de calçada – Relvinha (Boa Vista);
- Limpeza e manutenção de vias/planificação (Carvide);
- Limpeza e manutenção de vias/planificação (Coimbrão);
- Marcação de lugares de estacionamento junto à Praia do Pedrógão (Coimbrão);
- Colocação de produto herbicida, incidindo maioritariamente os trabalhos nas freguesias de Leiria, Marrazes, Parceiros e Coimbrão;

- Cedência de massas asfálticas, nomeadamente à freguesias de Caranguejeira, Coimbrão, Cortes, Maceira, Marrazes, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Ortigosa, Parceiros, Pousos, St.ª Catarina da Serra, Souto da Carpalhosa.

Conservação de Edifícios

- Quanto às obras de reparação e beneficiação dos edifícios municipais, para além dos trabalhos semanais de manutenção, destacam-se os trabalhos realizados nos parques infantis. Foram também realizados trabalhos no Bairro Social de Sá Carneiro, no Bairro Cova das Faias e em diversas escolas.

Parques e Espaços Verdes

Construção, Conservação e Manutenção de espaços verdes em diversas freguesias

Espaços intervencionados
Construção do sistema de rega e jardim nos canteiros em frente ao Tribunal de Leiria
Construção do sistema de rega e jardim em frente à junta de Freguesia dos Marrazes
Construção do sistema de rega e jardim Largo 5 de Outubro em Frente ao banco de Portugal

As rotundas de Leiria sofreram na maioria uma requalificação.

Manutenção - Corte de Árvores

Procedeu-se ao abate das árvores constantes no quadro que se apresenta em anexo por apresentarem deficientes condições fitossanitárias.

Árvores	Local	Data	Quantidade
Populus - nigra	Vale do Horto- Azoia	28-03-2012	1
Gravillea	Rua 25 de Abril	28-03-2012	1
Pinus- pínea	Rotunda d.dinis	09-04-2012	1
CEDRus	Horto Municipal	26-04-2012	1
Olaia	Rua machado dos santos	21-05-2012	1

Horto Municipal

As atividades desenvolvidas no Horto Municipal durante o período em referência fundamentaram-se, essencialmente, nas seguintes intervenções:

- Propagação de plantas;
- Preparação de floreiras; Preparação de vasos ornamentais.
- Realização de compostagem

Foram requisitados e movimentados aproximadamente 192 vasos para embelezamento de vários eventos realizados.

Registo	Local da Entrega	Evento	Quant	Custo de mão obra
2012-4548	Anfiteatro do Carpalho	Desfile etnográfico – 20 de Maio	12	13.11
2012-8748	Mercado Santana - INT 5330-2012	Desfile de lingerie	20	22.20
2012-4416	Pernelhas	FADOS- Centro Cultural Pernelhas-26 de Maio	12	49.58
Telefone	Porta 2 e 7- Estádio leiria	Jogo de futebol-26-05-2012	44	25.77
2012-4426	MERCADO SANTANA	FEIRA DE LIVRO	36+68	114.76

Fornecimento árvores, arbustos e herbáceas:

Localidade	Árvores	Arbustos	Herbáceas	Plantas anuais
Freguesias				
Marrazes	13	70	0	1750
Monte real		43	80	650
Parceiros	26		0	0
Leiria		250	206	10512

Compostagem

Durante o período em análise procedeu-se ao acompanhamento e monitorização do processo de compostagem desenvolvido na Unidade de Compostagem Municipal, tendo sido construídas 10 pilhas de compostagem. O principal objetivo é a valorização orgânica do material vegetal resultante das manutenções dos espaços verdes do Concelho, cuja responsabilidade pertence à Divisão de Parques e Espaços Verdes.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- T-114/2008 - EXECUÇÃO DE DUAS GARES E DE UMA PASSADEIRA ELEVADA, EM FRENTE AO CENTRO DE SAUDE MARRAZES.
Adjudicada À Firma António Emílio Gomes & Filhos, Lda. Pelo valor de €24.240,50+IVA, e prazo de execução de 2 meses, foi consignada a 13/07/2009, encontrando-se suspensa desde então,
- T-02/2012 - EXECUÇÃO DE COLECTOR ÁGUAS PLUVIAIS NUM TROÇO DA RUA 17 DE DEZEMBRO, ALARGAMENTO DA PLATAFORMA, EXECUÇÃO DE PASSEIO DO LADO ESQUERDO, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS ACESSÓRIAS NA RUA DO CEMITÉRIO FREGUESIA DE BAJOUCA
Adjudicada à Firma Ferduliz, Lda. pelo valor de €17.442,00+IVA e prazo de execução de 45 dias. Consignada a 16/04/2012.
A receção provisoria foi feita a 16/04/2012.

- T-42/2011 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA OUTEIRO DO POMAR E RUA DOS MARINHEIROS - MOVIMENTO DE TERRAS E COLECTORES
Adjudicada à empresa Manuel da Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas, SA, pelo valor de €29.700,50+IVA, e prazo de execução de 3 meses.
- T-18/2011 - CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA CARANGUEJEIRA
Adjudicada à Firma Matos & Neves, Lda. pelo valor de €671.398,53+IVA, pelo prazo de 18 meses.
- T – 41/2008 - (Obra através de protocolo de competências) ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DA MACEIRA.
- T - 12-2011 - PRODER - CONSTRUÇÃO DE UM PONTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DA BARREIRA.
Adjudicada a Matos & Neves, Lda. pelo valor de €18.045,00+IVA, e prazo de execução de um mês. Consignação ocorreu a 6/10/2011, encontrando-se suspensa desde essa .
- T – 37/2011 – EXECUÇÃO DE COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS, VALETAS EM BETÃO E OBRAS ACESSÓRIAS NAS FREGUESIAS DE MARRAZES, ORTIGOSA, LEIRIA, MONTE REAL/CARVIDE.
Adjudicada a Matos & Neves, Lda. pelo valor de €32.333.70+IVA, e prazo de execução de 2 meses. Consignação ocorreu a 5/12/2011. Recebida provisoriamente.
- T – 40/2011 - DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS ACESSÓRIAS NO TROÇO DA RUA BARÃO SALGUEIRO E DEMOLIÇÃO DA CASA Nº24 PARA ALARGAMENTO DA RUA S.MIGUEL – STª CATARINA DA SERRA
Adjudicada a Empresa Manuel da Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas, SA. pelo valor de €24.964,80IVA, e prazo de execução de 2 meses. Consignação ocorreu a 3/01/2012. Recebida provisoriamente a 1/03/2012.
- T - 01/2012 – ADAPTAÇÃO DE ESPAÇO EXISTENTE NO 2º PISO DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO PARA INSTALAÇÃO DE GABINETE DE APOIO AO ARQUIVO MUNICIPAL.
Adjudicada à Firma Ferduliz, Lda. pelo valor de €10.249,50+IVA e prazo de execução de 1 mês. Consignada a 13/03/2012 e recepção provisória a 13/04/2012.
- T – 02/2011 – CONSTRUÇÃO DO ARRUAMENTO DE ACESSO AO CENTRO EDUCATIVO DE COIMBRÃO
Adjudicada à Empresa Manuel da Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas, SA. pelo valor de €55.516,95 + IVA e prazo de execução de 2 meses. Consignada a 24/04/2012.
- T – 107/2009 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA A REDE DE FIBRA ÓTICA E ALTERAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS – LARGO DE S. PEDRO – LEIRIA
Adjudicada à Firma Litobras, Lda. pelo valor de €15.998,95+IVA e prazo de execução de 15 dias. Consignada a 07/05/2012 e recepção provisória a 13/04/2012.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS CANDIDATADAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS

- T – 32/2010 - RECONVERSÃO DO CONVENTO DO SANTO AGOSTINHO
Empreitada suspensa, em resolução a rescisão do contrato de empreitada.
- T – 47/2010 - CONSTRUÇÃO DA REDE CICLÁVEL
Esta empreitada iniciou – se no dia 08 de Fevereiro do corrente ano, em que terá um prazo de execução de 5 meses, com a data da sua conclusão no dia 08 de Junho de 2012.
Adjudicada à Empresa Construções António Leal, SA.
- T – 75/2010 - “AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE MONTE REDONDO”
A empreitada acima referida foi consignada à firma “Soteol – Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda”, em 19/09/2011, pelo valor de 1.438.000,19 € + IVA,

Descrição das atividades:

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (comparativo 2010/2011/2012)

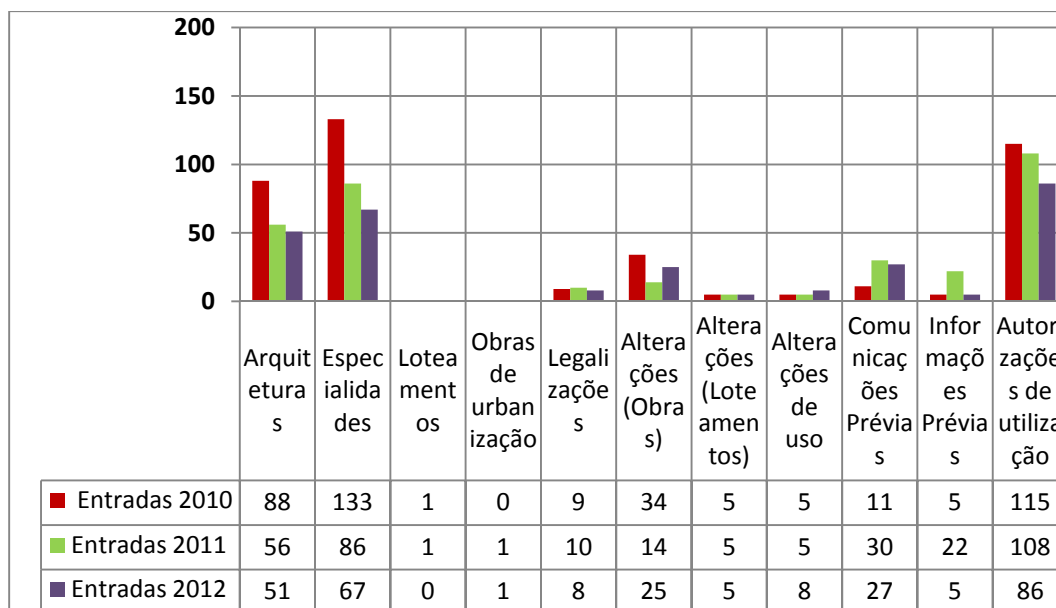


Gráfico 2 – Entrada de processos de obras (comparativo 2010/2011/2012)

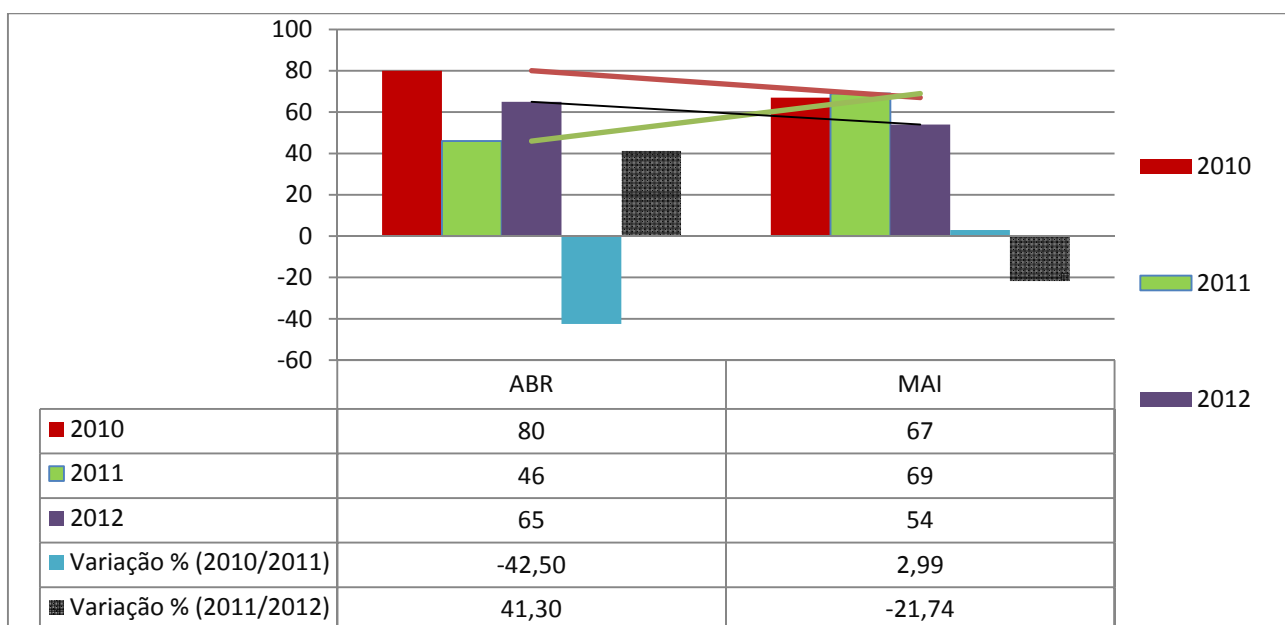
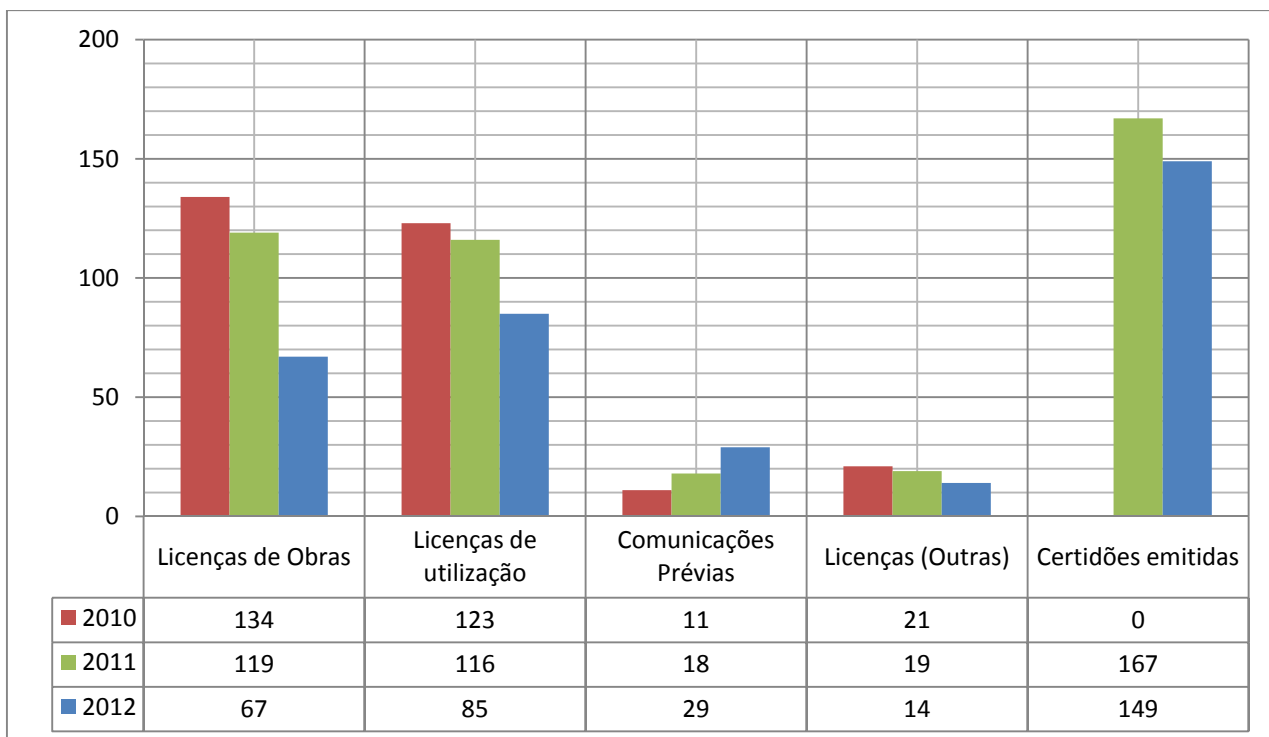


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás, Admissões de Comunicações Prévias e Certidões (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 1: O decréscimo significativo de alvarás de licença de obras emitidos justifica-se pelo facto de terem aumentado o número de admissões de comunicações prévias, face ao tipo de controlo prévio a que ficaram sujeitas as operações urbanísticas por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março. Do somatório de licenças e comunicações prévias **verifica-se em 2012 um decréscimo em relação ao ano anterior na ordem dos 30%**. Relativamente às licenças de utilização verifica-se igualmente uma descida, que ronda os 26,7%.

Gráfico 4 – N.º de Fogos (comparativo 2010/2011/2012)

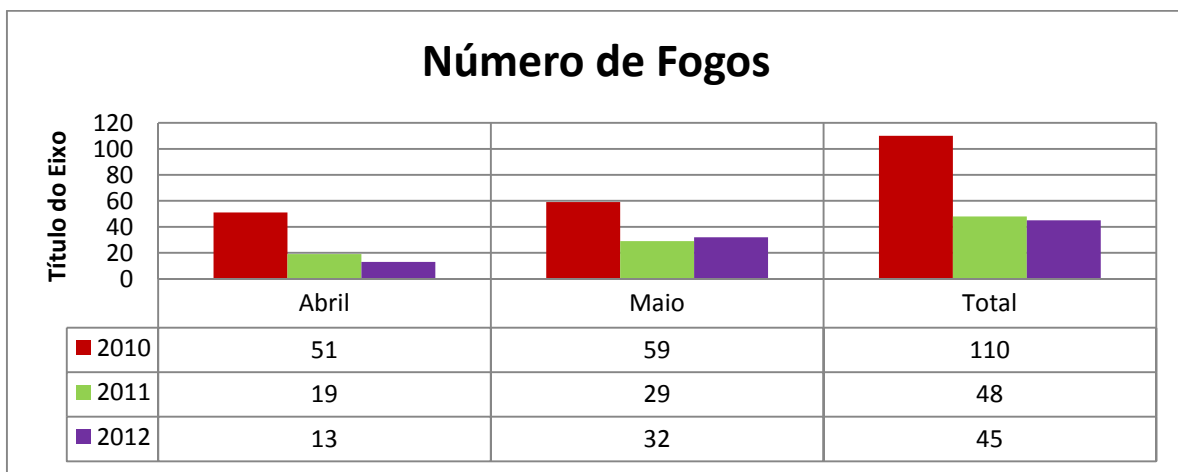
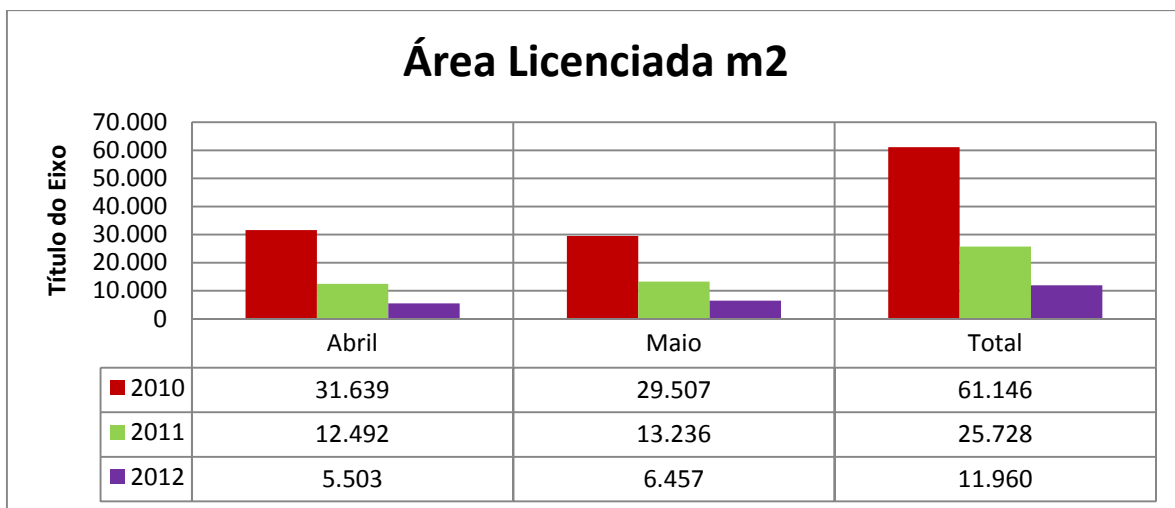


Gráfico 5 – Área licenciada/admitida (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 2: Verifica-se uma redução drástica da área licenciada que ronda os 53,21% em relação ao período homólogo do ano anterior, justificada pela diminuição de edifícios de habitação unifamiliar. Em 2011 foram levantadas licenças referentes a 43 moradias + 2 edifícios de habitação coletiva, sendo que em 2012 foram emitidas apenas licenças para 21 moradias + 2 edifícios de habitação coletiva.

Número de reclamações - 1

Atendimentos técnicos – 310

Fornecimento de dados ao Serviço de Finanças no âmbito do processo extraordinário de avaliação de imóveis / IMI

As novas regras da avaliação geral de imóveis (Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro) obrigaram a um intenso trabalho de recolha e tratamento de informação relativa aos prédios urbanos a avaliar, para posterior envio aos serviços de finanças por via eletrónica.

As principais tarefas desenvolvidas são: identificação de processos através dos dados fornecidos, recolha de processos, análise e triagem dos elementos a digitalizar, digitalização, tratamento de informação, visitas ao local e carregamento de dados na plataforma.

Foram submetidos na plataforma das finanças 5308 pedidos, dos quais 1008 foram posteriormente retirados pelo Serviço de Finanças. Dos restantes 4300 pedidos, a Câmara Municipal carregou 3188, a que corresponde uma taxa de execução de 74,1%. (Os elementos carregados correspondem, na generalidade, às telas finais do projeto de arquitetura, alvarás de obras e utilização e plantas de localização).

Nota: Neste período foram ainda carregados dados relativos a pedidos efetuados anteriormente pelo Serviço de Finanças não sendo possível nesta data apurar o número exato.

Ordenamento, Planeamento e Estratégia Territorial – Estudos, Projetos e Planos

• Revisão do Plano Diretor Municipal

Conclusão da fase de atualização dos Estudos de Caracterização e Estratégia de Desenvolvimento:

1. Auscultação de entidades sobre a estratégia do PDM – NERLEI, IPL e ADLEI, Entidade Regional de Turismo;
2. Preparação de elementos de apoio à análise às equipas que participam na revisão do PDM e tratamento de informação;
3. Avaliação e reformulação dos documentos entregues pela equipa técnica;
4. Análise/informação da proposta de delimitação da RAN bruta do concelho de Leiria para validação da DRAPC;
5. Atualização dos Estudos de Caracterização do Património Arquitetónico e Paisagístico em colaboração com a DIACMB;

6. Transposição de peças desenhadas do PDM para SIG.

Gráfico 6 – Extrato do cronograma da Revisão do PDM (período de referência)



- **Alteração ao Regulamento do Plano Municipal em vigor (7ª Alteração)** - Adaptação ao Regime de Exercício da Atividade Industrial (Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro). Submissão dos elementos para publicação em Diário da República e depósito na Direção Geral do Território.
- **Alteração ao Plano Diretor Municipal em vigor (8ª Alteração)** - Processo de classificação e reclassificação do solo em Vale Pereiro que permita enquadrar um conjunto de atividades económicas existentes e a implantar, para impulsionar e apoiar a dinâmica empresarial e a criação de emprego à escala local; e enquadramento do processo de licenciamento das instalações afetas à atividade pecuária no concelho.

Conclusão do período de participação preventiva (n.º 1 do artigo 74º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – não foram apresentadas quaisquer sugestões, reclamações ou informações.

Elaboração do relatório justificativo de alteração.

- **Plano Pormenor S. Romão/Olhalvas PP1**
Preparação dos elementos para publicação em Diário da República e depósito na Direção Geral do Território.
- **Plano de Pormenor de Arrabalde da Ponte** - em fase de discussão pública.
Reformulação da proposta na sequência da reunião de concertação com a CCDRC e a DGADR.
Elaboração do Resumo Não Técnico do Relatório do Ruído, conforme orientações da CCDRC.

Abertura do período de participação preventiva – elaboração de documento de suporte à deliberação de câmara e elaboração de aviso para publicação em Diário da República e publicitação em Jornais e página da Internet.

Reformulação da Memória Descritiva e Justificativa da proposta da exclusão da Reserva Ecológica Nacional, de acordo com as indicações transmitidas pela CCDRC, para agendamento na Comissão Nacional da REN.

- **Plano de Pormenor da Frente Marítima do Pedrógão** - em fase de reformulação

Análise da versão final apresentada pela equipa técnica.

- **Projeto de Requalificação Paisagística da Rua da Cova e envolvente da Casa da Cova, Bidoeira de Cima** - em fase de projeto de execução.
- **Projeto de Alteração ao Loteamento 20/87** – em curso

Alteração ao Lote 64.

- **Projeto de Alteração às áreas de equipamento dos Loteamentos 7/90 e 29/96** – fase de consulta pública
- Conclusão do projeto de alteração das áreas de cedência.
- Elaboração de **Proposta de Regulamento para os Espaços Verdes Exteriores** do município de Leiria.
- **Processos de Interesse Público Municipal**

Variante da Caranguejeira - finalização dos documentos a enviar à CCDRC relativos ao procedimento de reconhecimento de interesse público da ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional, de acordo com o n.º 2 do artigo do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

- **Instrumentos de Planeamento e Gestão de ordem superior – Análise e Pareceres**

1. Processos de utilização não agrícola de áreas integradas em Reserva Agrícola Nacional (ERRAN);
2. Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis;
3. Projeto de Decreto-Lei do Conselho de Ministros que aprova as linhas orientadoras e estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural (em fase de consulta pública);
4. Revisão do PDM de Pombal - Estudos de Caracterização (revisão); Relatório de Avaliação da Execução do PDM, Diagnóstico, Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento e Proposta de Definição de âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica;
5. Revisão PDM de Ourém - Estudos de Caracterização;
6. PROT-C – Adaptação do PDM ao plano regional;
7. Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios – proposta de alteração.

- **Estudos de Impacto Ambiental – Análise e Pareceres**

1. Estudo de Impacto Ambiental e Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística da Pedreira do Corvo, Monte Redondo;
2. Plano de Pedreira relativo à exploração 4789 "Outeirinho", explorada por Aldeia e Irmão, S.A.

- **Apoio Técnico - Arquitetura Paisagista**

1. Regulamento de ocupação do espaço público;
2. Reabilitação dos Jardins Históricos do Solar dos Viscondes da Barreira;
3. Reabilitação da ribeira do Pisão, Bajouca;
4. EPA3, Leiria – Instalação de ciprestes na base do miradouro;
5. Regulamentação de Hortas Urbanas;

6. Regulamentação de projetos de espaços verdes exteriores.

- **Apoio Técnico**

Preparação de elementos para uma exposição de imagem a realizar no Mimo sobre Leiria no Séc. XX, promovida pela Divisão de Cultura

Ordenamento, Planeamento e Estratégia Territorial – Sistema de Informação Geográfica

- **Atualização sistemática da base de dados de informação geográfica existente na autarquia**

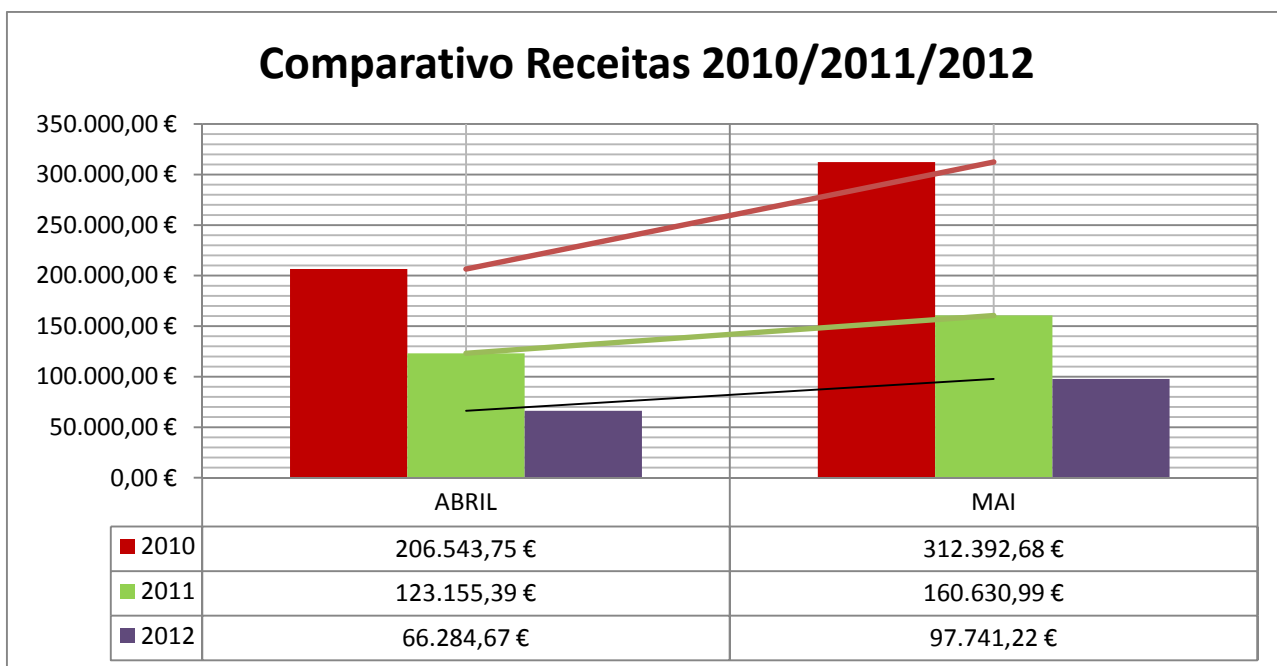
Atividades económicas; equipamentos educativos; património arquitetónico e paisagístico; marcos quilométricos do concelho; áreas de proteção do centro histórico; carregamento e validação da Informação toponímica e da Freguesia da Bidoeira de Cima; Georreferenciação das cartas militares (1ª série M888 do IGEOE); participações de munícipes e processos do REAL a ponderar na revisão do PDM; levantamentos topográficos.

Conclusão do procedimento de ‘aquisição de serviços, formação e licenciamento de software para implementação de uma plataforma integradora de gestão de informação geográfica municipal’ (base tecnológica de licenciamento ilimitado e respetivos serviços de apoio técnico).

- **Elaboração da Carta de Compromissos Urbanísticos**
- **Georreferenciação (com GPS navegação) das atividades económicas do concelho – continuação.**
- **Revisão dos limites administrativos entre o município de Leiria e Ourém**
- **Cadastro de processos de operações urbanísticas:** vectorização e georreferenciação - 806 processos

Informação financeira do Departamento

Gráfico 7 – Receita (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 3: A receita desce 42,20 % em relação ao período homólogo de 2011, motivado pela redução significativa da área licenciada.

Reabilitação Urbana

- Prestado apoio ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela equipa que pretende criar as condições para intervir na reabilitação do Centro Histórico à escala do quarteirão, tendo sido efetuadas várias reuniões de campo, em que participaram o IGESPAR, tendo sido

avaliada a proposta apresentada para a intervenção em dois quarteirões localizados entre a Rua da Beneficência e a Rua Alfredo Keil;

- Realização de ação de sensibilização no dia 7 de Maio relativa aos estabelecimentos de restauração e bebidas, tendo sido efetuado um levantamento da situação de todos os estabelecimentos incluídos na Área de Reabilitação Urbana do qual resultou uma lista de estabelecimentos em situação ilegal. Foi estabelecida uma metodologia para intervenção, tendo sido realizadas várias reuniões com os interessados de modo a promover a legalização dos estabelecimentos;
- Elaboração de proposta para a estrutura e conteúdos a disponibilizar no SITE municipal, através da criação de um espaço dedicado ao centro histórico, que se encontra para validação;
- Elaboração da lista dos edifícios devolutos e degradados para efeitos de majoração do IMI e entregue aos Serviços Municipalizados para confirmação de dados sobre os contadores e respetivos consumos;
- Continuidade dos estudos que visam proporcionar um melhor conhecimento do centro histórico (cadastro levantamentos do edificado; levantamentos funcionais);
- No âmbito da gestão urbanística, foram dados vários pareceres e foi feito o acompanhamento dos processos e das obras incluídas na Área de Reabilitação Urbana- ARU, em colaboração com a DIGU e o IGESPAR;
- Apresentação pública sobre a experiência da reabilitação no centro histórico de Leiria, intitulada “conhecer para melhor reabilitar” num seminário sobre reabilitação promovido pela empresa Umbelino Monteiro;
- Participação no Júri da 5ª bienal do prémio Korrodi.

DIVISÃO DE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

No período em apreço, procedeu-se ao apetrechamento informático e conclusão do Centro Escolar do Coimbrão. Ainda no âmbito dos Centros Escolares, em articulação com o departamento de infraestruturas e manutenção, desencadearam-se procedimentos para concurso dos centros escolares de Parceiros e Barreira.

Relativamente ao reordenamento da rede escolar e concluído o processo de agregações de unidades de gestão, o Ministério da Educação determinou a agregação dos Agrupamentos de Escolas e Jardins da Serra (Santa Catarina da Serra) e Agrupamento de Escolas Dr. Correia Alexandre (Caranguejeira), apesar dos pareceres desfavoráveis dos diversos parceiros educativos, pelo que o Município de Leiria, em devido tempo, alertou a tutela para o equívoco desta decisão.

Quanto à segurança, e decorrente do processo de manutenção dos extintores de incêndio instalados em edifícios escolares, procedeu-se a articulação e definição de estratégias intersectoriais (Educação, Recursos Humanos - saúde, higiene e segurança no trabalho- e da Proteção Civil e Bombeiros), que passarão por realização de visitas periódicas aos edifícios municipais, elaboração dos respetivos relatórios, atualização da caracterização dos equipamentos educativos e resolução de não conformidades detetadas. No que diz respeito à gestão de equipamentos informáticos, o gabinete “SERVIÇO DE APOIO INFORMÁTICO” (sai@cm-leiria.pt) prestou o seu apoio de manutenção em 24 estabelecimentos de ensino: Agrupamento Marrazes (2), Agrupamento Rainha Santa Isabel – Carreira (6), Agrupamento de Escolas e Jardins da Serra (3), Agrupamento Correia Mateus (3), Agrupamento de Colmeias (7), Agrupamento D. Dinis (3).

No âmbito da ação social escolar e considerando a crise económica e social que as famílias enfrentam, a Câmara Municipal de Leiria aprovou a implementação de um conjunto de medidas de apoio socioeducativo, nomeadamente: flexibilização da atribuição de escalões face a situações de desemprego e outras dificuldades socioeconómicas inesperadas e comprovadas, apoio a programas de tempos livres e refeições durante o período de férias, com o reforço do apoio a alunos abrangidos pelos escalões A e B (mais carenciados) e flexibilização do limite de vagas das CAF, aumentando a capacidade das mesmas nas situações em que exista lista de espera.

Ao nível do ensino superior, procedeu-se a alteração do regulamento de “atribuição de bolsas de estudo do Município de Leiria”, a fim de ser alargada a atribuição de bolsas de 15 para 30 alunos, com redução da bolsa de mil para quinhentos euros.

«As Bolsas de Mérito» fazem também parte destas medidas e consistem na atribuição de um voucher cultural “Município de Leiria”, para acesso ao Teatro José Lúcio da Silva e outros espaços culturais do Município, aos três melhores alunos, por ciclo de ensino, em cada agrupamento e escola não agrupada da rede pública e privada, de acordo com o regulamento interno de cada estabelecimento de ensino.

Com o projeto “Livro Meu | Livro Teu”, fundo municipal de manuais escolares, através da troca ou doação de livros escolares pretende-se diminuir os encargos familiares, desenvolvendo o sentido de partilha e solidariedade social, além de promover a reutilização do livro e gestão responsável do papel e contribuir para uma maior consciencialização ambiental;

O Banco de Voluntariado na Educação desenvolverá ações nas escolas através do acompanhamento de crianças portadoras de deficiência, vigilância nos recreios, apoio ao professor/educador, CAF e AEC, refeições, projetos e apoio na manutenção e conservação dos espaços escolares. O Banco de Voluntariado na Educação será adaptado ao Banco de Voluntariado Municipal, prevendo-se a articulação com os programas desenvolvidos nas escolas.

No âmbito do Regime de Fruta Escolar, concluiu-se o relatório trimestral referente ao 2.º período do ano letivo, tendo em vista a transferência de verba de ajuda ao referido programa. Em relação a este 2.º trimestre foram distribuídas 101.972 peças de fruta aos 4642 alunos do 1.º ciclo, totalizando o pedido de ajuda o valor de € 16.213,55.

No período em apreço, os serviços da DIJE remeteram à DREC os relatórios referentes aos meses de dezembro de 2011 a março de 2012, relativos ao Programa de Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

O Gabinete de Apoio às Refeições Escolares (GARE), deu continuidade à monitorização do programa versando a análise e validação da oferta alimentar proporcionada pelas empresas de restauração coletiva, em exercício nos espaços educativos, com especial relevo nos refeitórios dos estabelecimentos de ensino da EB1 Cruz D’Areia (Agrupamentos José Saraiva) e Maceira.

Relativamente à preparação do próximo ano letivo 2012-2013, encontram-se em preparação procedimentos conducentes a garantir os respetivos serviços de atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, refeições escolares, componente de apoio à família e fruta escolar.

Decorreu de 14 de abril a 16 de maio, no Teatro Miguel Franco, a 18.ª edição do Festival de Teatro Juvenil com a apresentação das 14 peças das escolas participantes: Escola EB 2, 3 de Marrazes, Escola EB 2, 3 Dr. Correia Mateus, Escola Básica Integrada de Santa Catarina da Serra, Colégio Senhor dos Milagres, Colégio Conciliar Maria Imaculada, Escola de Formação Social Rural de Leiria, Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, Escola Básica e Secundária de Maceira, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Escola 2, 3 Dr. Correia Alexandre e com a participação especial do Instituto Educativo do Juncal. O Festival contou com 300 alunos participantes e a assistência de 2500.

O projeto “Trocar por Miúdos 2012», destinado a alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, culminou com as comemorações do Dia Mundial da Criança, no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, em Leiria, no dia 1 de junho, com a realização da Assembleia Pequenos e Deputados e com um conjunto de atividades lúdicas e desportivas, tendo contado com a participação das seguintes escolas: EB Quinta do Alçada (Marrazes), EB Caranguejeira, EB Caxieira e EB Quintas do Sirol (Santa Eufémia), EB Caldelas, EB Souto de Cima, EB Palmeiria (Carangejeira), EB Agodim (Colmeias), EB Cortes e EB Monte Redondo.

De salientar o conjunto de parcerias estabelecidas e contributo de diversas entidades tanto na realização das atividades como no almoço oferecido às crianças.

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, MUSEUS E BIBLIOTECA

1. CASTELO

- **Gestão de recursos humanos, serviços, manutenção e programação:** coordenação do estágio curricular de Elisabete Neves aluna do 3.º ano do curso de Animação Cultural do Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais e de André dos Santos do Agrupamento de Escolas da Batalha.

- **Apoio a eventos – animação cultural, colóquios e cerimónias protocolares:** Divulgação, coordenação da logística e acompanhamento dos eventos: *Castelo de Sons* “The Amplectors”- 4 maio e “GMC 11/12”- 2 junho; *Yoga no castelo* - 28 abril e 26 maio; *Castelo D’Atores* “A Princesa do Amor de Sal”- 20 maio; *Concurso de Música – ZUS*, entre as Escolas Secundárias Domingos Sequeira, Francisco Rodrigues Lobo e Afonso Lopes Vieira, com os apoios da Associação Cultural de Leiria e FADE IN- 26 de maio; projeto da Associação *Floresta Natura* com a dinamização da atividade “*Uma árvore, um amigo*”, entre avós e netos – 10 junho. Elaboração dos conteúdos para os áudio-guias do Castelo de Leiria e Moinho do Papel; seleção

de fotos para Quiosque Multimédia no Castelo (fotos referentes às atividades desenvolvidas em 2010 e 2011 – Entre Muralhas, Recriações históricas, Yoga, Castelo D'Atores, Castelo de sons). Desenvolvimento de atividades no âmbito das Férias de Verão no Castelo.

- **Estatística geral:** Total de visitantes 8.431 | Receita bilheteira: €8.150,99 | Receita loja: €46,16

1. ARQUEOLOGIA NA CASA DOS PINTORES

- **Visitas guiadas/Abertura ao Público:** 21 visitantes, incluindo investigadores e estudantes.

- **Atividades pedagógicas e de divulgação:** Iniciativas de divulgação do património e história de Leiria, incluindo visitas guiadas. Elaboração de guião de visita do Castelo de Leiria, com os novos resultados das intervenções arqueológicas realizadas em 2011. Iniciativas de comemoração do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2012*, visitas guiadas ao CIALV. Facultou-se documentação a arqueólogos, munícipes, investigadores e estudantes, nas áreas de arqueologia, reabilitação urbana, museografia, turismo, artes visuais e arquitetura. Apoio ao Museu Escolar para a realização de exposição temporária.

- **Conservação e Restauro:** Limpeza do sítio arqueológico e acondicionamento de material arqueológico proveniente do Abrigo do Lagar Velho, Lapedo; acompanhamento dos trabalhos no Convento Santo Agostinho; consulta prévia de empresas de conservação e restauro para St. Agostinho.

- **Arqueologia e Património (Casa dos Pintores e Reservas do Município de Leiria):** Planos de trabalhos para: Estrada Atlântica, do processo Edifícios Prioritários, do Parque de Lazer e Merendas do Lapedo. Acompanhamento de reabertura de vala para fibra ótica no Largo de São Pedro e da intervenção no EPA 3 – Centro Histórico de Leiria (2ª fase). Gestão da reserva municipal. Implementação de base de dados de inventário *In Patrimonium: Tramitação de dados das coleções do MIMO e Agromuseu do Programa Matriz para o In Patrimonium*. Programação da Rota de Escritores em Leiria. Processos de Classificação da Igreja da Misericórdia e da Quinta do Barão do Salgueiro. Apoio técnico nos processos de intervenção no Centro Histórico da Cidade de Leiria; Apoio documental a 38 processos, com intervenção arqueológica, realizados na área do restante concelho de Leiria. Articulação de protocolos: IGESPAR, IP., com o Instituto Politécnico de Tomar, com o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, com o Arquivo Distrital de Leiria, com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e com o Museu Nacional de História Natural. Inventário e reorganização do espólio do Abrigo do Lagar Velho, em parceria com o IGESPAR, IP., na Reserva Municipal e selagem da área escavada no sítio arqueológico, e escavação parcial do testemunho pendurado, em parceria com o IGESPAR, e com o apoio solícito da Junta de freguesia de Santa Eufémia.

- **Exposições:** Implementação da proposta para musealização de salas dos Paços Novos do Castelo, destinadas a exposições temporárias, bem como, para materialização da reabertura da exposição *Habitantes e Habitats* ao público. Execução de exposição sobre a arqueologia do Castelo - Cinco Milénios de História: Arqueologia no Castelo de Leiria, no quadro da reabertura das salas dos Paços Novos, e readaptação das áreas passíveis de serem visitáveis. Apoio na programação de exposição temporária sobre Cerâmica, a instalar no m|i|mo (análise e seleção de espólio – arqueológico, e do acervo do antigo Museu de Leiria), em parceria com IPL - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto (CDRsp). Programação de exposição para sala do m|i|mo, e referente à 1ª metade do século XX em Leiria (fotografias e manuscritos).

- **CIALV – Centro de Interpretação do Lapedo:** 8 visitas guiadas – 142 visitantes. Desenvolvimento do processo para a salvaguarda do património arqueológico do Vale do Lapedo, em parceria com o IGESPAR, IP., bem como de gestão e inventário do espólio referente ao Abrigo do Lagar Velho e Abrigo do Alecrim.

1. BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO

- Estatísticas: **Leitura:** Livros emprestados – 4.428 | Livros consultados – 5.430 | Total de utilizadores da Biblioteca – 18.671 | Novos Leitores - 162 | Total de utilizadores da internet – 1.595 | SABE- Bibliocaixas – 900 documentos emprestados | **Arquivo Histórico:** Recuperação de informação das atas de 1953 a 1955 – 2.470 documentos recuperados | digitalização de 23 Processos de obras | consulta de 105 processos por 26 utilizadores.

- **Serviços educativos:** “*Hora do Conto*”- Contos e Cantigas: sessões de Leitura em Voz Alta na Biblioteca - 14 sessões com 436 participantes; SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares – 1 reunião concelhia e tratamento técnico de 209 documentos; “*Empréstimo na Pediatria do HSA*” visita para empréstimo aos utentes/crianças, duas vezes por semana - 143 livros emprestados; “*Hora do Conto na Pediatria*” – 2 sessões com 18 participantes; “*Bebeteca*” - 10 sessões com 195 bebés; Visitas guiadas à Biblioteca - 6 visitas com 138 participantes; “*Histórias de Fio a Pavia*”/público sénior - 1 sessões com 10 participantes. Projeto *Folhas Soltas* – 1 sessão com 26 participantes; *Concertos com História* – 1 sessão com 250 participantes. Comemoração de efemérides: *Aniversário da Biblioteca* – 2 sessões com 169 participantes;

- **Exposições | Livros & Escritores | Formação & Colóquios:** Galeria exposição de Pintura de Orlando Domingues “*Animais Selvagens*” – 03 a 28 de Abril; exposição de fotografia de Fernando Costa “Registos”- 02 a 29 de junho; Átrio: exposição bibliográfica “*Inês de Castro*” da Associação de Amigos de Dom Pedro e Dona Inês – 28 de março a 30 de abril. Sala Infantil: Exposição de máscara de carnaval da EB1 de Andrinos “*Carnaval das Frutas*”- 2 a 30 de abril; exposição de Tintas, Pincéis e Letras – *contos com arte no séc.XXI* do Agrupamento de Escolas dos Marrazes – de 01 a 22 junho. Apresentação de livros: “*Um Rapto em Londres*” de Manuela Ribeiro – 38 participantes; “O Poeta é Pintor” de Conceição Vieira – 12 participantes; “FACES do Tempo” de José Manuel Mota Ascenso – 48 participantes; “O Gato Persa Social Club”, de Teresa Lopes Vieira – 28 participantes; “*Eu não Sou de Ninguém e Diários*”, de Florbela Espanca – 8 participantes. Palestra: “*Pais à conversa: a arte da educação segundo a pedagogia de Waldorf*” – 12 participantes. Ações de formação: Concertos com História do Orfeão de Leiria – 250 participantes; ensaios de teatro da Trupe de Leiria.

2. MOINHO DO PAPEL

- Gestão de loja e estatística de visitante, serviços, manutenção e programação. | Estatística: **2.124 visitantes | Receitas loja: €961,10 | Receita de Bilheteira: €322,65**

- **Serviços educativos:** 36 visitas guiadas com 953 participantes | 102 oficinas envolvendo 50 entidades - 2318 participantes.

- **Outras atividades:** Apresentação das obras de construção civil da firma Umbelino com percurso acompanhado e atividades de serviços educativos; Apoio no *Metadança, programação de dança, em atividades realizadas no Moinho do Papel* e organização *Mercadinho Artesanal no Mercado Santana*; serviços educativos para *Comemoração do 25 de Abril*; Exposição de fotografia “*EnglobARTE*”, a partir de fotografia dos visitantes do Moinho do Papel que nela participaram e que culminou numa exposição sob o mesmo título; oficina do Dia da Mãe; *Dia Internacional dos Museus* - Inauguração da exposição “*Sacas de retalhos*”, serviços educativos do Museu e “Momentos de música e poesia” com Flamengo pela Escola de El Maleno, Capoeira pela Academia Ginga Camará, Hip-hop pela Academia de Dança Annarella; “*Sacas de Retalhos*” - Exposição de sacas de retalhos composta por sacas de pano recolhidas ao longo de meio século e gentilmente cedidas pela Dona Julinha; apoio no *Mercado do Livro com serviços educativos do Museu*; “*Mão em Movimento*” - Workshop realizado pelos alunos do IPL/Curso de Animação Cultural; *Dia Mundial da Criança* – “*Trocar por Miudos*”- Divulgação do Moinho do Papel, no Estádio municipal, através da apresentação do dominó do cereal, jogo de grandes proporções que divulga materiais e imagens do equipamento; *Mercado do Livro – Teatro de Fantoques “Mielo e Farelo”* os fantoches... foram quem brilhou, com a canção final, apelando à interação de todos pretendeu-se proporcionar uma divertida sinfonia, onde bonecos e espetadores terminaram em cantoria geral. De seguida, foi feita uma apresentação animada de cada personagem; *Dia do Ambiente* – “*Ecosensibilização*” atividade realizada em dois momentos: Prévia distribuição de papel proveniente do Moinho de Papel para produção de 2 postais por criança, alusivos à preservação da Natureza. Foi realizado um passeio, previamente delineado em conjunto com as escolas participantes, no qual as crianças distribuíram os postais que criaram, tornando-se assim agentes educativos de sensibilização ambiental; “*Mielo e Farelo*” Teatro de fantoches a apresentado no IPL, na inauguração da exposição “*Mundo da Fantasia*”, de Tânia Lopes. Apresentação da obra “*O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no séc. XVII*”- Apresentação da obra produzida pelo Engº Miguel Portela, resultado de pesquisas e recolhas que abrangem o universo do fabrico do papel, incluindo o Moinho do Papel de Leiria.

3. AGROMUSEU D. JULINHA

- Gestão de loja e estatística de visitante, serviços, manutenção e programação: **Manutenção da horta agrícola e dos animais da quinta; Gestão da loja e controlo de visitantes. Visitas guiadas – 160 | total de visitantes 271 | receita bilheteira/loja: €96,96.**

- **Serviços educativos:** exposição itinerante, “*Pérolas Ambientais do Concelho de Leiria*”, da OIKOS Leiria – de 12 de maio a 30 de junho, com 105 visitantes até à data; atividade “Pai tempo, seus filhos e seus frutos”- 24 de maio; no âmbito do *Dia Mundial da Terra* com a apresentação em *powerpoint* da história “*Ainda nada?*”, explicativa do tempo implícito à germinação de uma planta; oficina “*pequenos hortelãos*”; no âmbito do *Dia da Espiga*, a 17 de maio, colheram-se espigas de trigo, papoilas, margaridas silvestres, oliveira, louro e cada criança, com a ajuda dos monitores elaborou o seu raminho para colocar nas suas casas. Renovou-se o raminho do Museu que se encontra no portão de entrada e colocou-se um novo raminho na porta da cozinha da casa de habitação – contou com 25 crianças; no *Dia Internacional dos Museus*, a 18 de maio, preparou-se com carinho um jogo “*Caça ao Tesouro*” sobre o tema “Museus no

Mundo; o *Dia Mundial da Criança*, foi comemorado com um guião de múltiplos jogos: jogos sensoriais, corridas de obstáculos, tradicionais e contou com 44 crianças. No dia 2 de Junho realizou-se a oficina infantil no *Mercado do Livro*, sobre os animais do Agromuseu, nomeadamente a “Vaca Matilde e seus amigos” e “Animais aos círculos.

4. MIMO

- **Exposições Temporárias:** Inauguração de Exposição de fotografia lomográfica “Analogika” - 26 de maio, com 50 participantes;

- **Atividades diversas:** Lançamento do livro “*Do Oitavo Passageiro ao Clone Número Oito*” da autora Elsa Rodrigues e publicado pela imprensa da Universidade de Coimbra – 16 abril, 45 participantes; projeto *MetaDança 2012 – Rio, Cidade e Património* - 26 e 27 de abril, 47 participantes; concerto Corais Leiria/Santander no âmbito das comemorações do 25º aniversário do Coro Cantábilis - 28 abril, 186 participantes; Tertúlia Novas Tecnologias promovidas pelo museu, “*Antes do primeiro take*” com Bruno Carnide - 28 abril, 12 participantes; exibição do Hádóc “Pare, Escute e Olhe” - 2 de maio, 45 participantes; Congresso Internacional “Diz. Envolver Consciência - Problemáticas e Intervenções Sociais” - 3 de maio, 18 participantes; conferência sobre jornalismo, organizado pelo IPL - 4 de maio, 43 participantes; projeto “*Música em Movimento*” organizado pelo Orfeão de Leiria - 4, 18 e 25 maio, 143 participantes; exposição de pintura de Dina Malheiros e lançamento do livro “*Memórias de Moçambique*” da escritora Elisa Pinto - 5 de maio, 153 participantes; conferência de imprensa para a apresentação ao público do “*Festival Música em Leiria*” de 2012 - 7 de maio, 39 participantes e a 26 de maio abertura oficial, com 130 participantes; projeto “*Ignite Leiria*” organizado pelas associações Célula & Membrana e Fazer Avançar – 19 de maio, 75 participantes; apresentação do II Concurso de Gastronomia Regional organizado pela Confraria Gastronómica Pinhal do Rei – 16 de maio, 19 participantes; diversas atividades no âmbito do Dia Internacional dos Museus - 18 de Maio, com 338 participantes; Jornadas do Grupo Parlamentar do PCP 21 e 22 de maio, 158 participantes. Nos sábados de abril, maio e junho, aconteceu o programa de educação pela arte – PEPIS 2012 - Oficinas de Expressão Dramática e Corporal “Mimo Dramático”, com 70 participantes

Serviço Educativo - 31 oficinas de brinquedos óticos - 712 participantes | 4 oficinas teatro de sombras - 129 participantes | 7 oficinas de lanterna mágica - 123 participante | 2 oficinas de cianotipia - 14 participantes | 2 oficinas de *Imagens Anamórficas* - 35 participantes | 1 oficina de *Light Painting* - 158 participantes | 1 oficina “*Um olhar diferente*” - 28 participantes.

- **Gestão de loja e estatística de visitante:** Receita de Loja: €198,89 | Receita de bilheteira: €1.287,95 Total de visitantes 3.560 | 42 visitas guiadas – 1.437 participantes | 14 cedência gratuitas | 3 eventos de programação interna do museu.

- **Centro de Documentação e Informação Artur Avelar:** 7 Consulta interna | 1 requisição externa | 5 requisições internas | 80 documentos consultados | 17 entradas de documentação | 14 documentos consultados | 9 visitantes e utilizadores do espaço | 17 entradas de documentação | 4 inscrições de leitores. Apoio à pesquisa e organização de material para trabalhos académicos de 4 pedidos externos.

5. ANIMAÇÃO DE RUA

- **Atividades diversas:** Preparação, organização e acompanhamento das iniciativas: *MetaDança – Rio, Cidade e Património 2012* - de 22 a 29 de abril, na cidade e nos museus afetos à DIACMB; *Gala de Óscares*, promovida pela Associação de Estudantes da Escola Secundária Domingos Sequeira - 21 de abril, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; *III Fórum do Emprego, Formação e Ensino Superior*, iniciativa promovida pelo Região de Leiria, nos dias 3, 4 e 5 de maio, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; *Desfile Etnográfico* - 20 de maio, pelas ruas da cidade e anfiteatro do Carpalho; *1.º Encontro Nacional de Dance Fusion* - 26 de maio, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; *Festa dos Povos da AMIGrante* - 27 de maio, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; Mercado do Livro - de 30 de maio a 03 de Junho, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; *Festival de Folclore Cidade de Leiria* - 10 de junho, no Jardim Luís de Camões; *FanZone Euro 2012*, coorganização para um conjunto de animações, no âmbito das transmissões dos jogos do Campeonato Europeu, junto ao recinto da Feira de maio, entre 8 de junho e 2 de julho; *XXVII Jogos Nacionais dos CTT* – entre 7 e 10 de junho no centro da cidade; *APPC – evento para angariação de fundos* em 15 de junho no Centro Cultural Mercado Sant’Ana; *7.ª Edição do Encontro Anual da Cultura Hip-Hop em Leiria* – 7 de julho.

Colaboração com a Divisão da Juventude e Educação, na iniciativa *Férias Criativas 2012*, para a realização de oficinas no Centro Cultural Mercado Sant’Ana.

6. TEATROS

- **Produção e organização:** Assegurar a coordenação, acompanhamento e monitorização de todas as ações relativas ao processo de acolhimento de iniciativas, dos equipamentos Teatro Miguel Franco, Edifício Banco de Portugal, Teatro José Lúcio da Silva (Exposições), e coadjuvância em demais projetos de ação cultural municipal. Acompanhamento e monitorização dos Projetos co-financiados – CULTREDE e RECENTRAR.

Estatística e receita de bilheteira: Teatro Miguel Franco – 5.276 | Espetáculos de música – 1226 | Música Infantil - 502 | Teatro – 3544 | Diversos - 90 | Conferências – 271.

Estatística de exposições: Teatro José Lúcio da Silva: *Portugal entre Hoje e Ontem Floresta Encantada* - 4 899 espetadores; Teatro de Aguarela de Artur Franco - 5 282 espetadores | Total de espetadores – 10.181. Banco de Portugal: *“No meu silêncio vejo-te em palavras”* – 623 visitantes; *Ponto, Linha e IE* – 397 visitantes. Total de visitantes 1.020

- **Estágio:** Acompanhamento e orientação de 2 (dois) Estágios Curriculares (Nível IV e V).

7. COMUNICAÇÃO E DESIGN

- **Design:** Desenvolvimento de diversos projetos de criatividade/design dos eventos nas diversas temáticas no âmbito cultural e dos restantes serviços do Município, bem como, o Teatro José Lúcio da Silva. Todos os projetos tiveram uma divulgação própria e específica para o evento a divulgar. É de salientar, que os projetos tiveram intervenções criativas nos diversos suportes de comunicação tais como: cartazes, folhetos, desdobráveis, catálogos, lonas, painéis, *newsletters* e outros, assegurando sempre o acompanhamento em produção nas empresas. A intervenção nas exposições dos espaços culturais através do *design* dos suportes de comunicação e da criação circuito expositivo, bem como na logística necessária para a montagem e acompanhamento.

- **Outros projetos:** projetos gráficos que resultam da divulgação da programação e serviços do Município: Leiriagenda; suportes de comunicação dos museus; *Mercado do Livro; Festival de Teatro Juvenil, Desfile etnográfico, temporada do castelo.* Decoração e mobiliário para o *Centro Cívico - praça Eça de Queirós e Mercado Sant’Ana – Centro Cultural.* Curadoria de exposições: Ponto, linha e IEJ no Banco de Portugal; campanha de divulgação Troca de Livros; criação dos icons para o sistema *Android* - Visite Leiria, criação da identidade e divulgação da Rota dos Escritores de Leiria. Foram ainda elaborados diversos suportes de comunicação para os espetáculos do teatro Miguel Franco e do Teatro José Lúcio da Silva.

8. ANALÍTICA

No âmbito da contabilidade de custos, que surge não só como uma imposição legal determinada pelo POCAL, mas também pela Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o novo regime geral das taxas das autarquias locais, assim como, pela Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, procedeu-se ao lançamento dos dados referentes à afetação de mão-de-obra, materiais e máquinas das atividades envolvidas no período em questão.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE

GESTÃO DE PROCEDIMENTOS

IMPLEMENTAÇÃO DA CONTABILIDADE ANALÍTICA (APLICAÇÃO OBM) NA DIVISÃO

Com o objetivo de apurar os custos dos serviços gerados pela DIDEA, e em consonância com o estabelecido superiormente pelo executivo, respetivamente, em sede de SIADAP 1 e SIADAP 2, diligenciámos ações com vista à implementação da Contabilidade de Custos na Divisão. Neste âmbito, e desde o dia 2 de Maio, têm vindo a ser inseridas na aplicação OBM, os custos diretos (mão de obra, materiais, serviços externos e viaturas) relativas às atividades das seguintes áreas da DIDEA: Licenciamentos Diversos, Metrologia, Mercados, Cemitério Municipal e Ambiente e Serviços Urbanos. Como objetivo pretende-se, até ao final do ano, a afetação, na aplicação OBM, de mais de 60% das atividades da Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente.

BALCÃO DE ATENDIMENTO NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

Continuação da implementação e integração no “Balcão Único de Atendimento” – BUA, e participação direta na equipa interdepartamental, “Equipa Simplex”, para a efetivação do “Balcão do Empreendedor” – BdE, no Município de Leiria. Neste âmbito, concluímos a execução/revisão de impressos/formulários essenciais aos pedidos de licenciamentos que tramitam pela Divisão e iniciámos a fase de elaboração de procedimentos de trabalho (vulgo fluxograma) relativos aos esmos.

Salienta-se que procedemos ao carregamento na plataforma eletrónica dos primeiros processos no BdE inerentes ao Licenciamento Zero, máxima, licenciamento de leilões, de venda de bilhetes, da Publicidade e de Mapas de Horário de Funcionamento.

ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

REDUÇÃO DOS COMPROMISSOS

Procedemos ao desenvolvimento de diligências com vista ao controlo e redução dos compromissos assumidos no quadro da execução orçamental relativamente ao ano de 2011, sem colocar em questão a natureza ou qualidade dos serviços prestados pela DIDEA, nas suas várias áreas de competência e/ou responsabilidade. Assim, tendo em conta que, a DIDEA deverá reduzir os compromissos assumidos no quadro da execução orçamental, numa percentagem superior a 20% para superar o objetivo em sede de SIADAP 2, afigura-se-nos francamente positivo e motivador o resultado obtido nos primeiros 5 meses do ano, de uma redução correspondente a 36% da despesa no período homólogo de 2011.

ÁREA DOS LICENCIAMENTOS DIVERSOS

“LICENCIAMENTO ZERO” / ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS

Com a entrada em vigor do Licenciamento Zero em 01 de maio, foram adotados novos procedimentos, mormente no que concerne a mapas de horário de funcionamento.

Esta situação, imposta por lei, implica uma perda de receita para o município em cerca de €5.000,00.

APOIO AO MUNÍCIPE

Visando a prestação de informações e esclarecimentos aos munícipes, relativamente às alterações legislativas introduzidas no âmbito dos licenciamentos diversos, participámos na sessão de esclarecimento efetuada no MIMO sob a coordenação do Gabinete de Reabilitação Urbana.

RECEITAS COBRADAS PELA DIDEA COM MAIOR NÚMERO DE INCIDÊNCIA, NO PERÍODO DE 16 DE ABRIL A 15 DE JUNHO:

Origem da receita	N.º de incidências	Valor cobrado (em €)
Emissão/renovação de alvarás de licenciamento de publicidade	84	59.382,14
Alvarás de licença especial de ruído	11	714,22
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	152	5.924,19
Emissão/substituição de mapa de horário de funcionamento de estabelecimentos	59	1.495,30
Prestação de serviços relativos a Inspeções e Reinspeções de Ascensores	81	12.791,61
Ocupação de lugares de venda em Mercados e Feiras e emissão de cartões de acesso ao Mercado Falcão (incluindo V. Ambulante)	1015	53.980,79
Feira de Maio	137	127.062,00
Prestação de serviços de controlo metrológico	247	7.890,25
Emissão de plantas de localização	51	389,62
Resíduos sólidos	33	23.795,22
Cemitério de Leiria	43	9.745,94

Total de Receita (DIDEA)		303.171,28
---------------------------------	--	-------------------

ÁREA DE MERCADOS

MERCADO MUNICIPAL DE LEIRIA

Elaborámos e estudo para redistribuição de vendedores da totalidade da área no piso 0, incluindo a criação de instalações sanitárias deficientes e instalações sanitárias M/F, com vista às respetivas medições e orçamentação.

MERCADO MUNICIPAL DO PEDRÓGÃO

Preparámos estudo para orçamentação de anomalias existentes no edifício do mercado, com vista à sua reparação.

FEIRAS DO LEVANTE

Visando o melhor controlo de receita, adotámos novos modelos de recibos para cobrança de lugares de terrado a título ocasional.

MERCADO SANT'ANA

Diligenciámos a hasta pública para adjudicação do direito ao arrendamento dos espaços para fins não habitacionais do Centro Cultural Mercado Santa'Ana.

Dos 7 espaços para fins não habitacionais que integram o Centro acima referido foram arrematados 4 espaços, ara uma duração do direito ao arrendamento por 10 anos, cada um.

ÁREA DA METROLOGIA

PROCEDIMENTOS

Promovemos a Instalação do POCAL nas instalações da Metrologia e implementámos novos procedimentos internos para a tramitação da arrecadação de receita incluindo aquela cobrada coercivamente.

ÁREA - RESÍDUOS, HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICA

GESTÃO DE RESÍDUOS NÃO URBANOS

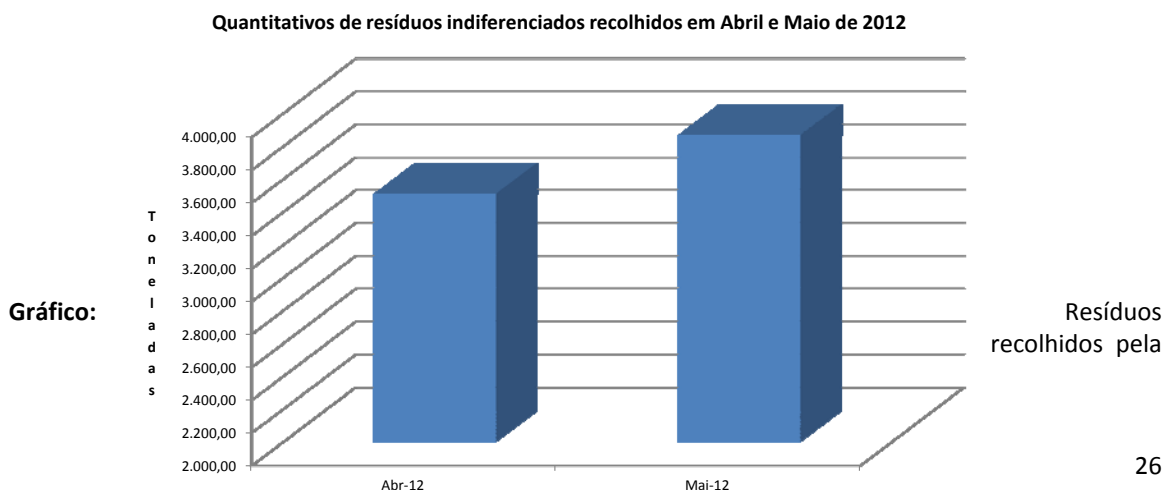
ENCAMINHAMENTO DE RCD'S (RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO) EXISTENTES NAS INSTALAÇÕES DA CML SITAS NA GUIMAROTA

Promovemos a recolha e o encaminhamento a destino final adequado, de um volume considerável de resíduos de construção e demolição acumulados nas instalações das oficinas do Município, os quais consubstanciam um passivo ambiental com alguns anos de existência, e têm como origem diversas intervenções dos serviços camarários nas várias freguesias, ao nível dos espaços públicos.

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

No período em apreço, foram recolhidos pelos serviços da SUMA, S.A. na área territorial do concelho de Leiria, 7.376,18 toneladas de resíduos indiferenciados, respetivamente, 3.509,60 e 3.866,58 toneladas, em Abril e em Maio.



SUMA, S.A. no concelho

TARIFÁRIO DE RU

No período considerado, ao abrigo do novo tarifário aprovado em sede de reunião de Câmara, e de modo a garantir a sustentabilidade do sistema, por aplicação do *princípio da recuperação de custos*, efetuámos diligências diversas no sentido de regularizar a situação de *produtores especiais* existentes no concelho. Este processo viabilizou a integração de inúmeras entidades que detinham contentorização própria sem que os seus encargos com “resíduos urbanos” refletissem, fielmente, as despesas do Município com a gestão da respetiva produção.

SERVIÇO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS NO CONCELHO DE LEIRIA;

Estando previsto para Maio de 2013, conforme o contrato n.º43/93, celebrado a 17 de Maio de 1993, entre a Câmara Municipal de Leiria e a STL-Sociedade de Transporte e Limpeza, Lda., o término da prestação de serviços que Município de Leiria possui com o operador privado, atualmente a SUMA, S.A., desencadeámos os procedimentos com vista à realização atempada e efetiva do serviço municipal de gestão de resíduos urbanos, em toda a área territorial do Município, conforme preconizado na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto.

Neste âmbito, procedemos à proposta de constituição de grupo de trabalho interdepartamental para efeitos de elaboração das peças do *procedimento concursal para aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, resíduos de construção e demolição, da responsabilidade dos municípios, e prestação dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria*, conforme aprovado em sede de reunião de Câmara do dia 12 de Junho de 2012, elaborámos cronograma de trabalhos e procedemos às devidas diligências com vista à apresentação em sede de assembleia municipal (a presente) daquele procedimento nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99 de 8 de Junho.

PRAIA DO PEDRÓGÃO

RECURSOS HUMANOS PARA LIMPEZA DA POVOAÇÃO E AREAL

Com vista à manutenção das condições de higiene e salubridade da Praia do Pedrógão, entre outros, iniciaram funções, na Praia do Pedrógão, respetivamente, 4 funcionárias de empresa de trabalho temporário no passado dia 28 de maio de 2012 e mais 6 no dia 15 de Junho – data oficial do início da época balnear naquela Praia. Neste âmbito, refira-se que, o contrato de prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza urbana, que a CML possui com o operador privado SUMA, não abrange a limpeza da Povoação do Pedrógão, sendo necessário, à DIDEA, diligenciar, anualmente, concurso para a aquisição de prestação de serviços naquele âmbito.

EROSÃO COSTEIRA NA PRAIA DO PEDRÓGÃO/REGULARIZAÇÃO DO AREAL/ MANUTENÇÃO DE PASSADIÇOS

Concluímos os procedimentos internos relativos aos procedimentos concursais, respetivamente, para regularização de areias na Praia do Pedrógão e manutenção de passadiços. Assim, os trabalhos de regularização das areias iniciaram-se no dia 31/05 e os trabalhos de manutenção/reparação dos passadiços em madeira no dia 04/06. A DIDEA efetuou o acompanhamento das intervenções, estando aquelas terminadas à data atual, e, conforme previsto, antes ao início da época balnear (15/06/12).

CANDIDATURA “VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PEDRÓGÃO”

Procedemos ao acompanhamento da auditoria à candidatura “Valorização, Preservação e Conservação de Pedrógão”, em conjunto com a DIGFE.

RECURSOS HÍDRICOS

RIO LIS – AÇÃO DE DESPOLUIÇÃO

Coordenámos os trabalhos de limpeza e despoluição do troço urbano do Rio Lis, nos dias, 19, 20, 21 e 22 de Maio.

Com origem num derrame acidental de hidrocarbonetos proveniente de um posto de abastecimento de combustíveis, no Centro da Cidade, foi possível, graças a uma intervenção pronta e conjunta de empresa da especialidade e da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, conter o derrame e evitar danos ecológicos visíveis.

As operações de despoluição foram efetivadas por aspiração, durante 4 dias seguidos, 24h/dia.

ÁREA – EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

COORGANIZAÇÃO NA REALIZAÇÃO DAS XIII JORNADAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – JORNADAS FAPAS

Nos dias 21 e 22 de Abril, assinalando o dia Mundial da Terra, o Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa, numa organização conjunta do FAPAS – Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens e da Câmara Municipal de Leiria, realizámos as XIII Jornadas de Conservação da Natureza e Educação Ambiental. As XIII Jornadas sobre Conservação da Natureza e Educação Ambiental constituíram um contributo do Município de Leiria para a dinamização em Portugal da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

Especialistas de várias áreas, incluindo a responsável do Setor da Ciência da Comissão Nacional da Unesco debateram, perante cerca de 150 participantes de todo o território continental e ilhas, temas como a “Construção de Sociedades Sustentáveis” e a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

Além das duas temáticas em debate - “Construção de Sociedades Sustentáveis” e “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” -, decorreram ateliers (atelier de caixas-abrigo para morcegos; atelier de líquenes da floresta com bioindicadores e um atelier ilustração científica) e visitas guiadas à Encosta do Castelo, Lagoa de Ervedeira, Dunas da Praia do Pedrógão, Castelo de Leiria e mlilmo – Museu da Imagem em Movimento.

CIA

No período em apreço, realizámos várias atividades de educação/sensibilização ambiental, com alunos de várias escolas dos Concelho, tendo tido, especial relevo as associadas às comemorações do Dia Mundial do Ambiente em parceria com a SIMLIS.

Destaque-se o envolvimento do CIA na realização de atividades com e para crianças com necessidades educativas especiais.

DIVISÃO DE DESPORTO

1. APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

1.1 P.A.A.D.

Realização de informações internas para desbloqueamento de verbas no âmbito do PAAD Infraestruturas e PAAD Época Desportiva.

Colaboração com a DIF-Contabilidade de Custos (OBM), para inserção do organigrama de conteúdos da DID.

Prescrição do Apoio do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo – P.A.A.D. – Época Desportiva 2010/2011 – Associação Desportiva de Capoeira Ginga Camará, por esta se ter extinto e não ser inexequível no âmbito jurídico a transferências da verba atribuída, para a nova associação – Associação Cultural e Desportiva Leiria Já Ginga.

Prescrição do Apoio do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo – P.A.A.D. – Infraestruturas-setembro 2009 – Associação Desportiva e Recreativa de Barreiros, por estar condicionado à apresentação de documentação não entregue, bem como, pela apresentação de carta informando que não reúne os requisitos necessários para dar seguimento às obras, para as quais o Clube foi apoiado.

Apoio ao Associativismo Desportivo – Época 2011/2012 - Abertura de Candidaturas, sendo a análise e decisão sobre as candidaturas para apoio ao associativismo desportivo na época desportiva 2011/2012 seja efetuada nos termos do anterior regulamento, de acordo com a reformulação do P.A.A.D. aprovada em Reunião de Câmara pela deliberação n.º 1478/08, de 11 de novembro. A abertura do período de apresentação de candidaturas para apoio ao associativismo desportivo para a época desportiva 2011/2012, encontra-se enquadrada no termos do Regulamento de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria.

Regulamento de Atribuição de Auxílios. Definição de critérios de seleção e indicadores relativos aos objetivos estratégicos na área do Desporto (art.º 10.º), enunciando os objetivos estratégicos na área do Desporto para o ano de 2013, a metodologia de avaliação no âmbito da Atividade Desportiva Federada, bem como, o modelo de avaliação para o apoio a eventos desportivos – Apoios Pontuais.

2.2. Atividades Pontuais

Análise e informação sobre diversos pedidos de apoio pontual para eventos organizados por Clubes e Associações do concelho, resultando na colaboração do município em 5 ações desenvolvidas durante os meses de abril e junho de 2012.

Acompanhamento técnico e administrativo dos processos de apoios pontuais a Ações/Eventos organizados por Clubes/Associações.

Desbloqueamento de verba deliberada - "Apoio à Associação de Solidariedade Académico de Leiria para a realização do 17º Torneio de Andebol Praia -2011", sendo a verba revertida para a Leirisport, EM, resultante do Acordo de Pagamento de Dívida entre a Leirisport, EM e a Associação de Solidariedade Académico de Leiria.

2.3 Protocolos/Contratos

Desbloqueamento de verba relativa à Revisão do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Leiria e a Associação Cultural e Recreativa de Maceirinha.

3. ESTUDOS E PLANEAMENTO

3.1 Carta Desportiva concelhia

Disponibilização de dados referentes aos Clubes do concelho, para início da 3.ª fase da Carta Desportiva Concelhia a realizar pela Leirisport, E.M., nomeadamente a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do concelho de Leiria.

DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

1. Bairros Sociais

Foram desencadeados diligências e contactos para a denúncia do contrato de arrendamento da casa n.º 1 do bairro social de Maceira, por se encontrar desabitada a aguardar a nomeação de tutor do filho da arrendatária falecida.

Foi feita a atualização do ficheiro de procura de habitação social existente na DIAS, para a freguesia de Maceira, em articulação com o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção e a Academia Cultural e Social de Maceira, donde resultam 29 agregados familiares com necessidades de habitação permanente.

A par dessa intervenção foi solicitada informação à Junta de Freguesia de Maceira sobre outras famílias com necessidades habitacionais, cujas situações sejam conhecidas por aquela autarquia.

Foi promovido o realojamento de uma família na casa nº 20 do Bairro Social da Cova das Faias e a demolição da barraca em que viviam em terreno municipal, junto ao Bairro Social da Integração, conforme deliberação de Câmara de 10 de abril.

2. Gabinete de Atendimento Social

Procurando-se melhor responder às necessidades dos munícipes, adaptou-se o horário de atendimento ao público, passando a estar aberto ininterruptamente das 9.00h às 16.30h.

Saliente-se que as razões que levaram os munícipes à procura deste gabinete distribuem-se, segundo as temáticas, da seguinte forma: 14,5% comparticipação na aquisição de medicamentos, 23,70% procura de habitação social, 7% atribuição do direito a refeições gratuitas, sendo os restantes atendimentos relativos a informação diversificada que originaram o acompanhamento técnico específico e/ou encaminhamento para entidades com competência adequada.

O atendimento efetuado relativo a comparticipação na aquisição de medicamentos concretizou-se em 64 candidaturas apresentadas à CML, a procura de habitação social concretizou-se em 17 requerimentos, e a atribuição do direito a refeições gratuitas em 2 candidaturas.

Registe-se ainda a entrada de 4 requerimentos para realização de obras em habitações municipais.

3. Gabinete de Inserção Profissional

Procurando-se melhor responder às necessidades dos munícipes, adaptou-se igualmente o horário de atendimento ao público, passando a estar aberto ininterruptamente das 9.00h às 16.30h.

Até final de abril o GIP funcionou ao abrigo do aditamento do primeiro Contrato de Objetivos, tendo sido subscrito novo Contrato de Objetivos em 02 de maio, por despacho do Sr. Presidente da CML de 26 de abril e, deliberação de ratificação de 15 de maio.

O atual Contrato de Objetivos tem a duração de 12 meses, para as seguintes atividades e objetivos:

- Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo: 700;
- Sessões de apoio à procura de emprego: 400;

- Receção e registo de ofertas de emprego: 125;
- Apresentação de desempregados a ofertas de emprego: 300;
- Colocação de desempregados em ofertas de emprego: 80;
- Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFPI,IP: 100;
- Controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego: 6600.

O Gabinete assegurou 1063 atendimentos/acompanhamentos a desempregados encaminhados pelo Centro de Emprego de Leiria.

Complementarmente às atividades do GIP foram organizadas duas sessões de formação sob o tema “Procura Ativa de Emprego” onde participaram 28 desempregados a quem para além dos conteúdos das sessões também foi dado apoio na realização das cartas de resposta a emprego e “Curriculum Profissional”.

4. Gabinete de Apoio Psicossocial

O GAP deu continuidade ao atendimento/acompanhamento dos trabalhadores municipais e munícipes que procuraram os serviços de apoio psicológico ou apoio social.

5. Rede Social

Foi disponibilizado apoio técnico à Comissão Social de Freguesia de Bidoeira de Cima.

Foram prosseguidas as atividades inerentes ao funcionamento do Conselho Local de Ação Social de Leiria:

A DIAS acompanhou e prestou apoio técnico aos grupos de trabalho, “família, crianças e Jovens” e “idosos” para atualização do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Leiria.

Foi promovida uma reunião do Núcleo Executivo, para emissão de parecer a uma candidatura ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, medida 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida, solicitado, pelo CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense, com vista à criação de uma creche

Participou nos trabalhos do grupo “idosos” da Plataforma Supraconcelhia da Rede Social, com vista à definição de instrumentos de trabalho e estratégias de intervenção junto dos idosos em situação de isolamento social.

6. Programa “Viver com trabalho”

O programa terminou a 30 de abril, com um dos trabalhadores nele integrados cujo contrato de trabalho estipulava aquela data. Esse mesmo trabalhador foi inscrito no Gabinete de Inserção Profissional e encaminhado para oferta de emprego compatível com o seu perfil.

7. Campanha “Direito à alimentação”

Passaram a beneficiar do programa 18 famílias, abrangendo 34 pessoas, as quais usufruem de 97 refeições semanais.

Presentemente encontram-se em lista de espera 5 famílias, abrangendo 8 pessoas da freguesia de Marrazes e 6 da freguesia de Leiria, as quais não é possível encaminhar para alguns dos restaurantes que ainda têm refeições disponíveis, dada a distância geográfica dos mesmos relativamente à residência das famílias.

Dando cumprimento ao exposto no regulamento municipal estão a ser realizadas ações de monitorização junto dos restaurantes doadores (Saloon; Escola Profissional; Casa da Nora; Reis; Charneca do Bailadouro; Paço; Adega do Mouzinho) e junto dos beneficiários que, simultaneamente se encontram a atualizar os dados para validação da continuidade do direito ao benefício.

8. Banco Local de Voluntariado de Leiria

O BLVL deu continuidade ao atendimento/encaminhamento de voluntários tendo-se registado 2 novas inscrições.

9. Apoio às Associações de Solidariedade Social

- Protocolo de Cooperação com a PROVILEI com vista a desenvolver as competências pessoais e sociais dos residentes, do Bairro Social da Cova das Faias, para pagamento dos meses de março, abril e maio. (Deliberação de 7 de fevereiro de 2012)

- Manter o apoio para pagamento de Renda das Instalações - Associação de Apoio a Famílias Carenciadas-Leiria/Fátima- Banco Alimentar Contra a Fome, e SPEM – 1.º Trimestre e Colina do Castelo – 1.º e 2.º Trimestre. (Deliberação de 21 de Fevereiro).

- Manter o apoio para pagamento de renda de instalações - Vida Plena e Centro de convívio de 3.ª Idade de Leiria, para pagamento do 1.º trimestre. (Deliberação de 6 de Março).

- Apoio às IPSS's e Associações para pagamento da utilização das Instalações Desportivas para o ano de 2012 – Pagamento à Cercilei. (Deliberação de 21 de Fevereiro).

Relativamente a apoios atribuídos em anos anteriores, foram apresentadas propostas de estorno de verbas, relativamente a:

- Cercilei, Provilei, OÁSIS, Fundação António Silva Leal, (deliberação de 17 de Abril)

- ASAL (deliberação de 2 de maio).

Foi dado início à monitorização dos apoios atribuídos em 2012 às associações do concelho, designadamente, junto da PROVILEI e APPC.

10. Foi assegurada a representação do Município no Núcleo Local de Inserção (NLI) e, na CPCJ de Leiria através de uma assistente técnica a tempo inteiro, sendo que a esta entidade disponibilizou ainda todo o apoio logístico necessário ao seu funcionamento, através duma assistente técnica (a tempo inteiro) e dois assistentes operacionais (um a tempo inteiro e outro a tempo parcial).

A representante do Município participou em 15 reuniões da Comissão Restrita, das quais 7 foram extraordinárias, tendo as suas tarefas repartidas por duas equipas da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria. Efetuou o acompanhamento, técnico às crianças e jovens inseridos em cerca de 213 processos, realizando as diligências legais que cada situação exige (atendimento, pedido de informações junto de várias instituições, realização de reuniões com técnicos de outras entidades, elaboração de informações sociais, visitas domiciliárias, organização de processos, comunicações às entidades intervenientes nos processos, atualização da atividade processual na Base Nacional da CNPCJR, etc.).

A atividade processual relativa a 213 processos de promoção e proteção em que é interveniente, sintetiza-se da seguinte forma – 31 processos arquivados, 37 Acordos celebrados, 5 processos remetidos a tribunal, 51 processos atribuídos em reunião no período em análise.

11. “Gabinete Municipal Leiria Saudável”

Foi elaborada pela DIAS um primeiro esboço para criação do gabinete municipal.

12. Teleassistência

Após a aprovação do regulamento municipal, foram desenvolvidos os procedimentos com vista à disponibilização dos serviços de teleassistência, através de proposta de celebração de protocolo com uma entidade de cariz nacional.

DIVISÃO DE GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS

Pesquisa e estudo do QREN e outras participações.

Assessoria aos diversos Serviços, sempre que solicitado, e participação em diversas reuniões de trabalho.

Despacho de expediente.

Pesquisa de participações orientadas para a Administração Local.

Informação relevante sobre o QREN:

- ❖ Criada por Despacho no Diário da República a **Comissão Técnica para a Reprogramação do QREN** [Despacho nº 5301-A/2012].

A criação desta Comissão visa ajustar o QREN para que possa desempenhar um papel mais relevante para a agenda de transformação estrutural.

A Comissão deve preparar uma proposta de revisão das prioridades, das ações e dos planos de financiamento dos Programas Operacionais do QREN, a ser submetida à Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários, com vista à apresentação da proposta de reprogramação estratégica do QREN à Comissão Europeia.

- ❖ Foi publicado o Decreto-Lei que institui a **Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários**. De acordo com o Decreto-Lei n.º 99/2012, de 7 de Maio de 2012, as competências da Comissão Interministerial serão:

"1 — Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), compete à Comissão Interministerial o exercício das seguintes competências:

- a) Definição e coordenação de orientações estratégicas para a utilização das verbas nacionais de fundos comunitários e extracomunitários;
 - b) Definição das prioridades estratégicas financeiras e orçamentais em matéria de aplicação das verbas nacionais dos fundos comunitários e extracomunitários;
 - c) Articulação das prioridades de aplicação das verbas dos fundos comunitários e extracomunitários com as prioridades de política económica, previstas no PAEF, designadamente em matéria de consolidação orçamental."
- ❖ Por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN de 8 de maio de 2012 foi aprovada a **suspensão da aprovação de operações nos PO temáticos e regionais do Continente**. Esta orientação deve vigorar pelo menos até à aprovação, pela CMC do QREN, das linhas de orientação da reprogramação estratégica do QREN, sendo excecionadas as situações em coerência com os princípios orientadores que se pretendem ver consagrados na reprogramação do QREN. O elevado nível de aprovações registado, em parte com compromissos que não revelam capacidade de realização financeira para a sua plena execução, justificou já a adoção de medidas anteriores - deliberações da CMC do QREN e a Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, de 1 de março, orientadas para a eliminação das situações de evidente incapacidade de concretização dos objetivos programados e ainda uma deliberação do Conselho de Ministros, na mesma data, que suspende por 30 dias a aprovação de novas operações. Ponderando os resultados obtidos com estas duas medidas, atenta a dimensão dos recursos de fundos comunitários necessários mobilizar para a obtenção de resultados significativos decorrentes das opções a definir em sede da reprogramação estratégica do QREN e face ao estágio atual de realização dos vários Programas Operacionais, a CMC do QREN considera que devem continuar suspensas as iniciativas de gestão tendentes à abertura de procedimentos de apresentação de candidaturas, a aprovação de novas operações, incluindo a sua reprogramação visando o acréscimo do valor da participação de fundos comunitários.
- ❖ Foi celebrado um **Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses**, em que o Governo se compromete a aprovar um Programa de Apoio à Economia Local. No âmbito do QREN, o Governo e a ANMP reconhecem que se trata de um instrumento importante para a prossecução das prioridades de transformação estrutural do país, bem como para a prossecução das atribuições municipais.

Candidaturas em fase de análise pela Unidade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO)

Candidatura submetida pelo Município de Leiria:

- "CULTREDE 2011-2013:CM Leiria". Candidatura aprovada em sede de Protocolo de Financiamento, no âmbito do Programa de Ação, liderado pela Empresa Municipal de Cultura e Recreio de Seia, EP.

Candidaturas submetidas pela CIMPL, em Jul/2010:

- "8.2_Festival de animação em Rede";
- "11_Sistema multimodal com viaturas movidas a combustíveis não fossilizadas";
- "12.2_Projecto de equipamentos de Segurança Rodoviária";
- "13_Rede de pistas cicláveis";
- "14_Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário Urbano".

Execução, acompanhamento e gestão das candidaturas no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO)

Candidaturas submetidas pelo Município de Leiria:

- "EPA1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a ponte Afonso Zuquete";
- "DS1 – Construção do Centro Cívico e Respetiva Praça Pública": com um pedido de alteração temporal em preparação;
- "DC1 – Reconversão do Convento de Santo Agostinho": com um Pedido de Alteração em preparação;
- "ReCENTRAR: Município de Leiria", equipamento: Teatro José Lúcio da Silva:

Dá-se conhecimento que o valor do IVA é não elegível e que o valor das receitas de bilheteiras obtidas com os eventos é deduzido ao valor do investimento submetido, passando para despesa não elegível. Sendo o valor total apurado das receitas de bilheteiras, até a presente data, de €19.833,07.

- “Centro Educativo de Monte Redondo”;
- “Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)”;
- “Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria”:
De acordo com comunicação de 04/06/2012, confirma-se que a operação deixa de ter enquadramento no PO Centro e transita para o POVT (cláusula décima primeira, nº 2 do Contrato de Financiamento). Estão em curso, por parte da AG, os procedimentos relativos a essa transição.

Candidaturas submetidos pela CIMPL, sendo a gestão da responsabilidade da entidade:

- “LRD - Simplex Autárquico | Projecto Leiria”;
- “5.1_Rede Municipal de Banda Larga”.

Execução, acompanhamento e gestão, das candidaturas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

- “Ação Minimização de riscos - Operação n.º 020000007968)”.

Candidaturas, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO), encerradas física e financeiramente:

Com relatório final submetido, condicionadas à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local:

- “EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim”:
Relatório final submetido em 18/10/2011, com visita de verificação em 16/02/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €543.561,78, para uma comparticipação de €462.027,51, com apuramento da taxa final de 85,00%;
- “EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia”:
Relatório final submetido em 19/10/2011, com visita de verificação em 21/05/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €136.571,93, para uma comparticipação de €116.086,14, com apuramento da taxa final de 85,00%;
- “EPA 2 – Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo”:
Relatório final submetido em 20/10/2011, com visita de verificação em 24/05/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €140.475,00, para uma comparticipação de €119.403,75, com apuramento da taxa final de 85,00%;
- “EPA 6 – Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito”:
Relatório final submetido em 20/10/2011, com visita de verificação em 21/05/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €154.042,11, para uma comparticipação de €130.935,79, com apuramento da taxa final de 85,00%;
- “Valorização, preservação e conservação de Pedrógão – Leiria”:
Relatório final submetido em 21/10/2011, com visita de verificação em 24/05/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €141.352,65, para uma comparticipação de €117.702,06, com apuramento da taxa final de 83,27%;
- “DC4 – Mercado das Artes / Requalificação do Mercado de Santana”:
Relatório final submetido em 28/03/2012. Aguarda marcação de visita para verificação do investimento elegível final no valor de €456.027,62, para uma comparticipação de €387.640,48, com apuramento da taxa final de 85,00%.

A aguardar validação do pedido de pagamento final para submissão do relatório final:

- “EPA 3 – Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico”;
- “DC2 – Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo”:
Esta condicionada a aprovação do PA;
- “DC3 – Guias urbanos – Novas Tecnologias”;
- “Divulgação do programa Ação e Animação da Parceria Local”;
- “CULTREDE:1 CM Leiria”, equipamentos: Teatro José Lúcio da Silva e Teatro Miguel Franco:
Dá-se conhecimento que o valor do IVA é não elegível e o valor das receitas de bilheteiras obtidas com os eventos será deduzido ao valor do investimento apurado, no valor total de €20.320,38;
- “Ampliação/Remodelação da Escola do 1ºCiclo do Ensino Básico da Gândara dos Olivais - Marrazes”;
- “Construção de raiz do Centro Escolar Dr. Correia Mateus”;
- “Centro Educativo de Coimbrão”;

- “Pavilhão Desportivo do Souto da Carpalhosa”;
- “EM 356 | Maceirinha - Batalha”;
- “EM 540 | Maceira (Leiria) - Picassinos (Marinha Grande)”;
- “EM 543 – Estrada da Barreira”;
- “Estrada do Guilherme – Maceira – zona Industrial Marinha Grande”;
- “Estrada Atlântica”.

Para completar informação, anexa-se o quadro com o ponto de situação geral «Mapa de Monitorização das candidaturas ao QREN.pdf»

Pedidos de Pagamento submetidos:

Valor elegível €496.969,64;
Comparticipação solicitada €418.226,72.

Transferência efetuadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP [IFDR]:

Comparticipação recebida €277.151,87.

Execução, acompanhamento e gestão, dos projetos com participação Nacional

- Candidatura ao abrigo DL n.º 384/87, de 24 de Dezembro - Contrato-Programa para o projecto “Requalificação e Remodelação do Edifício Principal dos Paços de Concelho de Leiria”.
Em análise pela tutela.
- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), criado pelo Despacho n.º 1/88, de 20 de Janeiro, conjugado com o Despacho n.º 23/90, de 21 de Novembro, destinado a conceder apoio às Câmaras Municipais, para operações de reabilitação ou renovação urbana, e que consiste numa participação a fundo perdido até ao limite de 25% dos encargos a assumir pelo município com a operação.
Aprovação da reprogramação física e financeira, Adenda ao Protocolo n.º 04/2002, para as ações “Construção do Centro Cívico e Respetiva Praça Pública” e “EPA3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico”, o apoio financeiro a atribuir reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao limite de €174.129,45.
Foram solicitados os pedidos de apoio, com visita ao local para confirmar a execução dos trabalhos pela Divisão Sub-regional de LEIRIA da CCDRC:
 - €73.061,18, para a ação EPA3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro;
 - €29.930,26, para a ação Construção do Centro Cívico e Respetiva Praça Pública.
 Aguarda transferência pela tutela.
- Candidatura ao Programa de Intervenção do Turismo (PIT) - Linha de Apoio I - Despacho Normativo n.º 30/2009, de 18 de Agosto, conjugado Despacho Normativo n.º 15/2010, de 17 de Junho.
Candidatura n.º P001910, aprovada, em 05/05/2011, relativa a empreitada de Reconversão do Convento de Santo Agostinho. O apoio financeiro a atribuir reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao valor de €211.788,00, correspondente à aplicação da taxa de 10% sobre o custo elegível apurado na candidatura, sendo assegurado o remanescente da cobertura financeira, até ao limite total do custo do projecto, pelo Município.
Por despacho do Senhor Diretor Coordenador da Direção de Investimento, em 27 de Março de 2012, foi, no uso de competência que lhe foi delegada pelo Presidente do Turismo de Portugal, autorizada a prorrogação do prazo de execução do projeto até 30 de dezembro de 2012, de acordo com formalização, em 23/12/2011.
Transferência do apoio em 17/05/2012, no valor de €33.206,19.
- Candidatura PITER “Leiria/Fátima 2005” - Acordo de Colaboração no âmbito do apoio a projetos de Natureza Pública.
Ações aprovadas «Estrada Atlântica» e «Valorização do Património Natural da lagoa da Ervideira – Recuperação biológica e paisagística». O apoio financeiro a atribuir pelo Turismo de Portugal reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao limite de 9% do valor de adjudicação

da empreitada da Estrada Atlântica e 6% do valor de adjudicação da empreitada de Valorização do Património Natural da lagoa da Ervideira.

Foram solicitados os pedidos de apoio:

- €4.724,37, para a ação Valorização do Património Natural da lagoa da Ervideira – Recuperação biológica e paisagística;
- €140.764,73, para a ação Estrada Atlântica.

Aguarda transferência pela tutela.

· Promuseus2010 – Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus [Despacho Normativo n.º 3/2006 de 13 de Julho]. Foi requerida a rescisão do contrato, pelo Município de Leiria.

· Execução, acompanhamento e gestão, dos apoios concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), nos termos do disposto na Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro: Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - 02/GIP-ELE/09

Contrato de 16 de novembro de 2009 valor total submetido/recebido de €24.283,80;

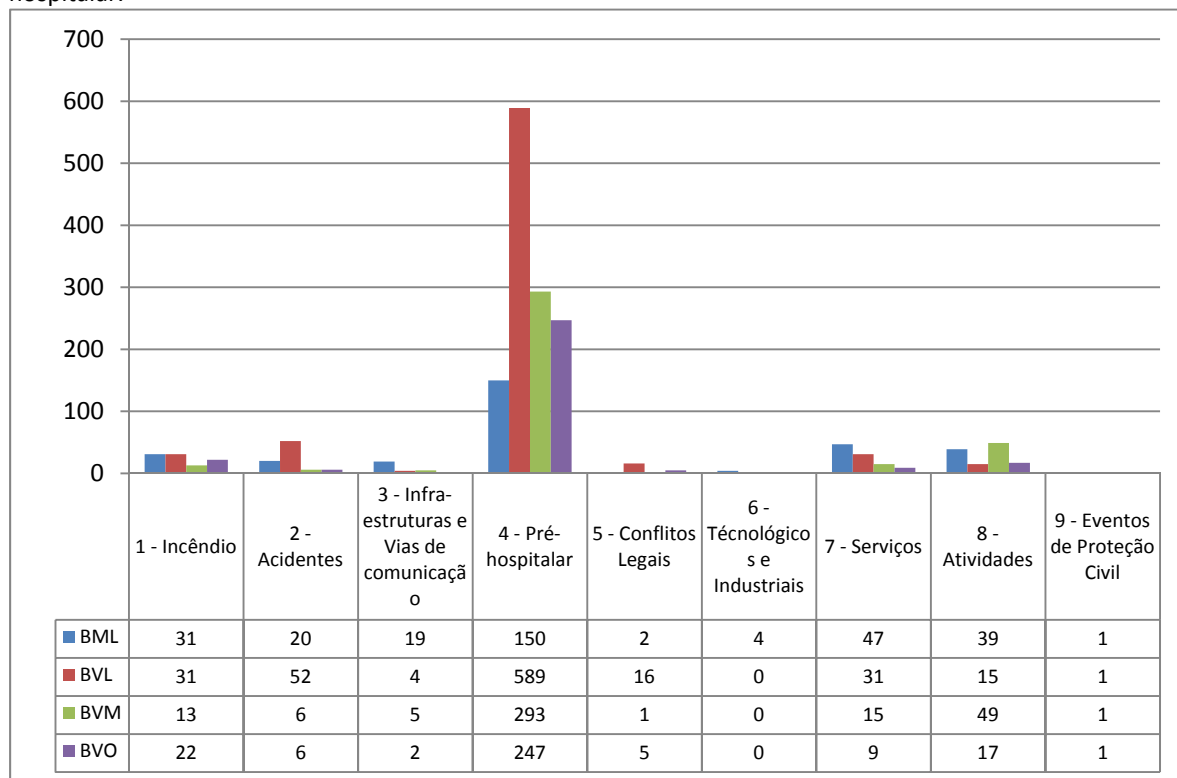
Aditamento ao contrato de 22 de dezembro de 2011 valor submetido/recebido €2.096,10 e valor submetido/por receber €3.493,50.

Apreciação da elegibilidade das candidaturas e elaboração do relatório técnico das candidaturas ao Programa Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação Própria Permanente (SOLARH), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2002, de 11 de Fevereiro, num total de 23 candidaturas

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

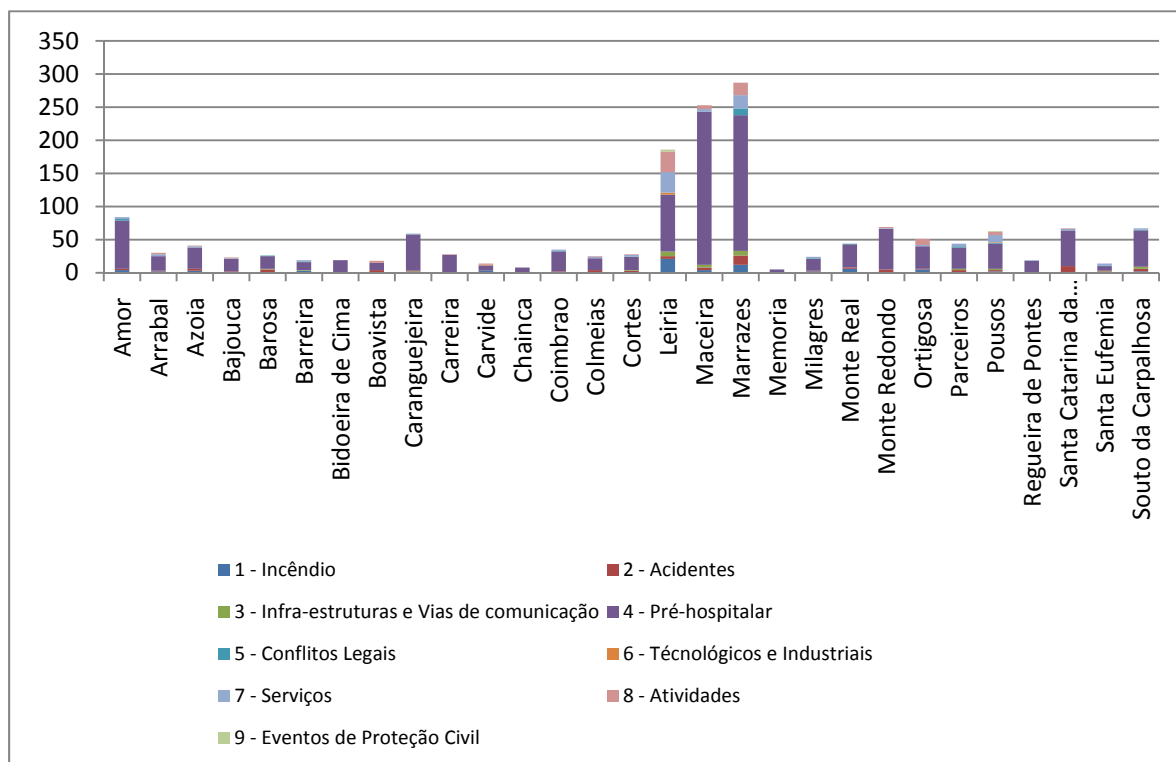
Proteção Civil Municipal

A atividade operacional do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria, por família de ocorrência e corporação de bombeiros, verificando-se uma predominância significativa dos serviços de pré-hospitalar.



Atividade operacional por família de ocorrência e por corporação de bombeiros

Através do gráfico seguinte constata-se que, no concelho de Leiria, as freguesias onde se registaram maior número de ocorrências, no período de abril e maio de 2012, foram as de Marrazes, Maceira e Leiria.



Atividade operacional por família de ocorrência por freguesia

Tipo e número de vítimas registadas nas ocorrências do CMOS, no período de abril e maio de 2012:

Tipo de vítimas	Mortais	Graves	Ligeiras	Recusas
N.º de vítimas	19	139	925	61

Tipo de ocorrências registadas nos meses de abril e maio de 2012, no CMOS, envolvendo vítimas mortais:

Vítimas mortais	
Tipo de ocorrência	N.º de vítimas
Pré-Hospitalar	15
Acidente (queda de altura)	2
Incêndio	1
Resgate aquático	1

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) elabora e divulga folhas informativas semanais com as seguintes informações:

- Dados estatísticos das ocorrências;
- Estados de Alerta;
- Previsão Meteorológica;
- Informação Hidrológica relevante;
- Informação relativa a fenómenos com impacto na saúde da população.

Foram realizados dois *briefing's*, no dia 26 de abril, nos Bombeiros Voluntários de Ortigosa e 31 de maio na Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, com a presença dos comandantes das corporações de bombeiros, sendo que o briefing do dia 31 de maio contou com a presença de representantes da GNR e PSP, de modo a efetuar o balanço da atividade operacional, com a análise de dados estatísticos e ocorrências relevantes, assim como a preparação das ações conjuntas a realizar. O briefing do dia 31 de maio serviu de apresentação do Plano Operacional Municipal de 2012.

ABRIL
Atividade
Visita de Estudo ao quartel dos BML da escola Correia Mateus
Conclusão do Dossier Pedagógico da Escola de Recrutas 2011/2012
Elaboração de Folhas informativas do Centro Municipal de Operações de Socorro (CMOS)
Organização interna do Sistema de Gestão de Operações
Organização do Exercício CPX - PMEX2012
Ação de Sensibilização Escola EB1 Martinela
Visita de Estudo ao quartel dos BML do Infantário Balão Mágico
Suporte ao sistema informático do CMOS Leiria
Ação de Sensibilização Escola EB1 Touria
MAIO
Atividade
Organização do Exercício CPX - PMEX2012
Visita de Estudo ao quartel dos BML da escola EB1 Marinheiros
Suporte ao sistema informático do CMOS Leiria
Organização interna do Sistema de Gestão de Operações
Elaboração de Checklist "segurança contra incêndios nas escolas"
Preparação de acordo de cooperação com ESTG - Instituto Politécnico de Leiria
Elaboração de checklist de recepção de viatura VLCI01
Elaboração dos Quadros do Sistema de Gestão de Operações
JUNHO
Atividade
Elaboração do Modelo de Planos de Segurança para eventos culturais e desportivos
Ação de Sensibilização Escola EB1 Várzea
Formação de Central de Despacho a 5 bombeiros dos BV Maceira
Atualização de dados na aplicação informática do CMOS
Pedido de intervenção da DII no computador dos chefes de serviço
Preparação da cerimónia de compromisso de honra dos bombeiros estagiários
Ação de Sensibilização Escola EB1 Vidigal

Exercício ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria

Foi realizado um Exercício de Posto de Comando para treino do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria (PMEPC) no dia 28 de abril no Estádio Municipal de Leiria. O referido exercício teve como finalidade exercitar e testar as capacidades de resposta da componente técnico-operacional, dos agentes e estruturas de proteção civil que estão definidos no PMEPC, em catástrofes tais como um sismo.

Principais objetivos do Exercício de Posto de Comando de 28 de abril:

- Testar a ativação do PMEPC;
- Coordenar os meios de socorro em conformidade com a avaliação dos riscos e evolução da situação;
- Estabelecer linhas de orientação para a correta execução das operações no incidente;
- Desenvolver procedimentos de planeamento, coordenação e de conduta de operações que ajudem a melhorar as condições de atuação em situações de emergência grave;
- Testar a resposta do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria;
- Testar a capacidade de decisão e controlo dos intervenientes;

- Retirar lições para suporte na atualização e elaboração de Planos Prévios de Intervenção, complementares ao PMEPC.

O tipo de incidente criado foi um sismo de magnitude 6.5 (*Richter*), onde resultou uma área afetada com raio superior a 4 km, cujos danos concentraram-se, em torno do Centro Histórico de Leiria.

Os processos fundamentais considerados neste exercício foram: implementação de posto de comando; avaliação e reconhecimento; busca e salvamento em ambiente urbano e emergência médica.

Participaram no exercício elementos da Câmara Municipal de Leiria, Bombeiros Municipais de Leiria, Bombeiros Voluntários de Leiria, Bombeiros Voluntários de Maceira, Bombeiros Voluntários de Ortigosa, Cruz Vermelha Portuguesa, Regimento de Artilharia n.º 4, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Instituto Nacional de Emergência Médica e Imprensa.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Realização, no dia 1 de junho, de reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Leiria (CMDf), com a presença de representantes das diversas entidades convocadas, na qual foram discutidos os seguintes temas:

- Apresentação e aprovação do Plano Operacional Municipal de Leiria 2012 (POM);
- Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta de Leiria – Carta de Perigosidade e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis.

Plano Municipal de Defesa da Floresta

Regras de Edificação

Ao Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMDF), aprovado pela Autoridade Florestal Nacional em 2009, foram propostas alterações das regras de edificação, da carta de perigosidade de incêndio florestal e dos mosaicos de parcelas de gestão de combustível.

De acordo com o artigo 16º do DL 17/2009 de 14 de Janeiro a carta de perigosidade de incêndio florestal serve de condicionante à edificação, nomeadamente nas classes alta e muito alta.

No mesmo diploma é referido que o PMDF pode definir regras de edificação, as quais foram alteradas e se transcrevem:

A construção de edificações fora das áreas edificadas é proibida nos terrenos classificados com risco de incêndio alto ou muito alto de acordo com lei vigente.

A edificabilidade nas categorias do espaço florestal e agrícolas fora das áreas edificadas nos terrenos classificados com risco de incêndio médio é condicionada pela possibilidade da própria parcela dispor de área suficiente para estabelecer, no seu interior e em todo o seu perímetro, uma faixa de gestão de combustível com largura mínima exigível pela lei vigente.

Quando a edificação não envolver produtos explosivos ou inflamáveis, são admitidas exceções ao disposto no n.º anterior nas seguintes situações:

a) Na estrema de terreno confinante com via pública infraestruturada, a faixa de gestão de combustível legalmente definida é medida a partir da plataforma da via com a sua inclusão.

b) Quando se verificar a presença de edifício no terreno contíguo à implantação do edifício projetado, a edificação proposta não tem de salvaguardar, nessa estrema, a faixa de gestão de combustível.

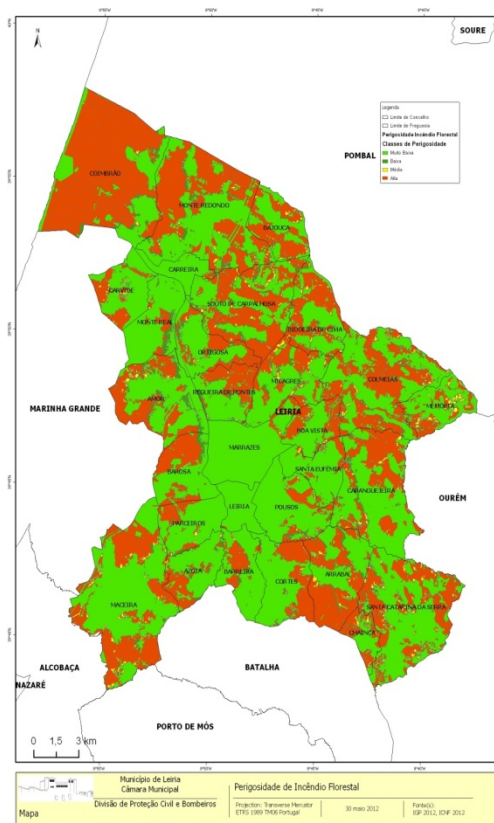
c) Edificações cuja atividade é específica do solo rural designadamente edificações de apoio à atividade agrícola e florestal, infraestruturas especiais designadamente, infraestruturas territoriais, infraestruturas hidráulicas, infraestruturas de aproveitamento e utilização de energias alternativas e renováveis.

Excetuam-se do disposto dos n.ºs anteriores a regularização e ampliação de edificações existentes anteriores à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, o qual estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios.

A edificabilidade permitida nas categorias do espaço florestal e agrícolas nos terrenos classificados com risco de incêndio baixo e muito baixo não fica condicionada pela possibilidade da própria parcela dispor de área suficiente para estabelecer, no seu interior e em todo o seu perímetro, uma faixa de gestão de combustíveis previstos na lei vigente.

Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal

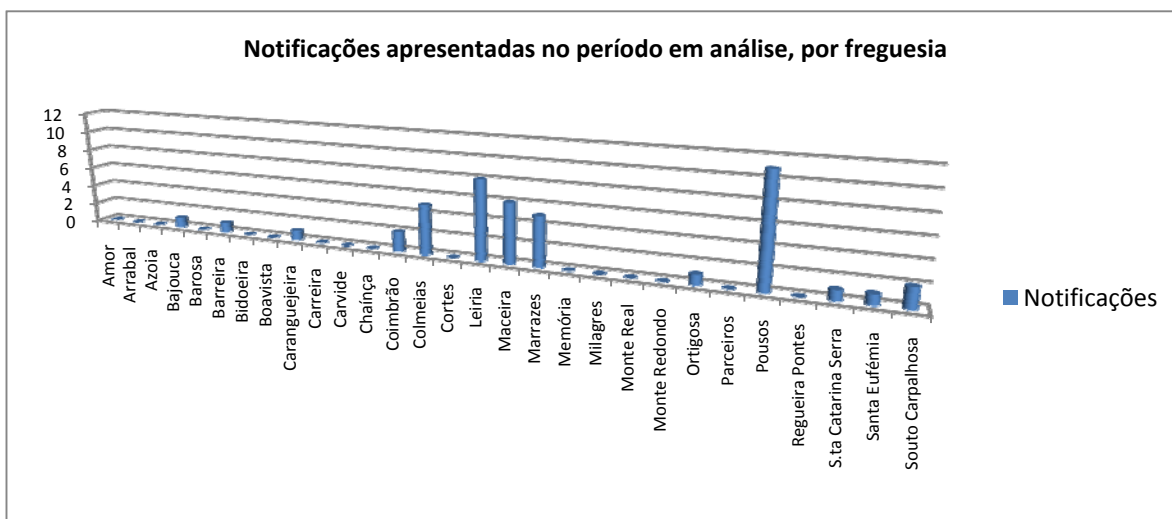
Para concretização da carta de perigosidade de incêndio florestal utilizaram-se três variáveis: histórico (cartografia de áreas ardidas), declive e ocupação do solo.



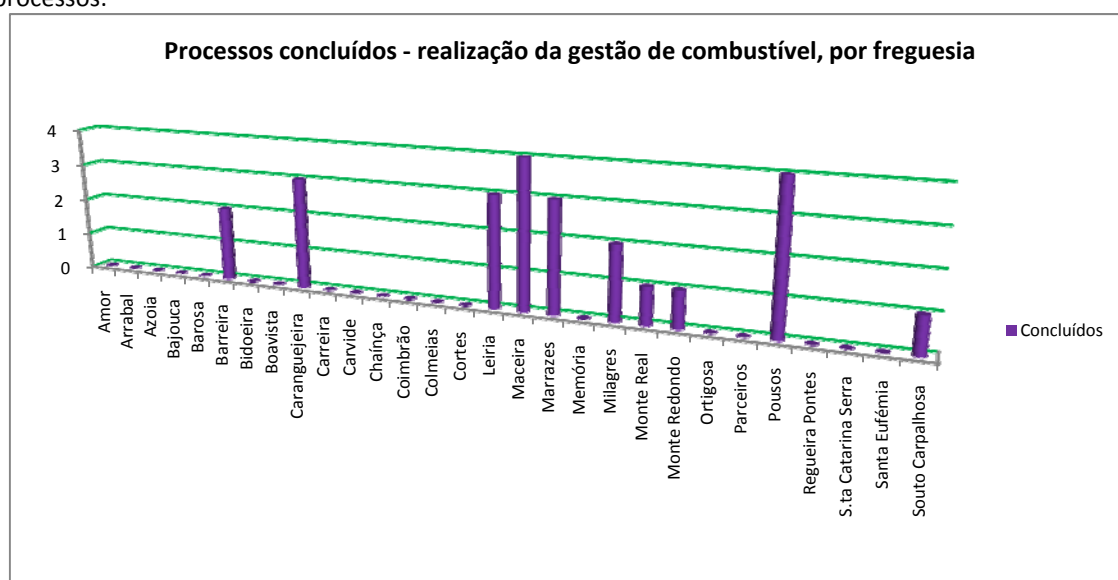
Carta de perigosidade de incêndio florestal

A atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMDF) contempla a inclusão dos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, que de acordo com o DL 17/2009 de 14/01, são definidos como *‘o conjunto de parcelas do território no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundária, estrategicamente localizadas, onde, através de ações de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais, com o objetivo primordial de defesa da floresta contra incêndios’*. No concelho de Leiria, para além dos mosaicos existentes, foram identificados e acrescentados ao PMDF as freguesias de: Coimbrão, Carvide, Amor, Souto da Carpalhosa, Ortigosa, Regueira de Pontes, Milagres, Bidoeira de Cima, Boavista, Caranguejeira e Santa Catarina da Serra, de acordo com a seguinte figura.

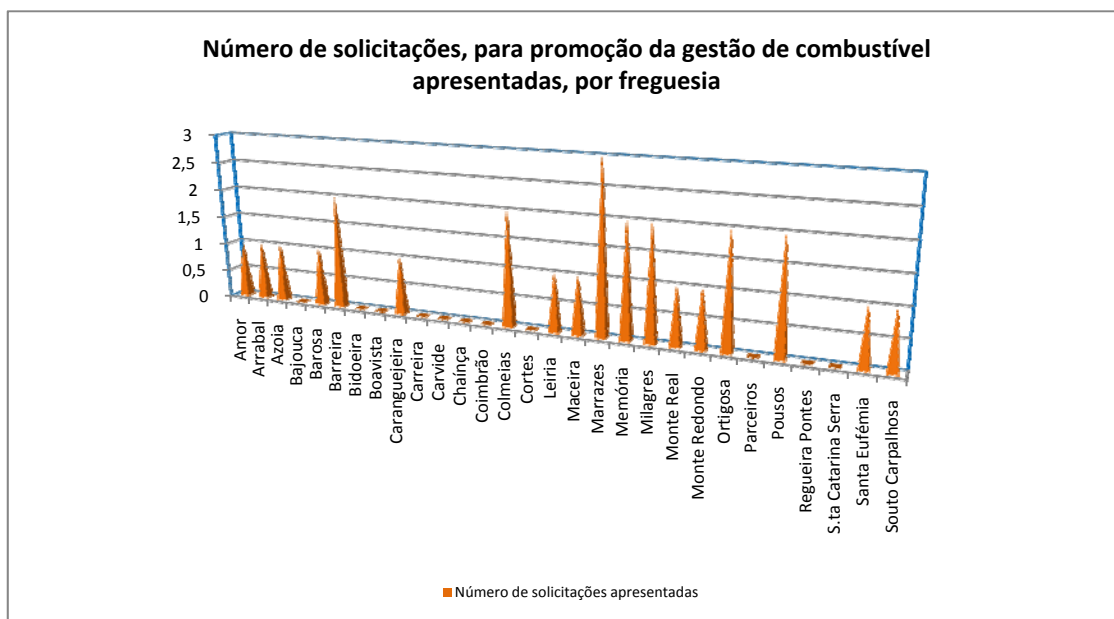




Durante o período em apreço foram concluídos, por cumprimento da notificação oportuna, os seguintes processos:



No que respeita a pedidos apresentados à autarquia, no período em análise, para promoção de ações de gestão de combustível em terrenos diversos apresenta-se, no gráfico abaixo, a sua distribuição por freguesia, salientando-se o número de pedidos apresentados pelos Municípes da freguesia de Marrazes, nomeadamente:



No que respeita à temática gestão de combustível convirá salientar o procedimento implementado com a colaboração das entidades policiais, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, resultante da iniciativa da Autarquia, no sentido de constituir um reforço à sensibilização dos proprietários dos terrenos no que respeita à necessidade e obrigação de procederem à gestão de combustível nos mesmos.

Realização de trabalhos de gestão de combustível em diversos terrenos da responsabilidade da Autarquia (registo fotográfico em anexo), nomeadamente espaços de cedência de loteamentos, entre outros – vazios urbanos, correspondendo a um total de 616 horas despendidas de trabalho realizado com a colaboração de empresa especializada.

Continuação do procedimento de actualização do levantamento dos vazios urbanos do Município de Leiria, entendendo-se, conforme referido, os terrenos cuja gestão de combustível é da responsabilidade da Autarquia.

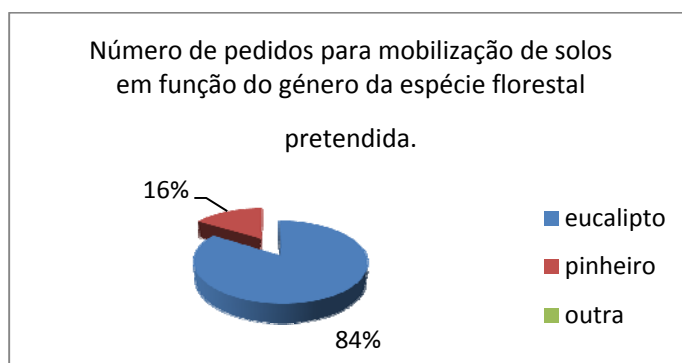
Mobilização de solos

Conforme procedimento estabelecido cada requerimento para mobilização de solo e ou arborização dá origem à deslocação do técnico ao local, com o requerente, para verificação da situação e posterior emissão de informação para decisão superior.

Na figura abaixo apresenta-se, por freguesia, o número de requerimentos apresentados à Autarquia no período em análise.

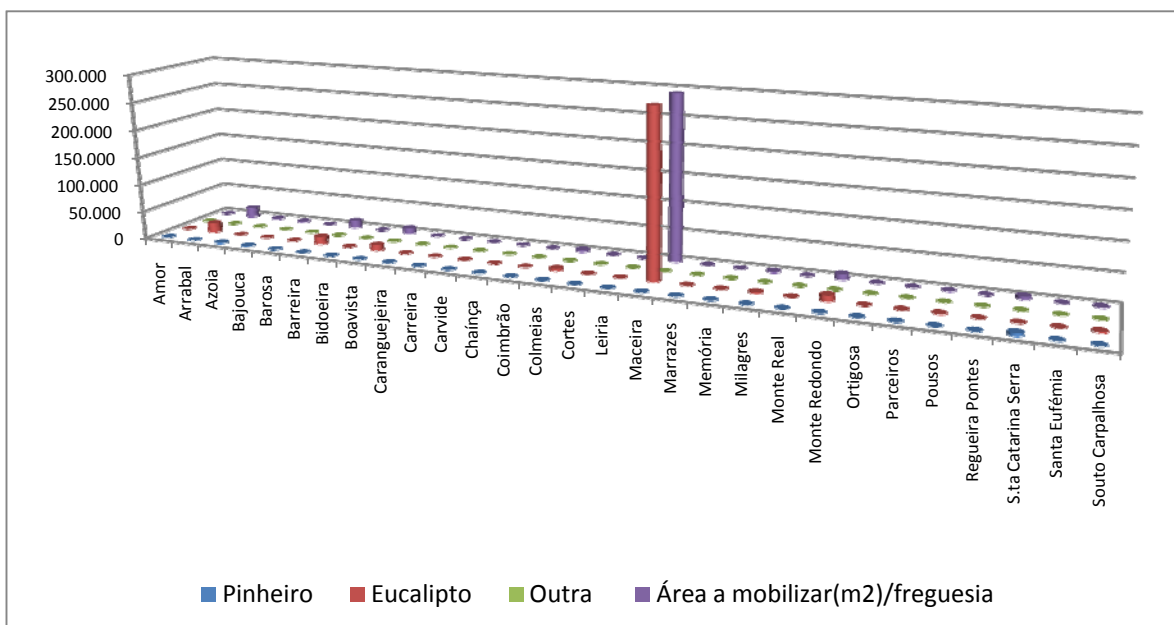


Da totalidade dos requerimentos apresentados neste período verifica-se, em termos das pretensões das espécies florestais a utilizar, para arborização, uma prevalência das do género *Eucalyptus*, em concreto da espécie *Eucalyptus globulus*, conforme verificável na figura seguinte.

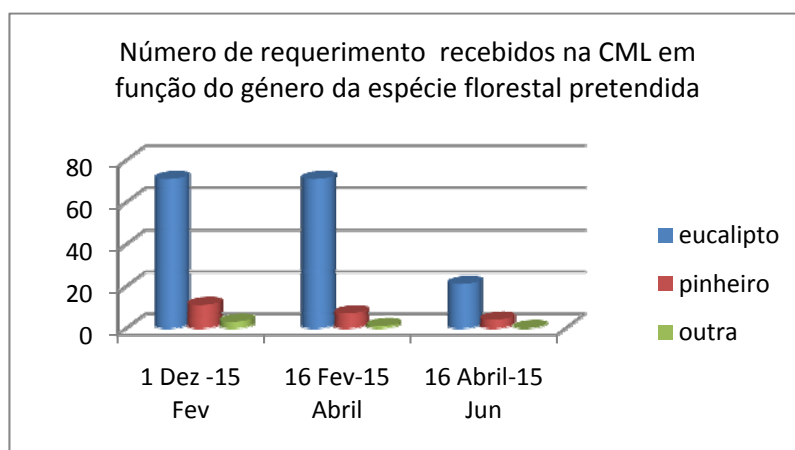


É, assim, significativa a preferência pelas espécies florestais de rápido crescimento, nomeadamente as do género *Eucalyptus*, à semelhança do registado ao nível nacional, representando 84% da área correspondente à totalidade dos requerimentos apresentados neste período, em detrimento das espécies do género *Pinus*, vulgo pinheiro (bravo ou manso) e de outras espécies, dadas as vantagens de ordem financeira do género *Eucalyptus* que pesam de modo determinante nas escolhas efectuadas pelos produtores.

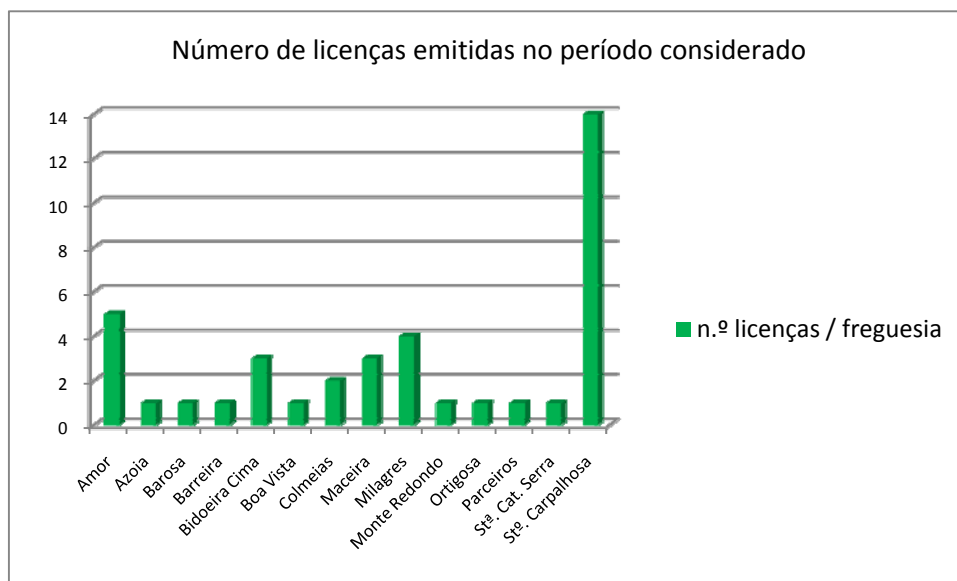
Na figura seguinte apresentam-se, por freguesia, o tipo de arborização e áreas requeridas para mobilização de solos.



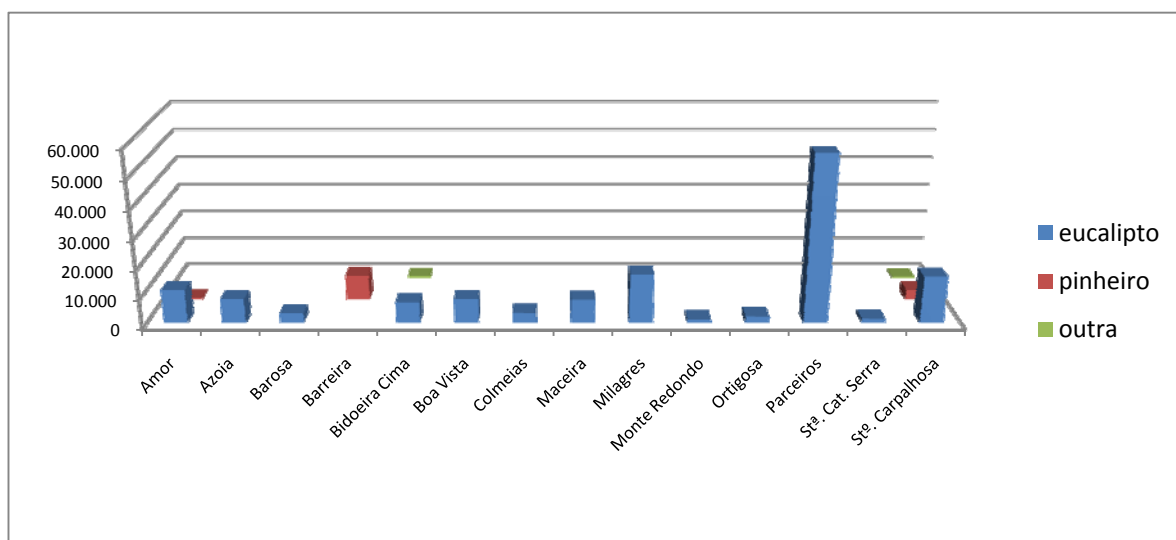
Da análise do ano de 2012 e considerando os períodos temporais objeto de análise/relatórios sobressai o facto, expectável, da redução do número de requerimentos para mobilização de solo no presente período, de 16 de abril a 15 de Junho, dadas as condições meteorológicas associadas, conforme gráfico abaixo apresentado, seguindo-se a tendência para a opção pelo eucalipto.



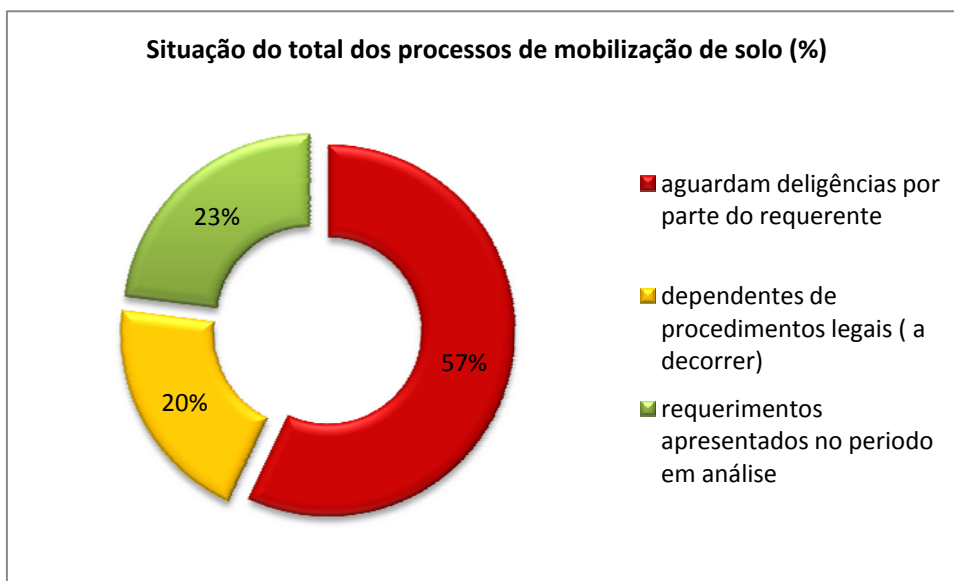
No período em análise, e cumpridos os procedimentos legais, foram emitidas trinta e nove licenças para mobilização de solo, salientando-se a freguesia de Souto da Carpalhosa pelo número de licenças emitidas, conforme verificável no gráfico seguinte.



Destes requerimentos correspondem, em área (m²) e por freguesia, os seguintes povoamentos aprovados:



No que se refere à situação atual de todos os processos relativos a pedidos de mobilização de solo, para arborização, excetuando aqueles cuja licença já foi emitida ou recusada, apresentam-se os seguintes elementos:



Da figura acima apresentada destaca-se o número de processos que se encontram dependentes de ações dos próprios requerentes, procedimentos que, nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria, não existindo interesse público, poderão vir a ser declarados desertos, em virtude de se encontrarem parados por facto imputável ao requerente, por mais de seis meses.

Destes destacam-se, essencialmente, as situações de não liquidação das guias de pagamento devidas, para emissão das correspondentes licenças.

Dos processos que se encontram pendentes devido a procedimentos legais referem-se as situações que aguardam, nos termos legais, a emissão de Comunicação Prévia por parte Comissão de Coordenação Regional do Centro, os que apresentam condicionantes ao nível da Rede Natura 2000, dependentes de parecer do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, os correspondentes a terrenos onde foram identificados Sítios de Interesse Arqueológico, ou outros, nomeadamente por apresentarem situações de abate ilegal de sobreiros.

Como actividades relacionadas refiram-se os contactos com a Autoridade Florestal Nacional, por forma a esclarecer e agilizar procedimentos numa perspectiva de maior eficácia e eficiência dos serviços, numa óptica de melhoria contínua.

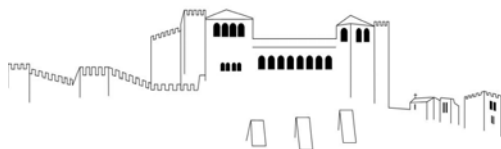
Refira-se, ainda, a análise, da versão para apreciação pública, da proposta de alteração legislativa relativa às “Ações de arborização e rearborização”, da qual se salienta o facto de não serem apresentadas quaisquer condicionantes às ações de arborização ou rearborização com recurso a espécies florestais de rápido crescimento, nomeadamente *Eucalyptus sp.*, *Populus sp.*, *Acacia sp.*, prevendo-se uma liberalização da plantação destas espécies, minimizando o papel das florestas e da necessidade de adoção de planos de gestão sustentável da Floresta.

Assim, julga-se, não se afigurará, tal proposta, como garante de um desenvolvimento do sector florestal pensado em termos da sua contribuição para o bem-estar da sociedade portuguesa, da conservação dos recursos naturais e da paisagem, nomeadamente sem revelar qualquer preocupação com proteção do solo, da água e com a conservação da biodiversidade, não havendo referência a quaisquer medidas e instrumentos de política ambiental e de ordenamento do território que contribuam diretamente para preservar ou reconstituir as funções ecológica, protetora e recreativa das florestas, a biodiversidade e um ecossistema florestal saudável, e, portanto, que constituam o garante de um desenvolvimento sustentável.

Leiria, 19 de Junho de 2012

O Presidente da Câmara

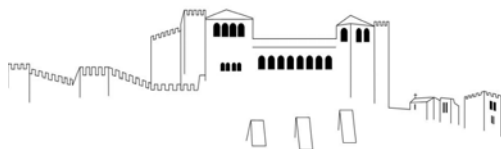
Raul Castro



Município de Leiria

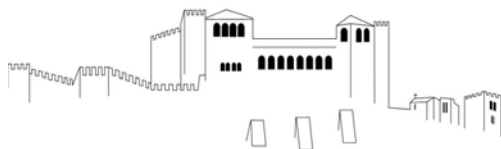
RELATÓRIO FINANCEIRO

Para os efeitos no disposto da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01



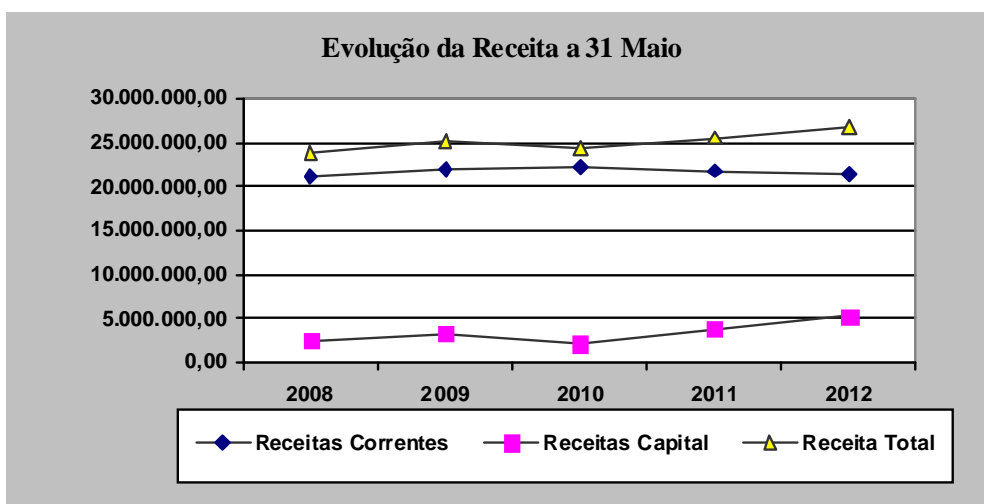
ÍNDICE

1.	RECEITAS.....	3
1.1	Receitas Correntes	4
1.2	Receitas de Capital	6
2.	DESPESAS.....	7
2.1	Despesas Correntes	8
2.2	Despesas Capital	9
3.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	10
4.	RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	11
5.	INDICADORES DE GESTÃO	12
	ANEXOS	14



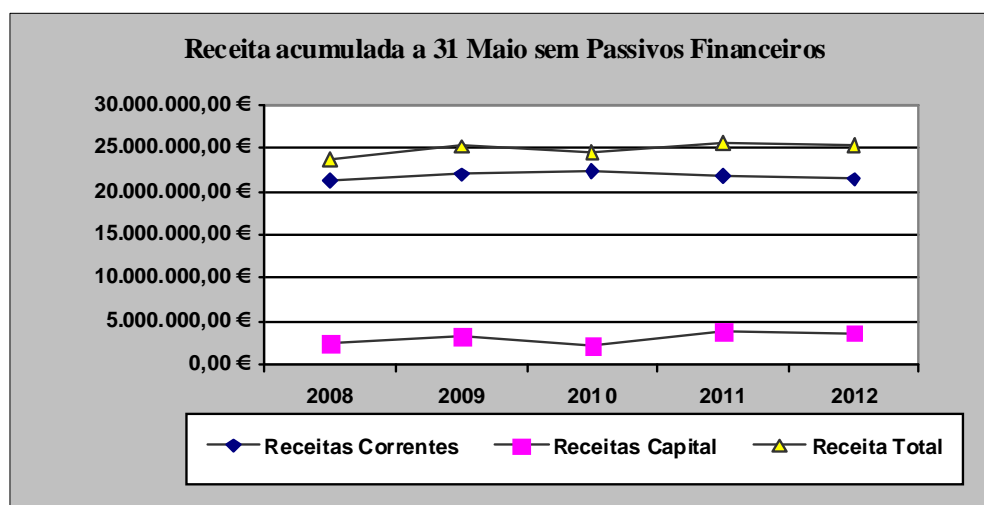
1. RECEITAS

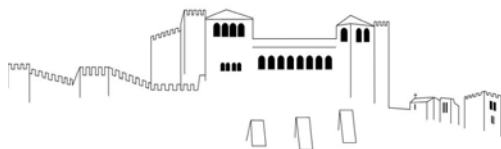
A 31 de Maio 2012 a Câmara Municipal de Leiria apresenta €26.791.897,85 de *receita total* acumulada, dos quais €21.365.899,28 correspondem a *receitas correntes* (79,75% do total da receita), €5.199.145,46 correspondem a *receitas de capital* (19,41% do total da receita) e €226.853,11 correspondem a *reposições não abatidas nos pagamentos* (0,84% do total da receita).



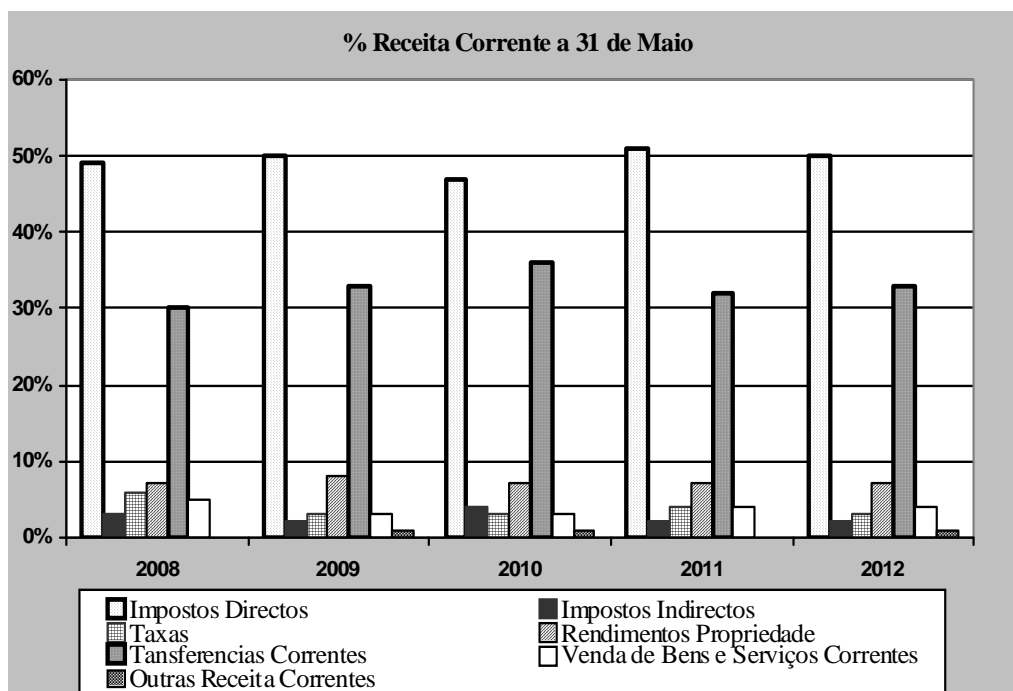
A receita total acumulada a 31 de Maio apresentou um aumento de 5% (€1.188.589,85) face aos valores de 2011. Este crescimento foi originado pelo acréscimo de 37% (€1.402.503,78) nas *receitas capital* uma vez que as *receitas correntes* da diminuíram 2% (-€431.408,49).

A rubrica *reposições não abatidas nos pagamentos* apresenta um acréscimo de 2.324% (€217.494,56) face a igual período de 2011.



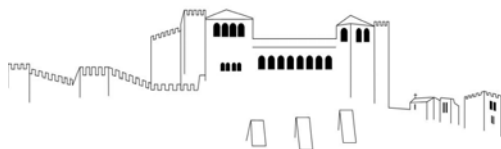


1.1 Receitas Correntes



Para a estrutura das *receitas correntes*, no período em análise, são os *impostos directos* que maior peso detêm com 50% (€10.714.846,70), seguindo-se as *transferências* com 33% (€7.123.009,43), os *rendimentos de propriedade* correspondem a 7% (€1.513.969,08), a *venda de bens e serviços* correspondem a 4% (€865.411,48), as *taxas multas e outras penalidades* correspondem a 3% (€572.273,01) e os *impostos indirectos* têm um peso de 2% (€460.750,03). Quanto às *outras receitas correntes*, têm um peso insignificante na estrutura das *receitas correntes*.

Para a diminuição nas *receitas correntes*, face ao período homólogo de 2011, contribuiu a quebra de 31% (-€251.743,30) na rubrica *taxas, multas e outras penalidades*, de 6% (-€52.434,38 e -€88.690,96 respetivamente) nas rubricas *venda de bens e serviços* e *rendimentos de propriedade* e de 3% (-€312.656,68) nos *impostos directos*. Quanto às restantes rubricas, salienta-se o aumento de 59% (€42.750,99) nas *outras receitas*, de 17% (€64.322,82) na receita proveniente de *impostos indirectos* e de 2% (€167.043,02) nas *transferências correntes*.



EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS A 31 MAIO

	2008	2009	2010	2011	2012
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	€ 6.529.067,38	€ 6.669.858,29	€ 6.944.677,01	€ 7.176.468,67	€ 7.773.247,38
IUC - Imposto Único circulação	€ 644.637,41	€ 837.638,41	€ 928.031,72	€ 1.037.998,20	€ 1.216.344,27
IMT- Imposto Mun. S/ Transmissão Onerosa de Imóveis	€ 3.155.728,28	€ 2.647.071,09	€ 2.362.325,09	€ 2.737.758,42	€ 1.568.260,80
Derrama	€ 0,00	€ 808.427,29	€ 194.461,41	€ 73.619,30	€ 151.603,02
Contribuição Autárquica	€ 46.296,98	€ 12.108,20	€ 11.822,06	€ 440,55	€ 5.391,23
Imposto Municipal da sisa/	€ 43.391,35	€ 38.140,40	€ 0,00	€ 1.218,24	€ 0,00
TOTAL	€ 10.419.121,40	€ 11.013.243,68	€ 10.441.317,29	€ 11.027.503,38	€ 10.714.846,70

Analisando o quadro anterior verificamos que a diminuição nos *impostos directos*, em 2012 face ao período homólogo de 2011, se ficou a dever à diminuição de 16% (-€1.169.497,62) no *imposto municipal sobre transmissão onerosa de imóveis*. Salienta-se, no entanto, o aumento de 8% (€596.778,71) no IMI, de 17% (€178.346,07) no *imposto único de circulação* e de 106% (€77.983,72) na *derrama*. Quanto aos *impostos abolidos*, salienta-se o aumento de 1.124% (€4.950,68) na *contribuição autárquica*. Relativamente ao IMI, foi retido o montante de €366.063,26 para encargos da avaliação geral de IMI conforme estabelece a portaria n.º 106/2012 de 18 de Abril.

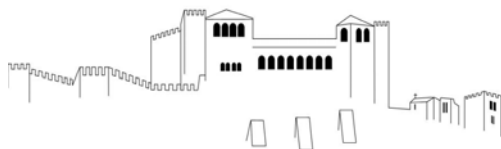
O aumento na receita proveniente de *impostos indirectos*, face ao período homólogo de 2011, ficou a dever-se essencialmente ao aumento de 31% (€66.941,72) na receita proveniente da rubrica *obras*.

Relativamente à rubrica *taxas, multas e outras penalidades* a diminuição verificada, em relação ao período homólogo do ano anterior, foi proporcionada essencialmente pela quebra de 25% (-€110.300,80) na rubrica *obras* e de 57% (-€130.940,66) na receita proveniente de *multas e outras penalidades*.

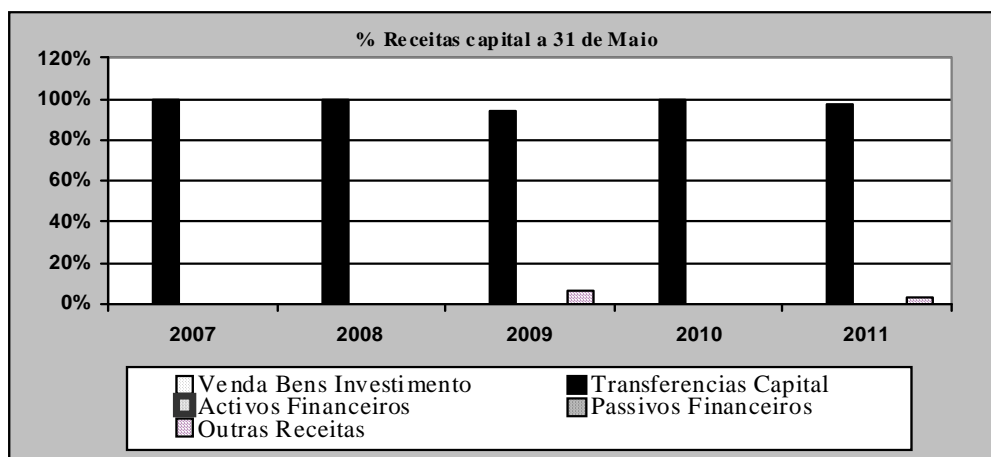
A quebra na receita proveniente de *rendimentos de propriedade*, face ao período homólogo de 2011, foi proporcionada pela diminuição de 74% (-€18.900,37) na receita proveniente de *juros de depósitos bancários* e de 85% (-€106.609,43) proveniente de *dividendos e participações nos lucros de empresas públicas*. A 31 de maio de 2012, foram recebidos €18.891,27 respeitante à participação na Valorlis, SA.

Quanto às *transferências correntes*, o aumento, face a 2011, ficou a dever-se, essencialmente, às *transferências* provenientes *projetos cofinanciados* que cresceram 1.235% (€258.324,10), no entanto, salienta-se a quebra de 8% (-€270.170,00) no *Fundo de Equilíbrio Financeiro* e de 29% (-€408.431,00) na participação variável no IRS. Quanto ao *Fundo Social Municipal*, apresenta um crescimento de 60% (€434.396,00).

Quanto à rubrica *venda de bens e serviços*, a quebra registada, relativamente ao período homólogo, foi proporcionada pelo decréscimo de 6% (-€54.861,73) nas *vendas de serviços*, nomeadamente na receita proveniente de resíduos sólidos.



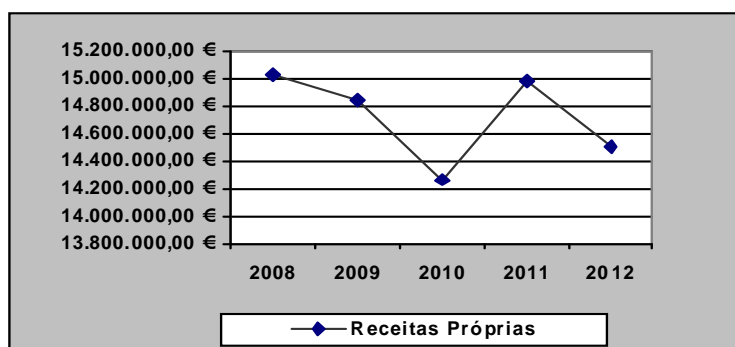
1.2 Receitas de Capital



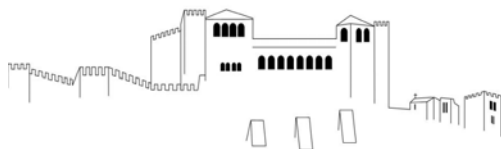
No período em análise, para a estrutura das *receitas de capital*, 70% (€3.633.304,79) correspondem a receitas provenientes de *transferências de capital* e 29% (€1.536.826,00) são provenientes de *passivos financeiros* e 1% (€29.014,67) dizem respeito a *outras receitas de capital*. O aumento registado nas receitas de capital deve-se à rubrica *passivos financeiros*, uma vez que foram utilizados €1.536.826,00 do empréstimo de curto prazo.

Do total das *transferências de capital*, €1.568.215,00 correspondem ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, e €2.031.273,60 são provenientes de projectos co-financiados.

No que diz respeito às receitas próprias de base local, a 31 de Maio, a evolução está traduzida no seguinte gráfico:



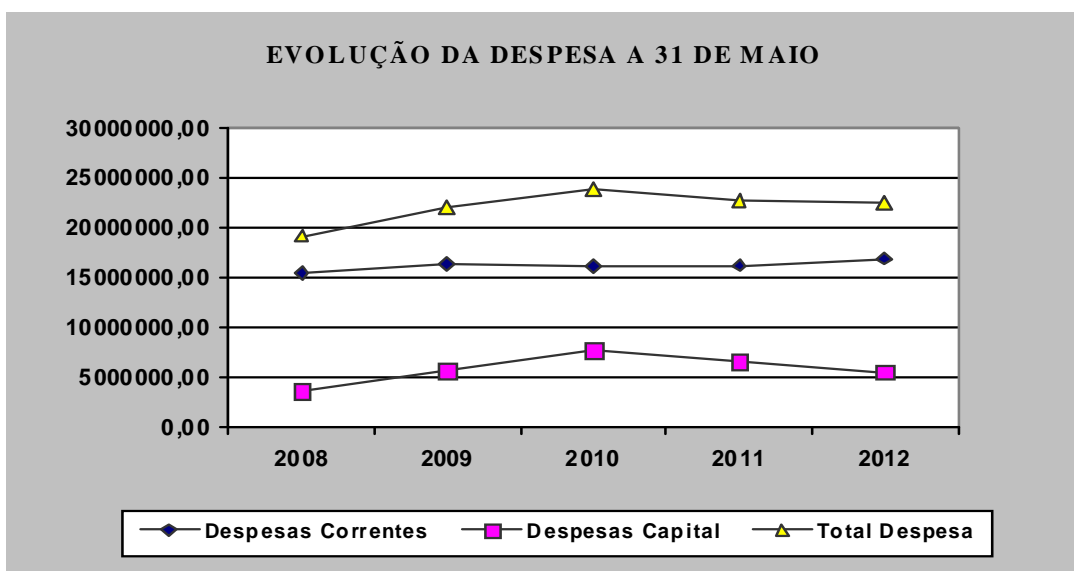
Analisando o gráfico anterior verifica-se que estas receitas, face ao período homólogo do ano anterior, registaram uma diminuição de 3% (€719.075,91), passando o seu valor de €14.980.139,93 para €14.498.757,63.

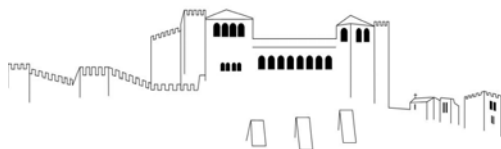


2. DESPESAS

A 31 de Maio de 2012, a *despesa total* paga é de €22.421.860,63, dos quais €16.868.784,71 são de *despesas correntes* (75% do total da despesa) e €5.553.075,92 são *despesas de capital* (25% do total da despesa). No que diz respeito à despesa cabimentada, verifica-se uma *despesa total* de €57.288.860,63 à qual correspondem €37.628.262,49 de *despesas correntes* (66% do total da despesa) e €19.660.598,14 de *despesas de capital* (34% do total da despesa).

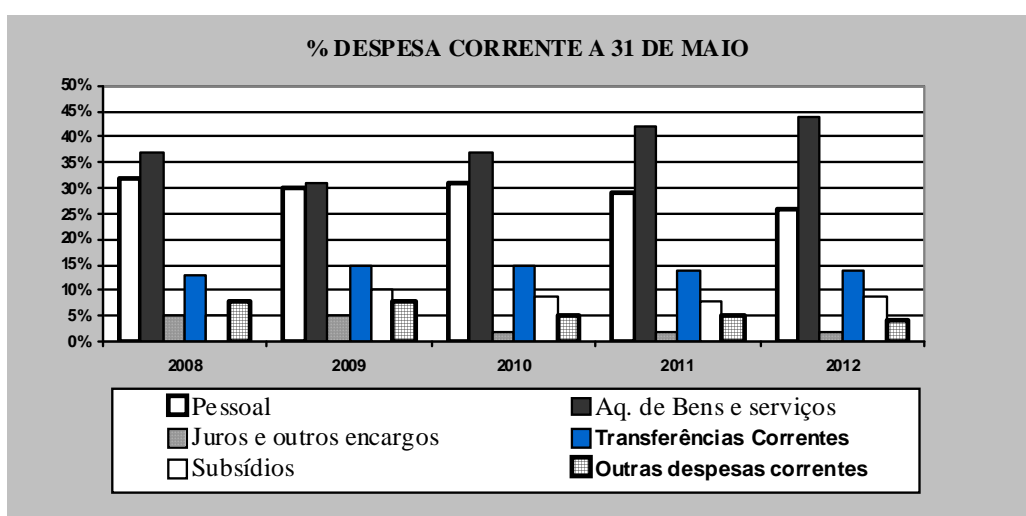
A *despesa total* paga registou face a período homólogo de 2012 uma diminuição de 1%, (-€311.390,47). Esta diminuição na *despesa total* paga ficou a dever-se à quebra de 15% (-€997.432,10) nas *despesas capital* já que as *despesas correntes* pagas cresceram 4 % (€686.041,63).





2.1 Despesas Correntes

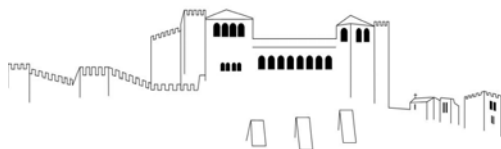
Na estrutura das *despesas correntes*, em Maio de 2012, são as despesas com a *aquisição de bens e serviços* que maior peso detém com 44% (€7.484.895,66) seguindo-se as despesas com *peçoal* com 26% (€4.454.744,43), as *transferências correntes* com 14%, (€2.424.409,80), os *subsídios* com 9% (€1.525.054,64), as *outras despesas* correspondem a 4% (€669.844,36) e os *juros e outros encargos* com 2% (€309.835,82).



Para o aumento deste tipo de *despesas*, face a 2011, contribuiu o aumento de 22% (€269.941,72) na rubrica *subsídios*, de 7% (€149.234,18) na rubrica *transferências* e de 11% (€767.714,40) na *aquisição de bens e serviços*. Salienta-se no entanto, face a idêntico período de 2011, a diminuição de 21% (-€83.423,62) no pagamento de *juros e outros encargos*, de 21% (-€172.854,94) na rubrica *outras despesas correntes* e de 5% (-€244.570,11) nas *despesas com pessoal*.

O acréscimo global dos pagamentos na *aquisição de bens e serviço* deve-se ao aumento de 9% (€553.865,70) na *aquisição de serviços* e de 84% (€213.848,70) na *aquisição de bens*. Para o aumento destas despesas contribuiu essencialmente o aumento de 77% (€46.843,46) na aquisição de matérias-primas, de 107% (€42.011,56) no gasóleo e de 61% (€930.885,06) na aquisição de serviços especializados.

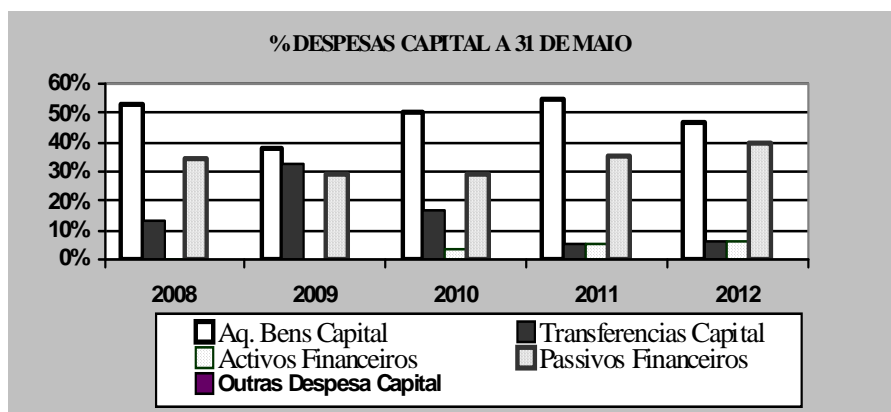
As *transferências correntes* para as freguesias, no período em análise, foram de €1.137.740,81 diminuindo 11% (€139.270,12) face ao período homólogo do ano anterior.



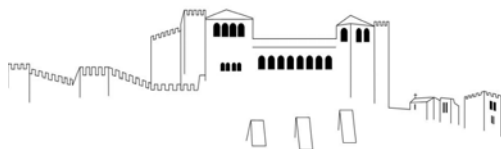
O pagamento de subsídios (€1.525.054,64), corresponde a transferências efetuadas para a Leirisport, EM a titulo de:

- Indemnização compensatória Pista de Atletismo e Centro Nacional de Lançamentos - €61.750,57;
- Programa Viver ativo - €141.409,86;
- Indemnizações compensatórias Piscinas Leiria - €70.997,87;
- Indemnização compensatórias utilização clubes - €323.031,17;
- Cobertura deficit exploração Pavilhão Correia Mateus - €56.959,07;
- Férias sem limites - €12.300,00;
- Indeminizações compensatórias Pavilhões - €34.151,06;
- Manutenção relvado União Desportiva Caranguejeira - €28.703,10;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Colmeias - €43.316,93;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Santa Eufémia- €11.864,48;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Bajouca- €3.115,43;
- Cobertura deficit exploração piscina Maceira- €55.032,41;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Marrazes- €24.254,22;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Souto Carpalhosa- €16.918,38;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Arrabal - €5.035,08;
- Cobertura deficit exploração pavilhão Silvas - €18.512,68;
- Indemnizações compensatórias Piscina Caranguejeira - €1.991,32;
- Cobertura deficit exploração piscina caranguejeira - €50.464,71;
- Custos financeiros associados ao financiamento do Estádio - €565.246,30;

2.2 Despesas Capital



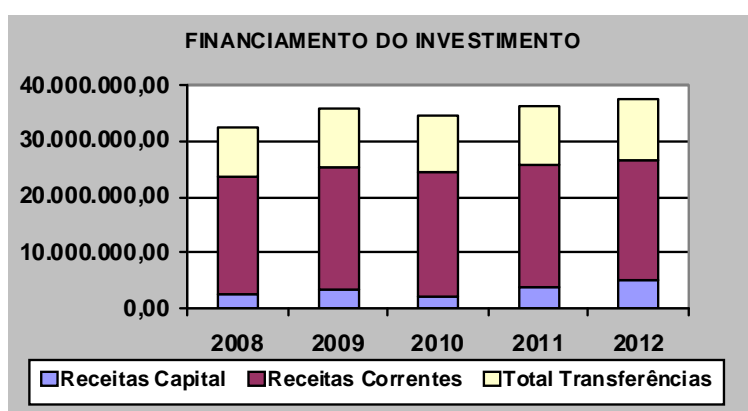
Para a estrutura das *despesas de capital*, a 31 de Maio de 2011, 47% (€2.624.412,72) correspondem a *aquisições de bens de capital*, 40% (€2.244.419,78) correspondem a *passivos financeiros*, 6% (€346.876,60 e €337.366,82) correspondem a *ativos financeiros* e a *transferências de capital*.



A quebra deste tipo de despesas, face a período homólogo de 2011, ficou a dever-se à diminuição de 27% (-€970.965,18) na *aquisição de bens de capital*, de 1% (-€4.036,71) nas *transferências de capital* e de 2% (-€38.563,29) nos passivos financeiros. Com um comportamento inverso salienta-se o aumento de 5% (€16.133,08) nos *ativos financeiros*.

Do total das *transferências de capital*, €101.922,52 são *transferências para as freguesias*, o que representa uma diminuição de 54% (-€119.284,87) face ao período homólogo do ano anterior.

O financiamento do investimento, a 31 de maio, está traduzido no seguinte gráfico:

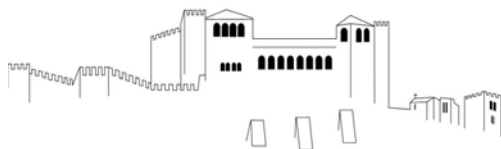


3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

	€				
A 31 de maio	2008	2009	2010	2011	2012
Facturas por liquidar	31.222.647,96	20.342.343,54	13.049.781,71	13.759.942,81	8.416.747,58
Facturas por liquidar / Receita	131%	81%	54%	54%	31%

A Câmara Municipal de Leiria apresenta o seguinte stock da dívida:

	Capital em dívida a 31/12/2011 (saldo conta 23)	Contratação empréstimos	Amortizações a 31 de maio	Capital em dívida
Instituições Financeiras	€50.771.061,42	€1.536.826,00	€2.277.383,84	€50.088.554,06
Estado	€8.088.720,00		€0,00	€8.088.720,00



A situação face aos limites de endividamento municipal a 31 de maio de 2012 é a seguinte:

	Designação	Montante	Observações
1	Capital em dívida de médio e longo prazo	€58.119.223,58	Apenas Município
2	Endividamento líquido	€2.720.455,47	
3	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	€37.646.213,53	
4	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	€20.473.010,05	4 = 1 - 3
5	Endividamento líquido a considerar (excluindo montantes excepcionados)	-€34.925.758,06,	5 = 2 - 3

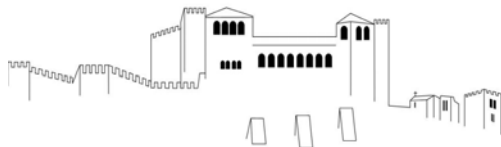
4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

A Câmara Municipal de Leiria apresenta a seguinte relação entre as grandes rubricas das receitas e das despesas:

31 de maio

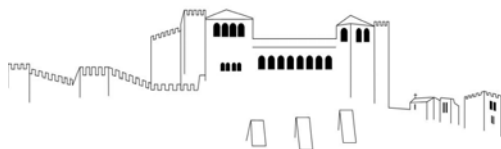
RECEITAS CORRENTES	€21.365.899,28	DESPESAS CORRENTES	€16.868.784,71
RECEITAS DE CAPITAL	€5.199.145,46	DESPESAS DE CAPITAL	€5.553.075,92

A poupança corrente a 31 de maio foi de €4.497.114,57.



5. INDICADORES DE GESTÃO

TAXA DE COBERTURA DA DESPESA PELA RECEITA	26.791.897,85 / 22.421.860,63 = 1,19
TAXA DE POUPANÇA CORRENTE	21.365.899,28 / 16.868.784,71 = 1,27
PESO DA DESPESA TOTAL NA RECEITA TOTAL	22.421.860,63 / 26.791.897,85 = 0,83
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	7.484.895,66 / 5.058.680,00 = 1,48
GRAU DE COBERTURA DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	2.554.240,24 / 5.058.680,00 = 0,50
RÁCIO DE ESTRUTURA	
(receitas correntes – transferências correntes) / (receitas correntes)	14.242.889,85 / 21.365.899,28 = 0,67
(receitas totais - transferências) / (receitas totais)	14.242.889,85 / 26.791.897,85 = 0,53
(transferências totais) / (receitas totais)	10.756.314,22 / 26.791.897,85 = 0,40
(Fundos Municipais capital) / (investimentos+transferências capital)	1.568.215,00 / 2.961.779,54 = 0,53
RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO	
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (Fundos Municipais)	2.554.240,24 / 6.626.895,00 = 0,39
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (receita total)	2.554.240,24 / 26.791.897,85 = 0,10
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (despesa total)	2.554.240,24 / 22.421.860,63 = 0,11
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL	
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 09)	4.454.744,43 / 21.904.007,73 = 0,20
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 10)	4.454.744,43 / 22.284.183,45 = 0,20
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 11)	4.454.744,43 / 21.797.307,77 = 0,20
(Fundos Municipais corrente) / (despesa de pessoal)	5.058.680,00 / 4.454.744,43 = 1,14
RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	
(Fundos Municipais capital) / (investimento)	1.568.215,00 / 2.624.412,72 = 0,60
(FEDER capital) / (investimento)	2.028.806,10 / 2.624.412,72 = 0,77
(investimento) / (receita total)	2.624.412,72 / 26.791.897,85 = 0,10
OUTROS	
(despesa de pessoal) / (população)	4.454.744,43 / 127.919 = 34,83
(despesa de pessoal) / (km2)	4.454.744,43 / 565 = 7.884,50
(investimento) / (população)	2.624.412,72 / 127.919 = 20,52
(investimento) / (km2)	2.624.412,72 / 565 = 4.644,98



Leiria, 18 de junho de 2012

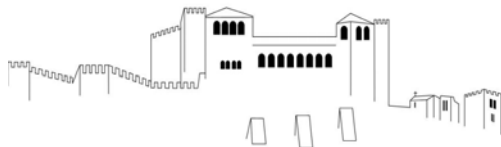
O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Raul Castro'.

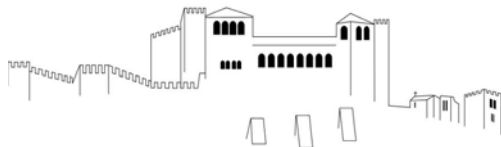
(Raul Castro)



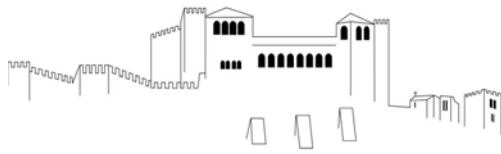
ANEXOS



	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução
RECEITAS CORRENTES					
01 IMPOSTOS DIRECTOS	10.419.121,40	11.013.243,68	10.441.317,29	11.027.503,38	10.714.846,70
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	653.789,70	539.522,63	788.025,32	396.427,21	460.750,03
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.217.237,27	702.001,65	715.562,89	824.016,31	572.273,01
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.480.097,19	1.655.638,91	1.464.690,20	1.602.660,04	1.513.969,08
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.294.849,63	7.269.172,81	8.078.767,15	6.955.966,41	7.123.009,43
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.131.805,64	599.265,93	657.590,70	917.845,86	865.411,48
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.593,43	125.162,12	138.229,90	72.888,56	115.639,55
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	21.265.494,26	21.904.007,73	22.284.183,45	21.797.307,77	21.365.899,28
RECEITAS DE CAPITAL					
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.850,00	-	-	-	-
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.434.978,57	3.095.281,63	2.093.439,34	3.667.201,66	3.633.304,79
11 ACTIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	-
12 PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	1.536.826,00
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	190.000,00	5.000,00	129.440,02	29.014,67
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.436.828,57	3.285.281,63	2.098.439,34	3.796.641,68	5.199.145,46
14 RECURSOS PRÓPRIO COMUNITÁRIOS	-	-	-	-	-
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	47.765,58	17.766,13	50.647,72	9.358,55	226.853,11
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	-	-	-	-
	47.765,58	17.766,13	50.647,72	9.358,55	226.853,11
TOTAL GERAL	23.750.088,41	25.207.055,49	24.433.270,51	25.603.308,00	26.791.897,85



	2008	2009	2010	2011	2012
D E S P E S A S	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução
DESPESAS CORRENTES					
01 DESPESAS COM O PESSOAL	4.942.371,59	4.974.531,05	5.075.400,82	4.699.314,54	4.454.744,43
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.721.703,27	5.053.274,62	5.987.092,15	6.717.181,26	7.484.895,66
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	831.210,78	885.235,56	382.378,10	393.259,44	309.835,82
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.999.832,57	2.460.704,22	2.397.249,01	2.275.175,62	2.424.409,80
05 SUBSÍDIOS	785.693,07	1.634.142,80	1.531.113,23	1.255.112,92	1.525.054,64
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.193.840,79	1.321.074,84	760.873,26	842.699,30	669.844,36
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15.474.652,07	16.328.963,09	16.134.106,57	16.182.743,08	16.868.784,71
DESPESAS DE CAPITAL					
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.933.501,10	2.143.229,79	3.884.633,35	3.595.377,90	2.624.412,72
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	485.640,47	1.859.417,59	1.313.521,14	341.403,53	337.366,82
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1.247,00	-	312.691,00	330.743,52	346.876,60
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.251.643,73	1.658.732,61	2.237.959,07	2.282.983,07	2.244.419,78
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	2.023,81	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.672.032,30	5.663.403,80	7.748.804,56	6.550.508,02	5.553.075,92
TOTAL GERAL	19.146.684,37	21.992.366,89	23.882.911,13	22.733.251,10	22.421.860,63



Advogados

Mário Diogo
Paulo Neto
Jorge Marques
Joana Mendonça
David Pereira
Vera Lúcia Santos

I. LISTA ACTUALIZADA de PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES (para relatório de actividades a enviar à Assembleia Municipal)

I. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

1) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 549/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor – Paulo Gomes dos Santos

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do Embargo referente a uma moradia unifamiliar que o A. tinha em construção, com o fundamento que as obras estavam executadas num local distinto do licenciamento a que se refere o processo de obras n.º 1111/02, pelo que a obra necessitava de prévio licenciamento por parte da Câmara Municipal, e consequente reconhecimento que a moradia do A. foi implantada de acordo com o projecto aprovado pelo Município no Processo de Obra n.º 1111/2002, através do alvará por ele emitido com o n.º 689/03 de 31/07/2003 e de acordo com os cartogramas existentes à data da aprovação e fornecidos pelo Município, e que as obras estão executadas no local que consta do licenciamento.

b) que a mesma moradia não viola as disposições do PDM de Leiria, nem a Portaria 1111/2001 de 19/09/2001;

c) que inexistente fundamento legal para o embargo decretado.

No caso de se provar o pedido formulado em a) e o Município não conceder ao Autor autorização para a conclusão da moradia no local onde se encontra, requer a condenação do Município a indemnizar o Autor pelas perdas e danos que sofreu relativos aos custos da construção, dos projectos, da eventual demolição e danos não patrimoniais no montante da liquidar em execução de sentença.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: aguarda desenvolvimentos sobre a reclamação a perícia, apresentada pelo Autor.

2) PROCESSO: Expropriação n.º 4052/04.6 TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Trib. Jud. de Leiria

PARTES: Expropriante: Município de Leiria

Expropriado: Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis

Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada

Reg. na Ordem dos Advogados n.º 80/02 – Capital Social €50.000,00 – NIPC 505 837 978

VALOR DA ACÇÃO: 108.418,54 €

PEDIDO: Condenação da entidade expropriante no pagamento à expropriada do montante de 108.418,54 €, a título de despesas a suportar por aquela para substituir o bem expropriado por outro equivalente.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Estamos perante um apenso de liquidação em execução de sentença. Encontra-se agendada para o dia 06/09/2012 a inquirição de testemunhas.

3) PROCESSO: Execução de Sentença n.º 594-A/97, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Exequente – Armando Neto dos Santos

Executado – Município de Leiria

PEDIDO: Execução de sentença com prévia liquidação, reclamando prejuízos no montante de 35.501,84 € com juros à taxa de 10% e à que lhe for sucessivamente aplicável e ao ano desde a citação para a acção até efectivo e integral pagamento, com Custa e procuradoria condigna

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 04/06/2012, foi proferida a Sentença homologatória da Transacção (Processo findo que se manteve na listagem apenas porque se solicitava informação de processos pendentes até 15/06/2012).

4) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 7158/07.6TBLRA, a correr termos no Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor – Município de Leiria

Ré – Irmãos Brites, Ld.ª

Valor da Acção: 30.000,00 €

PEDIDO: 1) Deve declarar-se:

- a) que a parcela de terreno em formato irregular, assemelhando-se a um triângulo, situada nas traseiras dos lotes 1,2 e 3 do Loteamento n.º 27/81, sito em Cruz da Areia, Leiria, registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este seu dono e legítimo possuidor;
- b) que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484, constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização colectiva;
- c) que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá se dado qualquer outro uso;
- d) que esta parcela mede 261,07 m² e que confronta de Sul com Lote 1, do Nascente com Lotes 2 e 3, do Norte com edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2) E deve a Ré ser condenada a reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência:

- a) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal;
 - b) A abster-se de praticar qualquer acto sobre a citada parcela;
 - c) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;
 - d) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.
- 3) Declararem-se nulos quaisquer actos jurídicos que porventura tivessem servido de título bastante para os actos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente a escritura de aquisição da referida parcela e que acima se fez menção.
- 4) Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo relativo à parcela em discussão nos autos, feito sob o n.º 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria,

Em contrapartida veio o Ré apresentar contestação com Reconvenção, requerendo:

- a) que a acção contra ela formulada seja julgada improcedente, absolvendo-se Ré de todos os pedidos.
- b) Declarar-se a e reconhecer-se que o prédio, tal como identificado está no doc.6, do seu articulado é pertença da Ré, como sua legítima proprietária; ou

Subsidiariamente, para o caso de não proceder o pedido anterior:

- c) Declarar-se e reconhecer-se que o prédio, tal como identificado está no art 32º do seu articulado é pertença da Ré, como sua legítima proprietária;
- d) Ser condenado o Autor (Município de Leiria) a tudo ver reconhecido e acatar, abstendo-se da prática de quaisquer actos que possam perturbar a posse da Ré sobre este prédio.
- e) Ser ordenado o cancelamento de todas e quaisquer inscrições ou averbamentos que não seja a inscrição decorrente da AP 51 de 28-05-2001 que incide sobre a descrição 2026/Leiria; e
- f) no caso de ser o pedido d) a proceder, ser ordenado o competente averbamento nesta mesma descrição e no sentido de o prédio ser rústico e ser por isso “terreno de cultura”, mantendo-se no mais da sua composição e inscrição actual.
- g) Ser condenado o Município reconvindo a pagar à R reconvinte a indemnização que se vier a liquidar em execução de sentença por todos os danos por ela sofridos, mormente os alegados em 56º a 59 do seu articulado e os mais que se vier a revelar ao longo e após este processo e decorrentes desta questão; e

sempre tudo acrescido dos juros de mora à taxa legal, desde o trânsito em julgado da sentença e até efectivo e integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se agendada para o dia 02/07/2012 resposta à matéria de facto.

5) PROCESSO: Acção Administrativa Comum sob a forma de processo ordinária n.º 1135/06.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor- João Pedro Gonçalves Assunção Branco

Réu- Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 39.358,00 €

PEDIDO: 1) ser o Município condenado em sede de indemnização pelo dano emergente, por haver destruído o quiosque e pelos investimentos feitos com a construção do mesmo, causados pela declaração de utilidade pública, nos termos da alínea c) do art. 180º do C.P.A., no montante de 24.358,00 €, que se estabelece como correspondente ao da justa indemnização;

2) Ser o Município condenado em sede de lucro cessante, perda do direito ao trespasse (cedência-transmissão a outrem) nomeadamente a indemnização referente á clientela que se fixa num montante de 15.000,00 €

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: encontra-se a aguardar marcação de audiência de discussão e julgamento.

6) PROCESSO: Recurso Jurisdicional- Contencioso pré-contratual n.º 7802/11 a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente- Chamartin Projectos, S.G.P.S., S.A.

Recorrido- Município de Leiria e outras

PEDIDO: Acção proposta pela Chamartin Projectos, S.G.P.S., S.A. contra o Município e contra-interessadas Multi Development Portugal- Promotora Imobiliária, S.A. e Lena- Engenharia Construções, S.A., com vista à impugnação da deliberação de 11/06/2008, do Município, que adjudicou à concorrente “Multi Development Portugal- Promotora Imobiliária, S.A. e Lena- Engenharia Construções, S.A” a concepção, financiamento, construção e exploração de uma unidade comercial de dimensão relevante (UCDR), mediante a alienação de parcelas de terreno, em regime de direito de superfície, pelo Município, por ter obtido a melhor pontuação no concurso aberto pelo anúncio n.º 2611001536, publicado no DR, II Série, n.º 66 de 03/04/2007 e Jornal das Comunidades Europeias n.º 2007/S58-071172, de 23/03/07, na sequência da deliberação de 04/01/2007 da Câmara Municipal de Leiria.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferido Acórdão pelo Supremo Tribunal Administrativo, no Recurso de Revista (Apreciação Preliminar), apresentado pela Chamartin- Projectos S.G.P.S., S.A. nos Autos de Recurso Jurisdicional n.º 468/12, tramitados pela 1ª Secção, do 1º Juízo daquele STA.

O duto Acórdão ora proferido não admite a revista excepcional, prevista no artigo 150º do CPTA, por julgar inverificados os pressupostos de tal recurso. O artigo 150º do CPTA prevê que das decisões proferidas em 2ª instância pelo TCA possa haver, excepcionalmente, recurso de Revista para o STA, “quando esteja e causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental” ou “quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito”.

Uma vez que a CHAMARTIN- Projectos S.G.P.S., S.A. referiu, no requerimento de interposição de Recurso, que, a não estarem reunidos os pressupostos legais para a Revista excepcional, deveria admitir-se recurso

para uniformização de jurisprudência, se bem entendemos a decisão ora proferida pelo STA, seguir-se-á uma decisão, a proferir pelo TCA Sul (tribunal recorrido) sobre a admissibilidade do recurso para uniformização de jurisprudência.

7) PROCESSO: Inquérito n.º 1676/10.6TALRA, a correr termos na 1ª Secção dos Serviços do Ministério Público de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria

Arguida- Maria Inês Gomes Ferreira;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente contra Maria Inês Gomes Ferreira pelo crime de abuso de confiança.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: foi fixada suspensão provisória do processo pelo Ministério Público, com a condição de Maria Inês Gomes Ferreira pagar o equipamento ao Município em prestações, o que vem acontecendo. Encontra-se a decorrer o pagamento em prestações.

8) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1681/10.2TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria

Arguido/Demandado- Vítor Domingos da Rocha Rosa;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 € acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Irá ser instaurada a competente Execução Sentença.

9) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1675/10.8TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Vítor Manuel Gameiro Luís;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

10) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1683/10.9TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Jorge Henrique Gonçalves;

VALOR DA ACÇÃO: 205,94 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 205,94 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

11) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2728/10.8TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Gabriel Cristiano Santos Ferreira;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se agendada audiência de julgamento para o dia 30/03/2012.

12) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2705/10.9TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Fernando dos Santos Sola;

VALOR DA ACÇÃO: 205,94 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 205,94 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

13) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1052/10.0TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- João Miguel Pinheiro de Barros;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Aguarda instruções sobre a instauração da competente Execução Sentença.

14) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 404/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor- AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção, Ld.ª:

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: que seja declarada a invalidade do Despacho proferido em 2009/11/13, indeferindo a pretensão da Autora de pedido de autorização de legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de bebidas (relativa à exposição apresentada em 22/10/2007), seguindo-se os demais termos da lei até final.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

15) PROCESSO: Recurso de Revista n.º 413/04.9TBLRA, a correr termos no Supremo Tribunal de Justiça

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.ª

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: A Autora interpôs Recurso de Revista do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Coimbra que, por sua vez, revogou a Sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Leiria (onde a Demandante solicitou a anulação de um contrato de cessão outorgado entre esta e o Município, por escritura pública de 17/07/2001), absolvendo o Réu do pedido.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 31/12/2011, aguardava-se a prolação de Acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça (entretanto tal Acórdão foi proferido em 2012, mantendo a absolvição do Município de Leiria).

16) PROCESSO: Processo n.º 3011/07, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.ª

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação da CML, de 11/10/2004, que indeferiu o projecto de arquitectura relativo à construção de um edifício de 6 pisos, sito em Olhavas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda decisão desde 07 de Novembro de 2007.

17) PROCESSO: Processo n.º 4711/09, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.^a

Recorrido: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 453.685,79 €

PEDIDO: Pede-se a condenação do Município no pagamento da quantia de 453.685,79 € a título de indemnização por prejuízos sofridos pela autora aquando da construção de um edifício sito em Guimarota.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda decisão desde 23 de Fevereiro de 2009.

18) PROCESSO: Processo n.º 935/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação do Município de 08/06/2007, que indeferiu o pedido de licenciamento de edifício para Habitação Colectiva (Proc. O. P. 851/2006).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda decisão desde 23 de Fevereiro de 2009.

19) PROCESSO: Oposição de Execução Fiscal n.º 332/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Exequente: Município de Leiria

Oponente: Ângela Cristina de Sousa Antunes

VALOR DA ACÇÃO: 530,09 €

PEDIDO: Declaração da caducidade das liquidações efectuada e reportada aos anos 2001 a 2004, ou, se assim não se entender, a prescrição da dívida exequenda e a falsidade do título Executivo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

20) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 6121/05.6TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Manuel da Fonseca Gomes e outros

Réu: Província Portuguesa da Congregação dos Irmãos Maristas e outros

Interveniente (intervenção acessória provocada): Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 468.870,02 €

VALOR DA RECONVENÇÃO: 134.675,43 €

PEDIDO: Serem os Réus (e, consequentemente, o Interveniente) condenados:

- a) a pagarem, solidariamente, aos Autores, sem determinação de parte ou direito, a quantia de 468.870,02 € sujeita a correcção monetária devida pela perda do valor do dinheiro desde 14 de Março

de 1995, quanto à quantia de PTE 40.000.000\$ desde 15 de Julho de 1996, quanto à quantia de PTE 7.000.000\$00 (correção essa a fixar em execução de sentença), a título em dobro das quantias por eles recebidas;

- b) em alternativa, a pagarem, solidariamente, aos Autores, sem determinação de parte ou direito, a quantia de 234.435,01 € sujeita a correção monetária devida pela perda do valor do dinheiro desde 14 de Março de 1995, quanto à quantia de PTE 40.000.000\$00, desde 15 de Julho de 1996, quanto à quantia de PTE 7.000.000\$00 (correção essa a fixar em execução de sentença), com juros moratórios à taxa legal, desde a citação até integral pagamento, a título de restituição em singelo das quantias por eles recebidos;
- c) em qualquer dos casos, a pagarem, solidariamente, aos Autores, a quantia de 149,91 €, com juros moratórios à taxa legal, desde a citação até integral pagamento, a título de reembolso de despesas pagos pelos Autores a que os Réus deram causa.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Sentença.

21) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma ordinária n.º 599/07.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vítor Manuel da Silva Cruz

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 46.961,67 €

PEDIDO: Condenação do Município a pagar ao Autor a quantia de 46.369,67 €, acrescida de juros de mora à taxa de 4% ao ano, contados da citação até efectivo e integral reembolso e no mais que for de lei, na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente pedonal devido a buraco que se encontrava na via pública.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda relatório de perícia médico-legal do autor no Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

22) PROCESSO: Execução Comum n.º 592-A/1999 a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Exequente: Abílio de Jesus da Silva

Executado: Município de Leiria

PEDIDO: Através do Processo de Execução para Prestação de Facto nº 592-A/99, em que é Exequente Abílio de Jesus Silva e Executado o Município de Leiria, Abílio de Jesus Silva procura dar à Execução a transacção (acordo das partes), efectuada em 20 de Julho de 2001, homologada por Sentença proferida em 17/09/2001, transitada em julgado em 8 de Outubro de 2001.

De acordo com essa Transacção, na parte relevante, as partes obrigaram-se a:

1- Conjuntamente, corrigir, perante a Conservatória do Registo Predial e a Serviço de Finanças competentes, a área do imóvel descrito na alínea A) dos Factos Assentes, de modo a que o mesmo passe a constar com a

área de 17.300 m², em conformidade com a alínea B) dos Factos assentes na Acção Declarativa (cláusula Segunda);

2- Mais se obrigaram “a, conjuntamente, dividir por destaque, o imóvel descrito na alínea A) dos factos assentes em dois novos prédios, respectivamente com as áreas de 10.770 m² e de 6.530 m²” (cláusula Terceira);

3- “O novo imóvel de 6.530 m² situar-se-á na parte sul do prédio descrito na alínea A) dos factos assentes, conforme planta integrante da transacção, sendo adjudicado ao Autor” (cláusula Quarta);

4- As despesas com a correcção de área e com a divisão sobreditas serão suportadas por ambas as partes, na proporção das áreas referidas na cláusula terceira (cláusula Quinta), isto é na proporção de 10.770 m² para o réu e 6.530 m² para o Autor (cláusula Quinta);

5- O Município de Leiria obrigou-se a aprovar, nos termos legais, para o novo imóvel referido na cláusula Quarta, o loteamento e construção que decorrem da planta anexa à transacção, podendo no entanto o autor obter a aprovação por parte do Réu de área de construção inferior à identificada nessa planta (cláusula Sexta);

6- A título de indemnização pelo diferencial entre a construção estabelecida no “protocolo” objecto do litígio e a definida na planta anexa à transacção, bem como pelos demais danos materiais referidos na petição inicial, o Réu obriga-se a pagar ao autor a quantia global de PTE 30.000.000\$00 (cláusula Sétima, Oitava e Nona). Esta quantia foi efectivamente paga pelo Município a Abílio de Jesus Silva.

7- O Município de Leiria obrigou-se a no prazo de um ano a contar da data da transacção, executar as obras que se mostrassem necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para o novo imóvel referido na cláusula Quarta (cláusula Décima).

A Acção Executiva foi instaurada em 22 de Janeiro de 2008, com a alegação de que o Município só havia pago a quantia estipulada na transacção, faltando cumprir as demais obrigações então fixadas. Segundo o Exequente, a área do imóvel não foi corrigida; o imóvel não foi dividido; o novo prédio com a área de 6350 m² não foi adjudicado ao Exequente; o loteamento não foi aprovado e o Município não fez as obras necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para este prédio.

Atento este incumprimento, o Exequente solicitou ao Tribunal:

a) que fosse fixado o prazo de 10 dias para subscrever os pedidos de correcção de área em conformidade com o estabelecido na cláusula 2^a da sobredita transacção e pagar os custos que viessem a ser exigidos pela Conservatória registral e pela Repartição Fiscal competentes, nos termos estabelecidos na cláusula 3^a da Transacção;

b) Que fosse aplicado ao Município uma sanção pecuniária compulsória de 100,00 € por dia, desde o termo do prazo que viesse a ser judicialmente fixado até à concretização da subscrição e pagamentos aí referidos.

A CML não deduziu Oposição à Execução.

Por duto Despacho de 2/07/2008, foi fixado o prazo de 10 dias para o cumprimento da obrigação exequenda e fixada a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso no cumprimento da prestação, a partir do prazo ordenado para sua realização. Esse Despacho foi notificado às partes por carta expedida a 16 de Julho de 2008. O prazo para cumprimento da obrigação exequenda terminou no dia 31 de Julho de 2008.

Por ofício datado de 4 de Setembro de 2008, a CML notificou o Senhor Abílio de Jesus Silva para comparecer no Sector de Património para subscrever o pedido de correcção de área, junto da CRP e do Serviço de Finanças. Em 10 de Setembro de 2008, foi comunicada à CML a apresentação de pedidos de correcção de área no 2º Serviço de Finanças de Leiria (em 8 de Setembro de 2008) e 2ª CRP de Leiria (em 9 de Setembro de 2008).

O pedido de correcção de área do prédio descrito na 2ª CRP de Leiria sob o número 658 da freguesia de Pousos (artigo matricial rústico 4382 daquela freguesia) foi indeferido (recusa de registo predial) por não contar com a assinatura de Maria Trindade Costa, proprietária do prédio na proporção de 2/24.

Em 29 de Março de 2010, o Exequente veio pedir a penhora de bens do Município de Leiria para lhe ser paga a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso, a contar de 1 de Agosto de 2008 inclusive. A sanção pecuniária compulsória ascendia em 21 de Março de 2012, a 129.800 €.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Decorrem negociações com vista á obtenção de uma solução consensual para o litígio em apreço.

23) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 371/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Anulação do acto ou actos administrativos de processamento de vencimentos e abonos, respeitantes ao mês de Janeiro de 2011 e a todos os meses subsequentes de 2011, por lhes faltar base legal constitucionalmente válida, na medida em que as normas do artigo 19º n.ºs 1º e 4º, alínea a) da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, enfermam de inconstitucionalidade formal e material, a vários níveis.

b) Condenação do Município no restabelecimento da situação que existiria se aquele acto ou aqueles actos não tivessem sido praticados, ou seja, a situação em vigor á data de Dezembro de 2010;

c) Condenação do Município a reconhecer a situação jurídica subjectiva dos associados do Autor, quanto á atribuição e processamento dos vencimentos e abonos de 2011, em conformidade com o quadro normativo legal vigente em Dezembro de 2010;

d) Condenação do Município no pagamento de juros de mora legais que forem devidos aos associados do Autor.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

24) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 7213/05.7TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Duplometal- Alumínio e Ferro, Ld.^a

Réu: Reimobil- Imobiliária da Quinta do Rei, Ld.^a e outros

Interveniente (intervenção acessório provocada): Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 155.322,42 €

VALOR DA RECONVENÇÃO: 28.301,79 €

PEDIDO: Serem os Réus (e, consequentemente, o Interveniente) condenados:

- a) a pagarem, solidariamente, à Autora, a quantia de 144.651,39 € sujeita a correcção monetária devida pela perda do valor do dinheiro desde 20 de Novembro de 1993, quanto à quantia de PTE 6.980.000\$00 (data do contrato) e desde 15 de Julho de 1998, quanto ao resto do preço de PTE 7.500.000\$00 (data do último recibo), correcção essa a fixar em execução de sentença, a título em dobro das quantias por eles recebidas nos termos do contrato;
- b) a pagarem, solidariamente, à Autora, 10.671,03 €, também sujeita a correcção monetária nos mesmos termos do pedido da alínea anterior desde 15 de Julho de 1998, com juros moratórios, à taxa legal aplicável aos créditos de que são titulares empresas comerciais como é o caso da autora desde a citação até efectivo reembolso- a título de pagamento de parte dos fornecimentos e serviços prestados pela autora para além do preço previsto no contrato, ou subsidiariamente, a título de restituição do indevido por enriquecimento sem causa, desde a citação;
- c) em alternativa ao pedido b) anterior e a título subsidiário caso aquele pedido não viesse a proceder (o que contempla por mera cautela de patrocínio mas sem conceder) então devem pagar, solidariamente

à Autora a quantia de 72.325,70 €, também sujeita a correcção monetária nos mesmos termos anteriormente requeridos, desde 15 de Julho de 19998, acrescida de juros à referida taxa comercial desde a citação até efectivo reembolso.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação para realização de audiência para discussão e julgamento.

25) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 276/11.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Giuseppe Curia e outros

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.900,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia de 30.900,00 € (na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente de viação):

- a) 10.000,00 € a título de danos morais, sofridos por Helena Cunha Cúria, acrescidos de juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- b) 20.900,00 € por danos materiais suportados por Giuseppe Cúria, acrescido dos juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- c) Custas e Procuradoria.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se a aguardar marcação de data para a realização da audiência de discussão e julgamento.

26) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 1349/06.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Carolina Oliveira Monteiro e outros

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 78.000,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia 78.000,00 €, que corresponde a prejuízos sofridos pela Autora, resultantes do encrave do prédio e consequente desvalorização ponderada a sua valorização actual (os alegados prejuízos correspondem à diferença de valor do prédio com e sem acesso ao caminho e via pública).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar prolação de Sentença.

27) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 1270/11.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Rita de Sousa Nogueira Antunes da Graça Freitas

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 12.176,64 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento à Autora da quantia 12.176,64 €, acrescida de juros à taxa legal desde a citação até integral e efectivo pagamento, a título de compensação por força da caducidade do contrato de trabalho em funções pública.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar prolação de Sentença.

28) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 147/06.0BELRA

PARTES: Autor: José António da Silva

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Belmiro Emanuel Teodoro Duarte Cardoso e outros

PEDIDO: Pedido Indemnizatório por danos correntes da prática do acto ilícito de indeferimento do pedido de licenciamento de construção de uma moradia familiar (responsabilidade civil extracontratual).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar prolação de Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul.

29) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 3354/03.3TBLRA a correr termos no 4º Juízo Civil de Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autora: Maria Isabel Carreira Ferreira

Réus: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO: condenação do Município solidariamente com os restantes Réus:

- a) a retirar, por sua conta, a brita, areia, terra entulho, saibro, etc., colocadas na parcela da Autora identificada nos artigos 20º e 21º da Petição Inicial, repondo no prédio da Autores a situação em que o mesmo se encontrava antes da ocupação, com condições de poder ser novamente amanhado pela Autora;
- b) Pagar à Autora a quantia de 2.500,00 €, pelos danos não patrimoniais sofridos pela Autora referidos nos artigos 33º a 47º da Petição de Inicial;
- c) Pagar à Autora o montante dos prejuízos patrimoniais, que vierem a ser apurados em sede de liquidação em execução de sentença, em virtude da ocupação ilegal do terreno pertencente à Autora;
- d) Pagar à Autora um montante diário não inferior a 150,00 €, a título de indemnização compulsória, caso, no prazo fixado na sentença final, não retirem, à sua custa, todos o material- brita, areia, terra, entulho, saibro, etc, repondo no prédio da Autora a situação em que o mesmo se encontrava em condições de poder ser novamente amanhado pela Autora;
- e) A pagar as custas do processo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 28 de Maio foi proferida Sentença que declarou:

a) a autora proprietária de uma parcela de terreno que confronta a Sul com a parcela B referida na planta de fls 39, a Nascente com Sérgio Paulo Pereira da Silva e mulher Maria Suzete Gaspar Ferreira e a Poente com estrada e tem a área de 494,50 m², a qual se autonomizou do prédio inscrito na matriz sob o artigo 13.195, condenando os réus a reconhecerem e aceitarem tal direito.

b) No mais absolvendo os réus dos pedidos contra si formulados.

II- Julgar procedente o pedido reconvenicional formulado pelo réu José Pedrosa Ferreira e consequentemente declaro o mesmo proprietário de uma parcela de terreno que confronta a norte com Maria Isabel Carreira Ferreira, a sul com Afonso Capitão, nascente com Maria Susete Gaspar Ferreira e a poente com estrada, a qual se autonomizou do prédio inscrito na matriz sob o artigo 13.195, e que por via disso tem direito a proceder á discriminação matricial e descrição registral do prédio autonomizado na Repartição de Finanças e Conservatória competentes em seu nome.

III- Julgar procedente o pedido reconvenicional formulado pelo réu Manuel Pedrosa Ferreira e consequentemente declaro o mesmo proprietário de uma parcela de terreno que confronta a norte com herdeiros de José Marques, a sul com Lucília Carreira Ferreira, nascente com estrada e poente com Manuel Ferreira, a qual se autonomizou do prédio inscrito na matriz sob o artigo 13.195 e que por via disso tem direito a proceder á discriminação matricial e descrição registral do prédio autonomizado na Repartição de Finanças e Conservatória competentes em seu nome.

IV- Julgar improcedentes os pedidos reconvenicionais formulados pelos réus Município de Leiria, Freguesia da Bajouca, Sérgio Paulo Pereira da Silva, Maria Suzete Gaspar Ferreira e Manuel da Mora Ferreira, absolvendo a autora dos mesmos.

V- Condenar a autora como litigante de má fé, em multa que se fixa em 5 Ucs, (artº 27º nº 3 do RCP, na redacção que lhe foi dada pela Lei 7/2012).

No que concerne ao montante da indemnização devida, notifique as partes para se pronunciarem nos termos e para os efeitos do disposto no artº 457º nº 2 do CPC.

A Autora interpõe Recurso. Aguarda-se Despacho de recebimento do Recurso.

30) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1414/09.6BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: António Pereira Órfão

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

PEDIDO: condenação do Município à prática do acto devido, isto é, num prazo de trinta dias a contar do trânsito em julgado da decisão, expropriar os terrenos confinantes da Travessa da Serrada para permitir o alargamento da travessa, e a Freguesia de Pousos e o Município de Leiria serem solidariamente condenados a alargar a referida travessa num prazo de trinta dias a contar da referida expropriação.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de sentença pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

31) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 658/11.5BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: LCC- Leiria Shopping- Centro Comercial, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 4.876,00 €

PEDIDO: O Impugnante vem impugnar:

- a) o acto de liquidação da denominada taxa municipal para realização de infra-estruturas urbanísticas, no montante de 4876,00 €, notificado ao impugnante em 22/12/2010;
- b) o acto de indeferimento tácito da Reclamação Graciosa deduzida contra esse acto de liquidação em 24/01/2011.

Peticionando que tais actos sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes, com as legais consequências e peticionando ainda que seja expressamente declarada a existência de erro dos serviços e reconhecida à impugnante a juros indemnizatórios sobre todas as quantias impugnadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 12/12/2011, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, notificou o Município de Leiria para proceder à junção aos autos do processo administrativo organizado.

Foi enviado requerimento ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria a solicitar a concretização dos elementos pretendidos, atento o volume do processo em apreço, aguarda despacho judicial acerca do teor do referido requerimento.

32) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 643/07.16BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Acácio Manuel Gomes de Oliveira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do despacho de 22/02/2007, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal que determinou a demolição das obras levadas a cabo pelo Autor, por enfermar do vício de violação de Lei;

b) condenar o Município a apreciar o pedido de licenciamento das edificações levadas a cabo pelo Autor e, nesse contexto, a sustentabilidade de legalização das mesmas, ainda que com eventuais correcções ou alterações.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Face a informação prestada pelo Autor, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria suspendeu a instância até que seja proferida decisão final sobre o procedimento administrativo (Processo n.º 366/08) facto que deverá ser comunicado pelo Município de Leiria logo que ocorra.

33) PROCESSO: Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 935/11.5TALRA a correr termos no 1º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Denunciante: Município de Leiria

Arguida: Isabel de Jesus Brito

PEDIDO: O Município participou criminalmente contra a arguida, trabalhadora do Município com a categoria de assistente técnica, pelos factos praticados no exercício das suas funções públicas, no decorrer dos anos de 2009 e 2010, detectados em auditoria ao serviço. A arguida veio a ser acusada de um crime de peculato e três crimes de falsificação.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença condenatória, em 06/03/2012.

34) PROCESSO: Processo de Insolvência de Pessoa Singular n.º 1505/11.3TBPBL, a correr termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Pombal

PARTES: Insolvente: Élia Silva Ferreira

Credor: Município de Leiria e outros

PEDIDO: Apresentada reclamação de crédito comum no montante de 158,10 € e de crédito subordinado no montante de 0,31 €, acrescido de juros vincendos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferido despacho inicial de exoneração de passivo restante e nomeação de fiduciário em 30/11/2011.

35) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1066/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Reconhecimento e declaração que os associados do autor (António Manuel Carreira Guarda, Manuel Jorge Ribeiro dos Santos, Maria Augusta Gameiro Silva Sousa, Rosa Maria Ferreira Carreira, Maria Luísa Batista Matos, Teresa Maria Jorge Jordão, Carlota Maria Lopes Cardeiro Areia, Amândio Correia Jesus, Vítor Manuel Filipe Costa, Manuel Pereira Lisboa, Maria João Paixão Aguiar Coelho, João Hélder Pinto Lopes Silva, Marco Paulo Dinis Baptista, Maria de São José Silva dos Santos, Rogério Paulo Santos Gaspar e António Jesus Nunes) preenchem o universo dos trabalhadores objecto de opção gestionária para o ano de 2010, reunindo os requisitos exigidos pela alínea c) do n.º 1 do art. 47º da Lei 12-A/2008 para poderem alterar a sua posição remuneratória;

b) Reconhecimento e declaração que as verbas afectas a alteração posicionamento remuneratório no ano de 2010 não se esgotaram com as alterações de posicionamento efectuadas pelo Réu;

c) Condenação do Município a proceder a alteração de posicionamento remuneratório decorrente da opção gestionária de 2010 aos trabalhadores que nessa data já possuíam 5 pontos nas sucessivas avaliações de desempenho de 2004 em diante;

d) Condenação do Réu a proceder à alteração de posicionamento remuneratório dos associados do autor, nos termos referidos no artigo 35º da Petição Inicial, até se esgotar o montante máximo afecto a cada carreira a esse efeito;

e) Condenação do Réu a proceder ao pagamento das remunerações decorrentes da alteração de posicionamento a que aja lugar, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, acrescida de juros de mora desde essa data.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

36) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 718/05.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Pedro José dos Santos Rosa

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 7.974,46 €

PEDIDO: Ser a ré condenada a pagar a quantia de 7.386 €, a que acrescem juros à taxa de 4% ao ano, sobre a quantia de 5.866 € e desde 2 de Janeiro de 2003, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

37) PROCESSO: Acção Administrativa Especial n.º 51/04.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: José Luís Marques da Cruz Monteiro

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessados: Oestauto- Sociedade de Reparação e Comércio de Automóveis, Ld.^a

VALOR DA ACÇÃO: 14.693,95 €

PEDIDO: Anular a deliberação do Município, de 26/05/2003, que aprovou o projecto de arquitectura apresentado pela contra-interessada, no âmbito do pedido de licenciamento de remodelação do posto de combustíveis que explora, dado o mesmo enfermar de vício de violação de lei por erro nos pressupostos de facto, por não se encontrarem cumpridos os distanciamentos mínimos entre os reservatórios enterrados de gasolina e de gasóleo e os edifícios que recebem público e áreas sensíveis adjacentes. Veio, *a posteriori*, o Autor ampliar o objecto da acção (o qual foi aceite pelo tribunal) com a anulação da deliberação que aprovou a reformulação do projecto de arquitectura em crise nos autos e que autorizou o licenciamento da correspondente operação urbanística.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 26/04/2012, foi proferida acórdão absolvendo o Município, sendo que o Autor interpôs Recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul. Apresentaremos as respectivas Contra-Alegações de Recurso e ficará a aguardar a prolação do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul.

38) PROCESSO: Processo Comum (Tribunal Colectivo) n.º 49/06.0TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Município de Leiria e outros

Arguido: Abílio da Silva Domingos e outros

VALOR DA ACÇÃO: 7.500,00 €

PEDIDO: Deduzido Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 7.500,00 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento (PIC em processo crime de peculato e falsificação).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 29/05/2012, foi proferida Sentença, que condenou o Arguido a pagar ao Município de Leiria a quantia de 7.500,00 € acrescida de juros de mora. Encontra-se a decorrer o prazo para Recurso.

39) PROCESSO: Processo n.º 1435/11.9BELRA (Injunção n.º 254032/11.5YIPRT), a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Requerente: Quimilena- Construções, Ld.^a

Requerido: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 259.327,46 €

PEDIDO: pedido de pagamento da quantia de 258.382,45 € a título de capital, de 292,01 € a título de juros de mora (para além dos juros vincendos), 153,00 € a título de taxa de justiça paga e 500,00 a título de outras quantias, atinente a contrato de empreitada.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Oposição apresentada pelo Município de Leiria. As partes encontram-se a procurar dirimir por consenso o dissídio que dá causa ao processo, em conformidade com a deliberação aprovada pela Câmara Municipal de Leiria.

40) PROCESSO: Processo n.º 1414/11.6BELRA (Injunção n.º 250304/11.7YIPRT), a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Matos & Neves, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 55.275,86 €

PEDIDO: pedido de pagamento da quantia de 54.584,70 € a título de capital, de 38,15 € a título de juros de mora (para além dos juros vincendos), 153,00 € a título de taxa de justiça paga e 500,00 a título de outras quantias, atinente a contrato de empreitada.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Oposição apresentada pelo Município de Leiria. As partes encontram-se a procurar dirimir por consenso o dissídio que dá causa ao processo, em conformidade com a deliberação aprovada pela Câmara Municipal de Leiria.

41) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1249/11.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vítor Manuel Fernandes Carreira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 75.259,74 €

PEDIDO: Pedido de Indemnização Civil por responsabilidade civil extracontratual por não emissão de autorização de utilização de edifício em virtude da suspensão de procedimento administrativo n.º 219/02 nos termos do art. 11 n.º 7 do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentada Contestação em 06/01/2012, encontrando-se a aguardar os ulteriores trâmites processuais.

42) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 1183/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Horácio Simões e esposa

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00€

PEDIDO: Condenar os Réus solidariamente a:

- a) repor o terreno, indevidamente ocupado com o arruamento, na situação em que esse se encontrava, demolindo a obra (caminho) realizada e plantando vegetação idêntica àquela que lá se encontrava;
- b) Indemnizar os AA. por danos materiais, danos não materiais e perda de rendimento do imóvel, na importância de 5.000,00 €, acrescidos de juros à taxa legal, desde a citação até efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi apresentada Contestação pelo Município em 11/01/2008, encontrando-se a aguardar os ulteriores termos processuais aplicáveis.

43) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 473/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95€

PEDIDO: Condenar o Município a:

- a) Reclassificar a sua associada Vanda Regina Gonçalves Gomes para a carreira de auxiliar administrativa;
- b) No pagamento das custas e procuradoria geral.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: O Município de Leiria apresentou Contestação em 19/06/2007, encontrando-se a aguardar os ulteriores trâmites processuais aplicáveis.

44) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 1090/05.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 4.947,99€

PEDIDO: Na presente acção peticiona-se o seguinte:

- a) Reconhecimento e declaração da inconstitucionalidade do n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98;
- b) Reconhecimento e declaração que o benefício constante n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98 e igualmente aplicável a funcionários promovidos antes de 1997, sempre que pela sua aplicabilidade se evite que funcionários com menor antiguidade na categoria passem a auferir uma remuneração superior à de funcionários com maior antiguidade nessa categoria;
- c) Reconhecimento do direito da sua associada Carlota Maria Lopes Cordeiro Areia a beneficiar da aplicação do n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98 e a ser posicionada, com efeitos repostados a um 1 de Janeiro de 1998, em escalão imediatamente superior àquele em que foram posicionadas as suas colegas da Câmara Municipal de Leiria Maria Idalina Lagoa e Maria Augusta Sousa;
- d) Condenação do Município a posicionar a associada do Autor no 5º Escalão, índice 325, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 1998;
- e) Condenação do Município a pagar à associada do Autor as diferenças da retribuição base entre o 5º Escalão e os escalões em que esteve efectivamente posicionada entre 1 de Janeiro de 1998 e 1 de Abril de 2001, no montante total de 4.947,99 €, acrescidos de juros de mora vencidos desde a data da citação até efectivo e integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

45) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 3/08.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01€

PEDIDO: na presente acção peticiona-se o seguinte:

- a) que o acto impugnado seja anulado, com as legais consequências;
- b) entregar os documentos requeridos na reclamação e mencionados nos artigos 33º e 34º da presente Petição Inicial;
- c) condenar o Município a praticar o acto administrativo devido, em substituição do acto praticado e ora impugnado, no qual reconheça que o Associado do Autor Paulo Manuel Escalheiro Pinto merece uma classificação de 3 valores na Responsabilidade e Compromisso com o Serviço.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

46) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 831/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Armando de Jesus de Oliveira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: anulação do despacho emitido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 30/04/2007;

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença em 04/05/2012, absolvendo o Município do pedido formulado pelo Autor Armando de Jesus Oliveira, da qual, o mesmo interpôs Recurso, pelo que se aguarda prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

47) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1250//07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Ermelinda Lopes da Silva Grosso- Cabeça de Casal Herança: óbito de António Grosso

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO: anulação do acto administrativo proferido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria em 02/08/2007, o qual ordena a demolição do muro existente no prédio identificado em 4º da Petição Inicial, com todas as legais consequências.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

48) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1812/09.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Alexandre José Gouveia Estrela

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,01€

PEDIDO: seja anulado o acto proferido em 13/08/2009 pelo Chefe de Divisão de Obras Particulares, no qual é ordenada a demolição das obras clandestinas, com todas as legais consequências.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Foi entretanto proferida Sentença favorável ao Município de Leiria, pelo que apresentámos Nota Discriminativa e justificativa de custas de parte, para reembolso ao Município da quantia dispendida com a Taxa de Justiça no valor de 275,40 €.

49) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 364/08.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Américo dos Santos

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: José dos Santos

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

PEDIDO: Declaração de nulidade do despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 28/12/2007, através do qual se ordenou a demolição de muro de vedação levado a efeito clandestinamente em Rua do Lagar, Matoeira- Regueira de Pontes.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

50) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 351/07.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Arsénio Gaspar Domingues

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: a) suspensão de eficácia do ato administrativo impugnado, nos termos do disposto no art. 115º n.º 1 e 106 do Decreto-Lei n. 555/99 de 16 de Dezembro;

b) decretada a anulabilidade, por violação da lei, do acto administrativo, que corresponde ao despacho da Presidente da Câmara Municipal de Leiria, datado de 20 de Novembro de 2006, com as legais consequências, através do qual se ordenou a demolição de muros levados a efeito em Moita da Rosa, freguesia de Souto da Carpalhosa em desacordo com o projecto aprovado, incluindo muro a tardoz, de forma a salvaguardar a serventia existente a nascente.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Decretada suspensão da instância, até que seja proferida decisão final no Procedimento n.º 365/07.

51) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 780/09.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Perspectiva- Gabinetes de Estudos Topográficos e Engenharia, Ld.ª

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 18.061,46 €

PEDIDO: A Autora peticiona:

- a) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia de 6.811,46 €, referente à reparação de veículo automóvel de matrícula 95-47-VE, melhor identificado na Petição Inicial;
- b) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia total de 11.250,00 € a título de danos não patrimoniais pela imobilização do veículo de 45 dias.
- c) A condenação do Município no pagamento à Autora de juros de mora, à taxa legal, sobre as quantias supra mencionadas, a contar desde a data do acidente até efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: o presente processo encontra-se a aguardar audiência preliminar ou Despacho Saneador desde 17/11/2009.

52) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 157/08.2BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Exploração Agro-Pecuária da Quinta dos Ganados, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: A Autora peticiona:

- a) A anulação do despacho proferido pela Presidente da Câmara de Leiria datado de 30/10/2007 que determinou a demolição das obras levadas a cabo pela Autora;
- b) A declaração do efeito suspensivo da impugnação de despacho supra mencionado, suspendendo-se assim a eficácia do referido acto.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar prolação de Sentença.

53) PROCESSO: Acção Ordinária n.º 4190/05.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Conceição de Jesus

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: A Autora peticiona o seguinte:

- a) que se reconheça à Autora o direito de posse e de propriedade sobre o prédio identificado no art. 1 da Petição Inicial;
- b) que os Réus sejam condenados a restituírem a posse do imóvel à Autora;
- c) que os Réus sejam solidariamente condenados a proceder ao arranjo e execução de todas as obras necessárias para reconstruir o imóvel em causa nos autos, à sua custa;
- d) serem os Réus solidariamente condenados a pagar diariamente à Autora a quantia de 500,00 € desde o dia da ocupação e destruição, até ao dia em que esta possa utilizar o imóvel como o vinha fazendo antes da destruição;
- e) Serem os Réus condenados solidariamente numa indemnização à autora que se apurar em sede de execução de sentença;
- f) Serem os Réus condenados solidariamente a restituírem em 5 dias todos os imóveis que foram identificados no art.º 39 da P.I., sob pena de não o fazendo serem condenados a pagar a quantia de 100,00€ diários até à entrega de tais bens;
- g) Serem os Réus notificados com a cominação de que incorrerão na prática de um crime de desobediência qualificada caso não cumpram o que lhes fora ordenado, no prazo que vier a ser fixado pelo tribunal;
- h) Custas a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO:

Encontra-se pendente incidente de habilitação de herdeiros, por morte do Réu Manuel de Jesus Santos.

54) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 877/05.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: Reis & Torcato- Construtores, Ld.ª

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 137.206,38 €

PEDIDO: Impugnação Judicial de liquidação de taxa urbanística, anulando-se a liquidação operada, determinando-se a restituição da quantia paga pela Impugnante bem como a realização de liquidação no respeito das normas alegadamente violadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Marcada continuação da audiência para discussão e julgamento para o dia 09/11/2012.

55) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1185/05.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: João Paulo Santos Vieira

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 84.017,52 €

PEDIDO: condenação dos Réus solidariamente ou na medida das responsabilidades que se apurarem, a pagar ao Autor a quantia global de 84.017,52, bem como de todas as despesas que o mesmo venha sofrer pela vida fora, e que estejam relacionadas com o acidente pedonal, devido a um buraco aberto que se encontrava no passeio, sem qualquer sinalização, em desrespeito das normas legais em vigor.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Sentença.

56) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 744/98, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Recorrente: Edgar Eduardo Ferro de Almeida

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Anulação do acto recorrido, ou seja a anulação da deliberação do Município de Leiria de 09/09/98, que deliberou indeferir definitivamente a legalização do projecto de arquitectura, referente ao armazém em causa, notificado ao Recorrente pelo ofício enviado em 28/09/98.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

57) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 631/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Afonso Estrela Rodrigues

Réu: Município de Leiria e outro

VALOR DA ACÇÃO: 31.000,00€

PEDIDO: Vem a autora peticionar:

- a) a anulação ou declaração de nulidade do despacho emitido pela Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, e que deu causa a esta acção e nesta sequência, declararem-se deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor;
- b) Caso se entenda que não estão reunidos os requisitos legais para poderem-se declarar deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor, pelas razões supra aduzidas, devem os Réus ser condenados a emitirem as respectivas licenças no prazo de dez dias após sentença transitada em julgado nesta acção, sob pena de o não fazerem serem condenados em indemnização compulsória no valor de 100,00 € diários, até à emissão das respectivas licenças;
- c) Que as custas fiquem a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

58) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 892/07.2BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Ministério Público

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Crédito Predial Português, S.A e outros.

VALOR DA ACÇÃO: 2.042,57€

PEDIDO: nulidade dos actos impugnados – despacho do vereador da Câmara Municipal de Leiria, com competências delegadas e subdelegadas de 31/07 e 13/12 de 2000 e ainda de 21/01/2002.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

59) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1314/06.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Estradas de Portugal, E.P.E. e outros

Contra-Interessado: Litoral Atlântico- Construtores ACE

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: O Município de Leiria vem pedir:

- a) Que os actos impugnados sejam declarados nulos ou anuláveis;
- b) Que os dois primeiros Réus (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e Estradas de Portugal, EP) sejam condenados a emitir acto administrativo de aprovação das características geométricas do Restabelecimento 1, com cumprimento das normas técnicas a observar no

- restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17;
- c) Que seja declarado que a via interceptada pelo sublanço da A17 acima mencionado no art. 5º constituiu o Caminho Municipal n.º 1195 e que este caminho integra a rede de caminhos municipais do Município de Leiria;
- d) Que, para e na hipótese das providências cautelares não serem decretadas:
- 1- Os réus sejam condenados a demolir e a remover a PI 1 do Restabelecimento 1 e a substituí-la por outra que cumpra as normas técnicas acima descritas para o restabelecimento de caminhos municipais, ou seja, a substitui-la por outra que permita a execução do Restabelecimento 1 com um perfil transversal tipo IV;
- 2- Os Réus sejam condenados a executar o Restabelecimento 1 com observância das normas técnicas para o restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17.
- e) Para e na hipótese dos pedidos formulados anteriormente vierem a ser julgados improcedentes, então, que sejam os réus condenados a executar o Restabelecimento 1- PI 1 respeitando as características do CM 1195, supra identificadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

60) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 281/2003, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Autor: Artur Miranda Pedrosa

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Vítor Manuel Fernandes Carreira

PEDIDO: nulidade ou anulabilidade do acto administrativo de licenciamento pelo Município de Leiria, de alterações a uma moradia no âmbito do processo de licenciamento n.º 219/02.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

61) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 999/2001, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Autor: Guilhermino Gaspar de Oliveira

Réu: Município de Leiria e outros

PEDIDO: Neste processo impugnou-se a deliberação da CML, de 19/09/2001, que indeferiu o pedido de licenciamento de construção de um bloco habitacional, sito na Quinta do Paraíso, em Leiria.

Por Sentença de 15/12/2007 foi negado provimento ao Recurso e confirmado o acto impugnado. Desta Sentença, o recorrente interpôs recurso para o TCA Sul.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

62) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 946/07.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Ministério Público

Réu: Município de Leiria e outros

Contra- Interesados: Banco Internacional de Crédito, S.A. e outros

PEDIDO: Nulidade dos Despachos de 16/06 e 16/07 de 2002 do Vereador com competências subdelegadas e da Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

63) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 414/10.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: a) Impugnação do acto administrativo do Vereador Lino Dias Pereira, proferido no uso de subdelegação de competências, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Valeiras- Monte Redondo, proferida no processo n.º 91/04, notificada à requerente pelo ofício n.º 438/10, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal;

b) proferir sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

64) PROCESSO: Acção Ordinária n.º 465/03.9TBLRA, que corre termos no 1º Juízo Cível Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Celestino Mendes de Oliveira

Réu: Município de Leiria

Interveniente - Acidental: SAMAS

Interveniente Principal: Freguesia de Monte Real

PEDIDO: que o Pátio dos Oliveiras referido e descrito na Petição Inicial tem natureza particular, constituindo um caminho particular com cerca de 90m/100 metros de comprimento e a largura aproximada de 2,8/3,5 metros, o qual faz parte integrante do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Monte Real sob o art. 3413 e condenar-se a ré Município de Leiria a reconhecer a natureza particular de caminho referido,

abstendo-se de praticar quaisquer actos que ofendam os direitos daí emergentes, e designadamente os de propriedade

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida em Janeiro de 2012, Sentença que absolveu o Município. O Autor interpôs Recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra. Aguardam-se os ulteriores termos processuais aplicáveis.

65) PROCESSO: Recurso Jurisdicional de Acção Administrativo Comum n.º 5296/09, que corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Fisicoleiria- Academia de Cultura Física, Ld.ª e Deolinda Pedro de Sousa Antunes

Réu: Município de Leiria e outra

Valor da Acção: 100.561,21 €

PEDIDO: serem os Réus solidariamente condenados a pagar às Autoras a título de danos patrimoniais a quantia de 70.561,21 € e a título de danos não patrimoniais o montante de 30.000,00 €, quantias essas acrescidas dos respectivos juros de mora, à taxa legal, contados desde a data de citação até efectivo e integral pagamento, na sequência de terem arrendado estabelecimento para efeito específico, do qual não havia sido emitida a licença de utilização, ficando com a imagem irremediavelmente perdida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença absolutória. Interposto Recurso pela Fisicoleiria-Academia de Cultura Física, Ld.ª e Deolinda Pedro de Sousa Antunes, aguarda a prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

66) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1080/11.9BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Cruz do Melo, Casal da Ladeira, Santa Eufémia, proferida no processo n.º 93/04, notificada à requerente pelo ofício n.º 2753/11 datado de 03/05/2011, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

67) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 40/06.6BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 20.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

68) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 438/08.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DE ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita em Milhas, Santa Catarina da Serra, Fátima Norte, proferido no Proc. 78/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 760/08, expedido em 17 de Janeiro de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

69) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1001/07.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009372, expedido em 20 de Julho de 2007, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

70) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 962/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita Rua da Figueirinha, Casal Manuel António, Maceira, proferido no Proc. 142/06, notificado à requerente pelo Ofício n.º 5414/08, expedido em 20 de Maio de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

71) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1011/07.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que ordenou o desmantelamento da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 012124, expedido em 24 de Setembro de 2007, e condenar-se o Município a reconhecer que ocorreu o deferimento da autorização municipal solicitada pela Autora para a antena dos autos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

72) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 621/08.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vodafone- Comunicações Pessoais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.001,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria datado de 18 de Fevereiro de 2008, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação de infra-estruturas de suporte de estação de radiocomunicações instalada em Carreira de Água- Barosa, e consequentemente anular-se o despacho recorrido, e, concomitantemente, condenar-se a autoridade recorrida a emitir a competente autorização municipal em prazo não superior a 30 dias a contar da data da sentença.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

73) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 180/08.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Outeiro das Rosas, Boavista, proferido no Proc. 92/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 014883, expedido em 20 de Novembro de 2007, e, em consequência, anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à pratica do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003 ou, caso assim não se entenda, que condene o Município a proferir decisão de autorização da antena dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 10º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

74) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1030/07.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Seixeirinha, Serradinha, Pousos, proferido no Proc. 76/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009359, expedido em 20 de Julho de 2007, e, em consequência, anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à pratica do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

75) PROCESSO: Acção Sumária n.º 342/1999, que corre termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Fernando Vieira Fetal e outros

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: PTE 2.650.000\$00 (1.325.000,00 €)

PEDIDO: os autores peticionam:

- a) que seja decretada que os Autores são proprietários plenos e exclusivos possuidores do prédio rústico com a área de 50m2, sito no lugar e Freguesia de Chainça,
- b) decretar-se que, para nascente do prédio identificado na alínea anterior; que lhe foi expropriado indevidamente, não dando cumprimento a nenhuma formalidade do Código das Expropriações, existem mais 50 m2 de terreno, que são reivindicados pelos AA e simultaneamente pelos herdeiros, não se encontrando ainda dirimida a divergência;
- c) decretar o cancelamento de eventuais registos incompatíveis com a douta Sentença prolatanda;
- d) a condenação dos Réus nas custas, com procuradoria condigna.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Realizada 1ª Sessão de audiência de Discussão. As próximas sessões encontrando-se agendadas para os dias 22/06/2012 e 04/07/2012.

76) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com actos Administrativos n.º 105/07.7 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Henrique José Salgueiro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00€

PEDIDO: o autor peticiona o seguinte:

- a) Impugna-se o acto administrativo de demolição, proferido por despacho datado de 16/05/2006, notificado ao autor em 18/12/2006, por considerar que este se encontra ferido de nulidade, ou, salvo melhor entendimento, sem conceder, por se considerar anulável;
- b) O Réu condenado a reconhecer e declarar a nulidade do acto por si praticado de demolição, ou, se assim não se entender, por mera cautela e sem conceder, declarar-se a sua anulação;
- c) Reconhecer que face à facticidade supra descrita nos articulados, atendendo ainda às normas legais aplicáveis ao caso em análise, a obra é susceptível de satisfazer os requisitos legais e regulamentares da urbanização, de estética, de segurança e de salubridade;

Ou, sem conceder:

- a) Efectuar o juízo de prognose necessário para aferir da susceptibilidade de a obra satisfazer os requisitos legais no prazo máximo de 30 dias, fixando possíveis alterações da obra;
- b) Fixando-se, para tanto, sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, nos termos dos artigos 44º e 169º, ambos do C.P.T.A.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença.

77) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com actos Administrativos n.º 80/12.6 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Mariana Tomé Pereira Alfaite

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 7.000,00€

PEDIDO: o autor peticiona o seguinte:

- a) que seja anulado o Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 06/10/2010, que decidiu a anulação do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 15035/2009;
- b) que seja anulado o despacho n.º 124/2010 (37/DIRH) proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da câmara, datado de 16/11/2010, que decidiu fazer cessar por caducidade o contrato em funções públicas em termo resolutivo em certo celebrado com A. em 01/04/2008;
- c) que seja anulado as deliberações da Câmara Municipal, de 08/02/2011, que autorizou a abertura do procedimento concursal comum de recrutamento aberto pelo aviso (extracto)n.º 8365/2011, prevendo a possibilidade de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público previamente constituída , bem como a anulação de todos os actos praticados no âmbito desse procedimento concursal;
- d) que o Réu seja condenado a praticar (com efeitos retroactivos a data anterior À cessação do contrato de trabalho a termo incerto outorgado com A. em 01/04/2008)- acto administrativo de abertura de procedimento concursal de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de um posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal da carreira de técnico superior com licenciatura no área da educação física de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou, na impossibilidade do recrutamento de entre tais trabalhadores, de entre trabalhadores com a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo determinado ou determinável e considerando ser a A. detentora dessas condições de admissão.
- e) que o Réu seja condenado no pagamento à A. das retribuições que esta deixou de auferir, desde a data em que terminou por caducidade a sua relação de trabalho com o Réu- em 17/01/2010- e até à data em que vier a tomar posse o candidato admitido no âmbito procedimento concursal de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal, da carreira de técnico superior com licenciatura na área da educação física, visado nestes autos;
- f) que o Réu seja condenado a pagar à A. uma compensação correspondente a dois dias de retribuição base e diuturnidades por cada mês de duração do contrato a termo incerto mantido até 17/01/2010 (em montante a fixar em sede de execução de sentença), considerando que tal contrato cessou por caducidade invocada pelo Réu, sendo tal compensação devida nos termos dos art.s 253º, n.º 4, 252º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 59/2008, de 11/09;
- g) que o Réu seja condenado no pagamento à A. de indemnização por danos não patrimoniais causados, a fixar em montante não inferior a 3.000,00 €;
- h) que o Réu seja condenado no pagamento de juros à taxa legal, contados a data da citação até integral pagamento, sobre as quantias em cujo pagamento venha a ser condenado.

A posteriori vem modificar a objectiva da instância pedindo ainda:

- 1- que se declare a anulação do acto de homologação dessa lista de classificação final relativa ao procedimento concursal de recrutamento aberto pelo Aviso (extracto) n.º 8365/2011;
- 2- Condenação da Ré na repetição das operações inerentes a esse procedimento concursal, corrigindo a classificação atribuída nas provas de conhecimentos nas entrevistas profissionais de selecção nos termos peticionados

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentamos Contestação, aguarda-se prolação de Sentença.

78) PROCESSO: Processo de Insolvência n.º 725/12.8TBLRA, que corre no 5º Juízo termos no Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Insolvente: Jorge Lopes Duarte Inez

Reclamante: Município de Leiria/ SMAS Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 1.024,12€

PEDIDO: na sequência do pedido de insolvência pelo próprio Jorge Lopes Duarte Inez, veio o Município de Leiria reclamar créditos no valor de 1.024,12 €.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: No dia 16 de Abril de 2012, ocorreu a Assembleia de Credores, onde foi determinado o encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente. Foi ainda, proferido despacho inicial de exoneração do passivo restante.

79) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 396/12.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Manuel Brás Franco

Contra-Interessada: Andreia Sofia Rodrigues Mota Marques

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: Anulação do Despacho emitido pelo Município que ordenou a retirada do portão e restantes materiais da propriedade do Autor, em Regueira de Pontes.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentamos Contestação, aguarda-se prolação de Sentença.

80) PROCESSO: Acção Administrativa comum- forma sumária n.º 552/12.2BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Filipa Cristina Sousa Gama

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 7.000,00 €

PEDIDO: que o Município de Leiria seja condenado a pagar à A. a quantia de 6.701,05 €, acrescida de juros vincendos à taxa legal e até integral pagamento e com todas as demais consequências legais, referente a compensação em virtude de o Município cessar o contrato por caducidade de contrato a termo certo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentamos Contestação. Aguarda prolação de Sentença.

81) PROCESSO: Providência Cautelar n.º 542/12.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Almerinda Faria Fiúza Pedro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

- a) que seja decretada a suspensão de eficácia do Despacho emitido pela Requerida e que decretou a demolição do muro existente no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria com o n.º 2797/Alqueidão da Requerente, bem como a abertura do caminho no mesmo local;
- b) que o Réu seja condenado a reconhecer essa suspensão de eficácia e consequentemente abster-se da prática de qualquer acto executivo de demolição do muro e abertura de caminho, até decisão com trânsito em julgado da acção principal de que depende esta providência;
- c) Ser o Réu condenado em custas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentamos Contestação. Aguarda os ulteriores termos processuais aplicáveis.

82) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 701/12.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Almerinda Faria Fiúza Pedro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à Acção;
- b) Ser declarada a nulidade do acto administrativo constante do Despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer essa nulidade do acto administrativo identificado no ponto anterior e consequentemente abster-se da prática de qualquer acto executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a decorrer o prazo para Contestação.

83) PROCESSO: Acção administrativa comum- forma ordinária n.º 644/12.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Francisco Rodrigues de Paiva Silvano

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 130.000,00 €

PEDIDO: serem os Réus solidariamente condenados a pagar ao A. a título de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos, a quantia de acrescido de juros á taxa legal desde a citação até efectivo e integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação. Aguarda ultteriores termos processuais aplicáveis.

84) PROCESSO: Inquérito n.º 2270/11.0TALRA, que corre termos no Serviços do Ministério Público de Leiria.

PARTES: Denunciante: Município de Leiria

Requerido: Carlos de Oliveira Brites Vieira

VALOR DA ACÇÃO: 2.000,00 €

PEDIDO: que o Requerido seja condenado a pagar ao Município uma indemnização pelos danos sofridos, relativa a todos os custos que o Município terá que suportar com reparação do piso da via municipal danificada pelo Requerido, montante indemnizatória este a liquidar em execução de sentença. ou na pendência da presente lide até à respectiva audiência de julgamento, se tiver em condições de o fazer, conforme dispões o artigo 378º, n.º 1 do CPC..

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

85) PROCESSO: Acção Administrativa Especial com pretensão conexa com actos administrativos n.º 596/12.4BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Cristina Santos Sousa

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.600,00€

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

1- que entre a Autora e o Réu, vigorou um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com inicio em 01/02/2006, e termo em 01/02/2012;

- a) que a Autora foi recrutada com observância estrita das regras aplicáveis a contratação de trabalhadores em regime “contrato de trabalho por tempo indeterminado” “em condições de igualdade e liberdade” com todos os outro candidatos;
- b) que durante o período em que trabalhou por conta do Réu integrou sempre o mapa de pessoal do Município, com a categoria Técnica Superior de Engenharia Civil;

- c) que as funções desempenhadas pela a Autora e determinadas pelo Réu e enquanto se encontrou ao serviço deste têm carácter permanente encontrando-se consagradas e descritas nos mapas de pessoal do Município;
- d) que a contratação da autora a termo resolutivo certo foi abusiva e ilegal, implicando, ab initio a conversão do seu contrato a termo em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- e) que a duração por 6 anos do contrato da Autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- f) que a declaração de caducidade do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado existente entre a Autora e Réu, configura um despedimento ilícito, o qual, por não ter sido precedido de prévio processo disciplinar é nulo e de nenhum efeito al. Do art.º 271º da Lei 59/2008, de 11 de Setembro, e em consequência,

2- Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas, bem como a pagar à Autora:

- a) uma indemnização por despedimento correspondente a 30 dias de remuneração base por cada ano completo ou fracção de serviço, se até à Sentença a Autora não optar pela reintegração ao serviço, no montante de 6.600,00 €, acrescida dos juros de mora À taxa legal, a contar da data de citação e até integral pagamento;
- b) a que lhe sejam pagas por todas as remunerações que deixou de auferir por força do despedimento, incluindo férias, subsídio de férias e de natal e subsidio de alimentação, desde os 30 dias que precederam a instauração dos presentes autos até ao transito em julgado da Sentença.

Contudo, e na hipótese de vir a entender-se que não se operou a conversão do contrato de trabalho da Autora em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com todas as consequências daí decorrentes e supra alegadas, pede-se:

II. Que a presente acção seja julgada provada e procedente e, em consequência:

- a) Declara-se a anulabilidade dos despachos II e III ora impugnados Vício de Forma por Falta de Fundamentação e do Vício de Violação de Lei por Erro nos Pressuposto de Direito;
- b) Declara-se e a reconhecer-se que entre a Autora e o Réu vigorou um contrato de trabalho com início em 01/02/2006 e termo em 01/02/2012;
- c) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas;
- d) A condenar-se o Réu a pagar à Autora a compensação que lhe é devida no valor de € 6.590,98, acrescida de juros de mora à taxa legal, a contar da data da citação e até integral pagamento pela caducidade do contrato de trabalho antes mencionado;
- e) A condenar-se o Município a proceder ao pagamento da referida compensação num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal;

f) A declara-se e a reconhecer-se que a duração por 6 anos do contrato da autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso à relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

g) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alínea.

h) A condenar-se o Município a diligenciar como referido nas precedentes alíneas, num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentamos Contestação. Aguarda ulteriores termos processuais aplicáveis.

86) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 622/12.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: Auto-Sueco (Coimbra), Lda

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 29.275,74 €

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

a) Ser totalmente anulado, com fundamento em ilegalidade e inconstitucionalidade de norma, o acto de liquidação da taxa municipal pelo emissão do respectivo alvará de licença para construção, ampliação e alteração de um conjunto de edifícios destinados a “Showroom” e oficina de veículos e construção de muros de vedação com respeito às instalações de Leiria da impugnante, sitas no Alto do Vieiro, levada a cabo pelo município de Leiria, no valor de 29.275,74 €;

Ou em alternativa,

b) Ser permitido à impugnante abater à “Taxa de Realização, Reforço e Manutenção de Infra-Estruturas Urbanísticas”, a quantia por si suportada com a construção e remodelação da ETAR, no valor de 31.246,00 €, por aplicação extensiva ao caso do ponto 3.5 do art. 2º da Tabela Anexa ao RTTML

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a decorrer o prazo para Contestação.

II. PROCESSOS A INTENTAR

87) PROCESSO: Câmara Municipal de Leiria vs. Bar Ex-Librisinrio, Ld.^a (não existe por ora processo judicial);

PARTES: Município de Leiria vs. Companhia de Seguro Allianz

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Decorrem negociações entre o Município e a Companhia de Seguros Allianz para pagamento de indemnização por incêndio no Bar Ex-Librisinrio, Ld.^a.

88) Município de Leiria/SMAS vs. Leonel Vidal Santos

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 4.876,46 €, acrescida de juros de mora

89) Município de Leiria/SMAS vs. Paulo Manuel Pereira Loureiro

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 604,00 €, acrescida de juros de mora

90) Município de Leiria/SMAS vs. Carla Cristina Oliveira Freitas

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 812,00 €, acrescida de juros de mora

91) Município de Leiria/SMAS vs. Dália Cortinhal Martins

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 502,49 €, acrescida de juros de mora

92) Município de Leiria/SMAS vs. Manuel Martinho Duarte Rosa

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 1.176,21 €, acrescida de juros de mora

94) Município de Leiria/SMAS vs. Lidía Leal Lopes

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 506,68 €, acrescida de juros de mora

95) Município de Leiria/SMAS vs. Manuel Monteiro Santos

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 558,20 €, acrescida de juros de mora

Pombal, 15 de Junho de 2012

Mário Diogo

QREN		Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	até 15/06/2012			
TOTAIS DOS <u>COMPROMISSOS</u> FINANCEIROS COM CANDIDATURAS [s/SMAS]		€ 19.662.038,03	79,57%	€ 15.644.685,07	€ 4.737.943,76	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS <u>APROVADAS</u> [s/SMAS]		€ 18.709.798,78	79,55%	€ 14.882.893,67	€ 4.523.906,19	€ 13.984.005,02	74,74%	€ 10.442.248,29	70%

Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento (máximos aprovados)				Valor elegível submetido [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física						
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/06/2012										
REGENERAÇÃO URBANA (EIXO 2)						€	7.821.865,97	80,000%	€	6.257.492,78	€	1.604.304,58	€	4.983.025,11	2.600.046,86 €	€	3.946.126,48	63%		
maiscentro - PALOR (Adenda ao protocolo de financiamento)	EPA1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a Ponte Afonso Zuquete	2043		16-07-2009	16-09-2009 Adenda- 03/02/2011 Adenda- 03/10/2011	25/10/2010 24/10/2012	€	1.250.000,00	80,00%	€	1.000.000,00	€	250.000,00	€	767.050,99	482.949,01 €	€	632.567,71	63%	61%
	EPA2 - Requalificação do Espaço Público envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo	1962		13-07-2009	15-07-2010 Adenda 21/02/2011 Adenda 04/11/2011	25/10/2010 21/07/2011	€	146.539,51	80,00%	€	117.231,61	€	29.307,90	€	140.475,00	0,00 €	€	105.753,44	95%	100%
	EPA 3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico	2085		17-07-2009	10-02-2011 Adenda 13/09/2011	25/10/2010 31/12/2011	€	1.495.137,98	80,00%	€	1.196.110,38	€	299.027,60	€	1.461.223,62	0,00 €	€	1.110.529,95	95%	100%
	EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia	1154		25-02-2009	07-08-2009 Adenda 31/01/2011	23/07/2009 30/09/2010	€	136.571,93	80,00%	€	109.257,54	€	27.314,39	€	136.571,93	0,00 €	€	103.394,00	95%	100%
	EPA 6 - Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito	2087		17-07-2009	18-01-2011 Adenda 18/02/2011 Adenda 04/11/2011	15/03/2010 21/07/2011	€	154.140,00	80,00%	€	123.312,00	€	30.828,00	€	154.042,11	0,00 €	€	117.024,86	95%	100%
	EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim	2090		17-07-2009	08-02-2011	25/10/2010 20/07/2011	€	551.623,11	80,00%	€	441.298,49	€	145.808,33	€	543.561,78	0,00 €	€	413.106,95	95%	100%
	DS1 - Construção do Centro Cívico e respectiva Praça Pública	2089		17-07-2009	20-12-2010 Adenda 15/02/2011 Adenda 21/10/2011	30/09/2010 PA 29/09/2012	€	899.320,40	80,00%	€	719.456,32	€	180.917,28	€	627.482,06	271.838,34 €	€	522.166,33	73%	70%
	DC1 - Reconversão do Convento de Santo Agostinho	2083		17-07-2009	20-12-2010	01/09/2010 PA 31/08/2012	€	2.117.880,00	80,00%	€	1.694.304,00	€	423.576,00	€	272.620,48	1.845.259,52 €	€	231.727,41	14%	17%
	DC2 - Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo	4213		17-12-2010	28-06-2011 Adenda 28/08/2011	29/09/2010 PA 28/12/2011	€	288.559,76	80,00%	€	230.847,81	€	59.008,03	€	273.836,10	0,00 €	€	208.115,43	90%	100%
	DC3 - Guias Urbanos - Novas Tecnologias	2073		17-07-2009	16-09-2009 Adenda 22/07/2011 Adenda 25/01/2012	03/09/2010 03/10/2011	€	199.724,50	80,00%	€	159.779,60	€	42.043,30	€	117.396,76	0,00 €	€	89.221,54	100%	100%

maiscentro - PALOR (Adenda ao Protocolo de Financiamento)

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento (máximos aprovados)				Valor elegível submetido [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
							Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/06/2012				
	DC4- Mercado das Artes/Requalificação do Mercado Santana	4216		18-12-2010	28-06-2011	09/06/2011 31/12/2011	€ 513.999,84	80,00%	€ 411.199,87	€ 102.799,97	€ 456.047,62	0,00 €	€ 387.640,48	100%	100%
	Divulgação e Animação em Parceria Local	4217		18-12-2010	01-07-2011 – Adenda 04/11/2011	15/10/2010 30/09/2011	€ 68.368,94	80,00%	€ 54.695,15	€ 13.673,79	€ 32.716,66	0,00 €	€ 24.878,38	95%	100%
	REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (EIXO 3)						€ 3.923.389,76	80,000%	€ 3.138.711,81	€ 1.346.869,23	€ 2.915.662,57	893.085,12 €	€ 1.891.935,33	60%	
maíscentro	Centro Educativo de Monte Redondo	3885		28-10-2010	04-08-2011	28/07/2011 20/07/2013	€ 1.210.631,63	80,00%	€ 968.505,30	€ 727.905,09	€ 317.546,51	893.085,12 €	€ 197.258,18	20%	29%
	Centro Educativo de Coimbra	1695		09-06-2009	03-12-2009 – Adenda 03/05/2011	24/05/2010 24/05/2012	€ 1.379.919,16	80,00%	€ 1.103.935,33	€ 300.483,30	€ 1.283.087,16	0,00 €	€ 728.631,63	66%	100%
	Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB1)	587		30-04-2008	26-06-2008 – Adenda 11/01/2010 – Adenda 25/01/2011	10/10/2008 15/05/2011	€ 854.586,39	80,00%	€ 683.669,11	€ 222.830,33	€ 849.501,31	0,00 €	€ 612.981,56	90%	100%
	EB1 Gândara dos Olivais	1609		26-05-2009	03-12-2009 – Adenda 07/07/2010	01/04/2008 31/12/2010	€ 478.252,58	80,00%	€ 382.602,06	€ 95.650,52	€ 465.527,59	0,00 €	€ 353.063,96	95%	100%
	CONTRATUALIZAÇÃO						€ 4.991.767,48	80,000%	€ 3.993.413,98	€ 1.007.508,72	€ 4.761.579,38	€ -	€ 3.644.083,41	91%	
maíscentro Contratualização	contratualização _ MOBILIDADE TERRITORIAL (EIXO 3)														
	Beneficiação da E.M. 543 - Barreira	1591		21-05-2009 - 1.ª fase	10-02-2010 – Adenda 26/10/2010	17/08/2009 17/07/2011	€ 969.676,25	80,00%	€ 775.741,00	€ 193.935,25	€ 886.516,27	0,00 €	€ 687.075,37	97%	100%
	Construção da Estrada Atlântica	1612		27-05-2009 - 1.ª fase	05-05-2010 – Adenda 02/02/2011 – Adenda 11/01/2012	12/11/2009 31/01/2012	€ 1.639.580,97	80,00%	€ 1.311.664,78	€ 329.497,97	€ 1.562.557,74	0,00 €	€ 1.187.543,20	95%	100%
	EM 356 Maceirinha - Batalha	1615		27-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 – Adenda 30/07/2010	06/10/2009 06/09/2011	€ 269.844,08	80,00%	€ 215.875,26	€ 61.542,26	€ 248.150,56	0,00 €	€ 190.364,58	96%	100%
	EM 540 - Maceira (Leiria) / Picassinós (Marinha Grande)	1602		25-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 – Adenda 21/12/2010	08/03/2010 08/02/2012	€ 503.423,43	80,00%	€ 402.738,74	€ 100.684,69	€ 502.077,24	0,00 €	€ 381.578,70	100%	100%
	Estrada do Guilherme - Maceira - Zona Industrial da Marinha Grande	1608		26-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 – Adenda 22/10/2010	15/03/2010 15/02/2012	€ 440.692,51	80,00%	€ 352.554,01	€ 88.138,50	€ 393.727,43	0,00 €	€ 309.423,45	98%	100%

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Final)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento (máximos aprovados)				Valor elegível submetido [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
							Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/06/2012				
	contratualização _ EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL (EIXO 3)														
	Construção do Pavilhão Polidesportivo do Souto da Carpalhosa	1589		21-05-2009 - 1.ª fase	19/07/2010 _ Adenda 25/11/2010	08/06/2009 31/05/2011	€ 1.168.550,24	80,00%	€ 934.840,19	€ 233.710,05	€ 1.168.550,15	0,00 €	€ 888.098,11	100%	100%
	contratualização SMAS Leiria _ dados a fornecer pelos SMAS						€ 8.735.143,84	80,000%	€ 6.988.115,06	€ 2.768.156,03		dados a fornecer pelos SMAS			
	REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS (EIXO 3)						€ 582.210,02	80,000%	€ 465.768,02	€ 225.754,91	€ 307.334,18	€ 118.210,12	€ 230.280,68	49%	
maiscentro – Lider Seia	CULTREDE 2011/2013	4804		12-07-2011	Aguarda	01/01/2011 31/12/2013	€ 112.000,00	80,00%	€ 89.600,00	€ 45.989,72	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	6%
maiscentro – Lider Aveiro	ReCentrar	4566		28-04-2011	21-07-2011	01/10/2010 30/03/2013	€ 177.385,00	80,00%	€ 141.908,00	€ 65.626,55	€ 59.174,88	118.210,12 €	€ 41.515,12	29%	43%
maiscentro – Lider Leiria	CULTREDE	2696		16-04-2009	23-06-2010 Adenda 08/11/2011	23/10/2009 23/10/2011	€ 292.825,02	80,00%	€ 234.260,02	€ 114.138,64	€ 248.159,30	0,00 €	€ 188.765,56	95%	100%
	REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO (EIXO 2)						€ 992.718,59	80,000%	€ 794.174,87	€ 198.543,72					
maiscentro RUCI - Lider CIMPL	5.1_Rede Municipal de Banda Larga	3089		CIMPL Jul/2010	28-07-2011	01/06/2011 29/02/2012	€ 152.479,34	80,00%	€ 121.983,47	€ 30.495,87	€ 36.217,35	116.261,99 €	€ -	0%	24%
	8.2_Festival de animação em Rede	3061		CIMPL Jul/2010		2010/2011	€ 90.852,00	80,00%	€ 72.681,60	€ 18.170,40	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	57%
	11_Sistema multimodal com viaturas movidas a combustíveis não fossilizadas	3101		CIMPL Jul/2010		2011	€ 120.000,00	80,00%	€ 96.000,00	€ 24.000,00	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	0%
	12.2_Projecto de equipamentos de Segurança Rodoviária	3166		CIMPL Jul/2010		2011	€ 100.067,00	80,00%	€ 80.053,60	€ 20.013,40	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	0%
	13_Rede de pistas cicláveis	3172		CIMPL Jul/2010		2011/2012	€ 358.895,25	80,00%	€ 287.116,20	€ 71.779,05	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	49%
	14_Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário Urbano	3164		CIMPL Jul/2010		2011/2012	€ 170.425,00	80,00%	€ 136.340,00	€ 34.085,00	€ -	aguarda aprovação	€ -	0%	0%
	ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL (EIXO 4)						€ 141.352,65	80,000%	€ 113.082,12	€ 28.270,53	€ 141.352,65	€ -	€ 107.427,72	95%	
maiscentro	Valorização, preservação e conservação de Pedrógão - Leiria	477		30-04-2008	23-07-2008 – Adenda 18/01/2011	04/07/2007 28/02/2011	€ 141.352,65	80,00%	€ 113.082,12	€ 28.270,53	€ 141.352,65	0,00 €	€ 107.427,72	95%	100%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento (máximos aprovados)				Valor elegível submetido [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física						
							Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/06/2012										
	PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS - AÇÕES MATERIAIS (EIXO 4)						€	465.128,79	80,000%	€	372.103,03	€	93.025,76	€	377.097,10	€	88.031,69	€	308.065,07	83%	
maiscentro	Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)	1257		13-04-2009	09-10-2009 – Adenda 20/12/2010	09/08/2010 08/08/2012	€	405.348,79	80,00%	€	324.279,03	€	81.069,76	€	377.097,10	28.251,69 €	€	308.065,07	95%	100%	
maiscentro transição para POVT	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria	4408		25-03-2011	04-08-2011 – Adenda 01/02/2012	23/01/2012 31/12/2012	€	59.780,00	80,00%	€	47.824,00	€	11.956,00	€	-	59.780,00 €	€	-	0%	100%	
	SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (EIXO 5)						€	320.061,00	65,000%	€	208.039,65	€	112.021,35	€	98.677,93	€	221.383,07	€	64.140,66	31%	
maiscentro – Lider CIMPL	LDR_Simplex Autárquico Projecto Leiria	99		x CIMPL	x	01/08/2009 30/07/2011	€	320.061,00	65,00%	€	208.039,65	€	112.021,35	€	98.677,93	221.383,07 €	€	64.140,66	31%		
	PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES (TIPOLOGIA 6.5)							Inv. Elegível	Taxa		FSE		AL		Valor total submetidos			FSE transferido	Tx FSE transferida		
POPH	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€	328.373,77	71,650%	€	235.279,81	€	93.093,96	€	324.800,75			€	232.719,74	100%	
	Plano Municipal de Promoção das Acessibilidade (PMPA)	11901		X	X	18/11/2008 18/11/2010	€	201.829,03	71,65%	€	144.610,50	€	57.218,53	€	198.320,53			€	142.096,67	100%	-
	Plano Local de Promoção das Acessibilidade (PLPA)	11796		X	X	18/11/2008 18/11/2010	€	126.544,74	71,65%	€	90.669,31	€	35.875,43	€	126.480,23			€	90.623,07	100%	-
	Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal							Inv. Elegível	Taxa		FEADER		AL		Valor total submetidos	Valor por submeter		FEADER transferido	Tx FEADER transferida	Taxa de execução física	
PRODER	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€	95.170,00	70,000%	€	66.619,00	€	28.551,00	€	38.258,00	€	56.912,00	€	17.469,20	26%	
	Ação Minimização de riscos - Operação n.º 020000007968			X	20-07-2010	20/07/2011 20/07/2012	€	95.170,00	70,00%	€	66.619,00	€	28.551,00	€	38.258,00	56.912,00 €	€	17.469,20	26%	40%	